

**UNIVERSIDADE DE UBERABA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

AMANDA DE LIMA CARNEIRO

**MOÇAS PRENDADAS E BEM-FORMADAS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS
GRAÇAS DE PATOS DE MINAS – MG (1948-1960)**

**UBERABA
2018**

AMANDA DE LIMA CARNEIRO

**MOÇAS PRENDADAS E BEM-FORMADAS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS
GRAÇAS DE PATOS DE MINAS – MG (1948-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba, como parte integrante dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientação: Prof^a Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti

**UBERABA
2018**

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central UNIUBE

Carneiro, Amanda de Lima.
C215m Moças prendadas e bem-formadas do colégio Nossa Senhora das
Graças de Patos de Minas - MG (1948-1960) / Amanda de Lima
Carneiro. – Uberaba, 2018.
114 f. : il. color.

Dissertação (mestrado) – Universidade de Uberaba. Programa de
Mestrado em Educação. Linha de pesquisa: Processos Educacionais e
seus Fundamentos.
Orientadora: Profa. Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti.

1. Educação feminina. 2. Educação. 3. Instituições de ensino –
Educação feminina. I. Gatti, Giseli Cristina do Vale. II. Universidade de
Uberaba. Programa de Mestrado em Educação. III. Título.

CDD 371.822

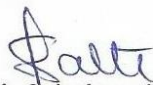
Amanda de Lima Carneiro

**MOÇAS PRENDADAS E BEM FORMADAS DO COLÉGIO NOSSA SENHORA
DAS GRAÇAS DE PATOS DE MINAS – MG (1948-1960)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade de Uberaba, como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 04/07/2018

BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Giseli Cristina do Vale Gatti
(Orientadora)
UNIUBE - Universidade de Uberaba



Prof.^a Dr.^a Elisa Antonia Ribeiro
IFTM - Instituto Federal do Triângulo
Mineiro



Prof. Dr. José Carlos Souza Araújo
UNIUBE - Universidade de Uberaba

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

A esta universidade, seu corpo docente, direção e administração que oportunizaram a janela que hoje vislumbro um horizonte superior, eivado pela acendrada confiança no mérito e ética aqui presentes.

A minha orientadora Prof^a Dra. Giseli Cristina do Vale Gatti, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos.

Aos meus pais Marcelo e Luzia, pelo amor, incentivo e apoio incondicional; aos meus irmãos Ana Clara e Marcelino, e ao meu namorado Rafael.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

*Frequentemente é necessário ter mais coragem
para ousar fazer certo do que temer fazer
errado (Abraham Lincoln).*

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E MAPA

Figura 1: Escola Normal de Niterói – RJ.	23
Figura 2: Escola Normal de Ouro Preto – MG.	24
Figura 3: Escola Estadual Marcolino de Barros.	42
Figura 4: Antônio Dias Maciel.	44
Figura 5: Atual Escola Estadual Professor Antônio Dias Maciel.	47
Figura 6: Colégio Santa Teresinha em Manhumirim - MG.	56
Figura 7: Colégio Padre Júlio Maria em Boa Esperança – MG.	56
Figura 8: Colégio São José em Niterói - RJ.	57
Figura 9: Colégio Nossa Senhora das Graças de Patos de Minas.	57
Figura 10: Igreja dedicada a Santo Antônio.	60
Figura 11: Irmãs sacramentinas.	61
Figura 12: Cruzeiro na Praça Dom Eduardo atualmente.	61
Figura 13: Dormitório das alunas internas.	63
Figura 14: Diploma do Curso Normal, no qual constam as disciplinas cursadas.	69
Figura 15: Boletim escolar de uma ex-aluna entrevistada.	69
Figura 16: Boletim escolar de uma ex-aluna entrevistada.	70
Figura 17: Boletim escolar de uma ex-aluna entrevistada.	71
Figura 18: Certificado de Conclusão de Curso com o nome da escola modificado:	71
Figura 19: Alunas do Curso Normal do Colégio Nossa Senhora das Graças.	76
Figura 20: Capa da Caderneta de Compras da depoente NH.	78
Figura 21: Páginas internas da Caderneta de Compra da depoente NH.	78
Figura 22: Boletim Escolar do ano de 1952.	82
Figura 23: Boletim Escolar de 1958.	83
Figura 24: Desfile em comemoração ao aniversário da cidade em 1959.	85
Figura 25: Desfile na cidade com as alunas da Escola com uniforme de gala.	86
Figura 26: Festa de formatura de uma depoente.	89
Figura 27: Solenidade de formatura.	90

LISTA DE MAPA

Mapa 1: Localização da cidade de Patos de Minas – MG.	36
--	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação, via Capes.	14
Quadro 2: Cronologia das denominações do atual município de Patos de Minas.	38
Quadro 3: Expansão do Curso Normal em Patos de Minas.	45

RESUMO

Esta pesquisa, realizada no Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Educação da Universidade de Uberaba, dentro da linha “Processos Educacionais e seus Fundamentos”, busca resgatar, por meio de pesquisa documental, bibliográfica e da história oral, o papel da instituição feminina Colégio Nossa Senhora das Graças, na cidade de Patos de Minas. O objetivo foi compreender a trajetória dessa instituição no período de 1948 a 1960, quando as Irmãs Sacramentinas assumiram a direção dela, aderindo ao modelo de internato feminino e transformando-a em Escola Normal. Discutiu-se acerca da atuação pedagógica de uma congregação religiosa na educação feminina destinada às filhas de famílias mais abastadas, assim como o papel da educação confessional na formação das moças da alta sociedade daquela época em uma cidade do interior mineiro. Nessa perspectiva, percebeu-se o envolvimento da igreja no processo de escolarização de uma parcela muito pequena da sociedade, exclusivamente do sexo feminino, tendo como base a educação formal como estratégia para consolidar hábitos e costumes pautados em concepções religiosas, especialmente as católicas, com a finalidade de reger a vida da “boa moça”. O referencial teórico apoiou-se principalmente nas contribuições de Azevedo (1958), Azzi (1981), Campos (2002), Cavalieri (1983), Fonseca (1974), Hilsdorf (2003), Manoel (1996), Mello (1979), Nosella e Buffa (2009), Nóvoa (1995), Oliveira (2015), Romanelli (2002), Saviani (2005). O processo de investigação, dividido em três etapas, contou com pesquisa bibliográfica, levantamento e catalogação das fontes – inclusive da história oral, de interesse para a pesquisa – e, por fim, realizou-se uma análise documental do material levantado *in loco*. Os resultados apontam que o Colégio Nossa Senhora das Graças de Patos de Minas, ao oferecer o curso normal, formou profissionalmente moças para atuarem na educação local, assim como se tornou um mecanismo de educação e iniciação social, pois que cumpriu seus propósitos também de receber as jovens e prepará-las para o exercício do papel feminino tradicionalmente determinado pela sociedade da época, desempenhando as funções de mãe e esposa.

Palavras-Chave: Instituições Escolares – Educação Feminina – Escola Confessional

ABSTRACT

This research, carried out in the "Educational Processes and their Fundamentals", in the Graduate Program - Master in Education of the University of Uberaba, seeks to rescue, through documentary, bibliographic and oral history research, the role of the female institution Our Lady of Grace College, in the city of Patos de Minas. The objective was to understand the trajectory of this institution in the period from 1948 to 1960, when the Sacramentinas Sisters assumed their direction, adhering to the female boarding school model and transforming it into a Normal School. There was discussion about the pedagogical performance of a religious congregation in female education for the daughters of wealthier families, as well as the role of confessional education in the formation of high society girls of that time in a city in the interior of Minas Gerais. In this perspective, the involvement of the church in the process of schooling of a very small part of society, exclusively of the female sex, was observed, based on formal education as a strategy to consolidate habits and customs based on religious conceptions, especially Catholic ones, with the purpose of ruling the life of the "good girl". The theoretical reference was based mainly on the contributions of Azevedo (1958), Campos (2002), Cavalieri (1983), Fonseca (1974), Hilsdorf (2003), Manoel (1996), Mello Nosella and Buffa (2009), Nóvoa (1995), Oliveira (2015), Romanelli (2002) and Saviani (2005). The research process, divided into three stages, included bibliographical research, survey and cataloging of sources - including oral history, of interest for research - and, finally, a documentary analysis of the material collected in loco was carried out. The results indicate that the College of Our Lady of Grace in Patos de Minas, when offering the normal course, professionally trained girls to work in local education, as well as becoming a mechanism of education and social initiation, since it fulfilled its purposes also to receive the young women and prepare them for the exercise of the feminine role traditionally determined by the society of the time, performing the functions of mother and wife.

Key words: School Institutions - Women's Education - Confessional School

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. ESCOLA NORMAL NO BRASIL	18
1.1 Panorama histórico da Escola Normal	18
1.2 Educação Conservadora: influências da Igreja Católica na formação escolar feminina	27
1.3 Feminização do Magistério no Brasil.....	31
2 O COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E A FORMAÇÃO CATÓLICA FEMININA NA SOCIEDADE PATENSE	36
2.1 Resgatando um pouco da história da cidade de Patos de Minas	36
2.2 A expansão do ensino em Patos de Minas	39
2.3 A Congregação das Irmãs Sacramentinas	49
2.4 As Irmãs Sacramentinas e o Colégio Nossa Senhora das Graças	58
3. FINALIDADES E PRÁTICAS DO GINÁSIO E ESCOLA NORMAL “NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS” (1948-1960)	64
3.1 Metodologias de ensino e controle disciplinar	66
3.2 Da organização curricular às práticas culturais e sociais do Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora das Graças	81
3.3 O processo ensino-aprendizagem sob a ótica discente.....	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

A história da mulher brasileira segue uma trajetória que é marcada pela ordem patriarcal familiar, admitida pelo Estado e religiões. Desse modo, o universo feminino era silencioso em todas as esferas da sociedade, sendo a mulher, desde menina, educada para o lar – para ser mãe e esposa. Sua educação não envolvia qualquer participação na vida urbana. Até mesmo circular em espaços públicos só acontecia em ocasiões especiais, assim mesmo em atividades como missa, procissão e afins. Esse cenário manteve-se firme pelo menos por 327 anos, ou seja, de 1500 a 1827.

Sabe-se que até a autonomia feminina, a mulher era alfabetizada em conventos europeus, mandada para lá pelos pais, pelo marido traído e/ou pelos irmãos na hora da partilha da herança. O acesso a informações dessa natureza é que provocou o interesse da pesquisadora deste trabalho em compreender como era a educação feminina em um espaço geográfico e tempo mais próximo possível de sua época. Assim, ao ingressar no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Uberaba – Uniube em 2016, foi aguçada a curiosidade e o interesse científico pelo tema. Com o intuito de compreender a importância da educação feminina, atentou-se para o estudo das instituições escolares, especificamente o Colégio Nossa Senhora das Graças, por ser uma das mais antigas da cidade de Patos de Minas (MG), fundado em 1939, mas com o reconhecimento oficial somente em 1940.

Dada a importância dos estudos voltados para a história das instituições escolares, há de se aprofundar as leituras sobre a questão, principalmente para compreender os processos educacionais e formativos no interior de uma escola confessional católica feminina, como essa que é objeto desta pesquisa. Além disso, complementa os estudos o delineamento dos objetivos da igreja no panorama histórico das escolas normais. Ao pensar a constituição do corpus de análise, optou-se por duas faces que não se excluem, pelo contrário, complementam-se: a história oral e as fontes documentais.

No que diz respeito à história oral, entende-se que a oralidade está presente em praticamente todos os momentos da vida humana. Antes que se inventasse o registro das ideias em pedras e outros meios, a história oral possibilitou que a cultura fosse socializada pelas diversas sociedades, repassando valores, costumes e hábitos às novas gerações. Entretanto, com o advento da escrita e depois com a invenção da imprensa, ela foi colocada em planos inferiores, servindo apenas a comprovações de acontecimentos ressaltados em documentos oficiais. “Pode-se dizer que a grande divisão da história se deu em função do alinhamento do

expansionismo e da organização de classe feita com base nos critérios de acesso à escrita” (MEIHY, 2000, p. 42).

Assim sendo, segundo esse autor, a oralidade ficou relegada cada vez mais à informalidade, mas mesmo assim, com destacada importância no universo da pesquisa, por ser uma metodologia que busca ouvir e registrar as vozes dos sujeitos excluídos da história oficial e inseri-los dentro dela.

Ela é relevante também para facilitar o entendimento de aspectos subjetivos de casos que, normalmente, são filtrados por racionalismos, objetividades e neutralidades, esfriados pelas versões oficiais ou dificultados pela lógica da documentação escrita que narra um código diverso do oral. (MEIHY, 2000, p.28)

Sabe-se que os discursos oficiais não dão visibilidade a um significativo número de sujeitos históricos, deixando de lado pontos de vista que diferem daqueles escolhidos pelas elites. No entanto, com o resgate do valor da oralidade, a história pode redimensionar o conhecimento acerca da realidade através desses olhares antes esquecidos e que, por suas particularidades, revelam a multiplicidade de fatos os mais diversos. Dessa forma, os sujeitos da história oral prestam grande contribuição para o esclarecimento e a compreensão do passado, sobretudo o de uma nação cuja memória fica relegada a segundo plano, pois não há consciência de seus membros, ainda mais de seus gestores, sobre a necessidade da preservação dos acontecimentos que envolvem a coletividade.

Há de se lembrar que tanto a memória individual quanto a coletiva, no que tange à preservação de fontes, documentos e iconografia são negligenciadas. Nesse caso, resgatar a oralidade é complementar a história oficial e, além de tudo, permitir o registro de outras perspectivas como, por exemplo, possibilitar um olhar prismático para lançar luzes diversas sobre a realidade construída por atores que detinham o poder da escolha de condução dos processos, principalmente, nesse caso, dos processos educacionais. O que mais chama a atenção na história oral é sua natureza eminentemente humana, pois quando centrada na alteridade, só se realiza por meio do outro, no relato de suas experiências de vida.

Para esta pesquisa, a história oral foi um importante instrumento, uma vez que nos arquivos da escola, teve-se acesso a dados importantes de ex-alunas que permitiram o contato com pelo menos quatro delas para se colher informações a partir da oralidade. Para esse fim, realizou-se o cadastro na Plataforma Brasil para a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa, com parecer número 2.381.371. Ao elaborar o roteiro das entrevistas, foram levados em conta os objetivos propostos, uma vez que o intuito era a compreensão de como eram os espaços de uma escola destinada à formação das moças, e mais: que funcionava como internato feminino.

Por se tratar de uma pesquisa sobre a educação, na subárea da História da Educação, especificamente relacionada à história das instituições educacionais, propôs-se como objetivo geral investigar as motivações que culminaram na criação do Colégio Nossa Senhora das Graças e a forma como ele funcionou, uma vez que oferecia o curso normal sob o regime de internato para moças na cidade de Patos de Minas, no período que se estende de 1948 a 1960. Esse recorte cronológico se deu, uma vez que em 1948 aconteceu a abertura do internato feminino e concomitantemente a criação do curso normal e, em 1960, encerrou-se as atividades de internato, permanecendo apenas como externato e dando continuidade ao curso de formação para professores. Para tanto, a pesquisa recorreu a decretos, notícias educacionais veiculadas pela imprensa local, diários de classe dos professores, métodos e instrumentos de ensino, atas, livros de matrícula, fotografias e histórico escolar da época recortada.

Por certo, isso permitiu compreender a atuação das Irmãs Sacramentinas na educação feminina na cidade de Patos de Minas, assim como identificar o perfil dos mestres responsáveis pelas disciplinas ministradas no período em questão, considerando sua origem, formação, atuação e organização. Além disso, os estudos revelaram tanto os perfis dos discentes, que frequentaram a escola dentro do marco cronológico da investigação, quanto os saberes compartilhados, a partir da análise de currículos, programa de disciplinas, métodos e instrumentos de ensino.

Se, para compor o *corpus*, foi fundamental a busca por documentos tais como fontes impressas e iconográficas disponibilizadas pela direção da escola, também há de se ressaltar o livro “Mosaico”, escrito no ano de 2015, da Irmã Marina Guilhermina de Oliveira, lançamento em comemoração do aniversário de 70 anos do Colégio Nossa Senhora das Graças. A leitura desse livro foi fundamental por se tratar de um documentário que resgata parte significativa da história do educandário em toda a sua existência. Ressalta-se, ainda, que a autora foi diretora por vários anos na instituição.

Para melhor analisar todo o material, foi feito um levantamento a respeito de produções acadêmicas que tinham esse mesmo viés, além de evidenciar outros estudos importantes. Por exemplo, em relação à formação docente nas Escolas Normais, Villela (1990), em sua dissertação de mestrado, “A primeira escola normal do Brasil: uma contribuição à história de formação de professores”, buscou compreender a formação de professores na primeira escola normal do Brasil, fundada em 1835, na cidade de Niterói, RJ. A autora buscou entender a necessidade do surgimento de uma escola específica para a formação docente, associando-a ao contexto político e social do século XIX, cujo objetivo seria a formação de professor para

instrução primária, possuidor de noções, práticas e sentimentos gerais para a formação da sociedade.

Por sua vez, em sua tese de doutorado, Silva (2013) teve como ênfase compreender a formação de professoras no curso normal de um colégio confessional católico na cidade de Joinville, no Estado de Santa Catarina. Com base na biblioteca do curso normal dessa instituição e das obras disponíveis nela, a pesquisadora partiu do pressuposto de que a escola, além de formar professores, tinha o objetivo de formar alunas para serem mulheres e mães. De acordo com a autora, essas duas dimensões eram importantes para a formação de professores entre os anos de 1940 e 1950.

Martins (2013), também em sua tese de doutorado, ressalta que a formação de professores primárias no período de 1892 a 1904, em Minas Gerais, foi ofertada com base em dois projetos de diferentes instâncias promotoras da educação: o Estado e a Igreja Católica. Para essa estudiosa, os primeiros anos da República foram marcados pela expansão do ensino primário e, conseqüentemente, pela ampliação das escolas normais. Ela também enfatizou que, por um lado, havia a necessidade de o Estado formar moças que se enquadrassem no modelo tradicional da família e, por outro, a Igreja almejava o resgate dos ideais católicos. Por esse viés, a pesquisadora defende que o projeto do Estado e da Igreja foi formar mulheres por meio da doutrinação católica e, ao mesmo tempo, formar professoras para o magistério primário.

Ainda se destacam outras pesquisas no campo da História da Educação que buscaram compreender essa temática e contribuíram para esta pesquisa. Por exemplo, a dissertação de mestrado de Ortiz (2014), “A escola normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961)”, teve como objetivo entender as práticas escolares, sociais e culturais oferecidas pelo curso de formação de professoras primárias que o colégio possuía. Vale lembrar que, na época, o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora era o único que oferecia o ensino normal na cidade de Campo Grande.

Outro destaque é para a dissertação de mestrado de Soares (2009), intitulada “Do discurso missionário à prática do poder político: uma análise da atuação do Padre Júlio Maria de Lombaerde na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Manhumirim – 1928 a 1944”. A pesquisa discorre sobre o trabalho e a trajetória do padre, além de procurar entender se seu percurso missionário foi uma representação dos interesses da igreja católica naquela época.

Despertou-se interesse para essa pesquisa também a dissertação de mestrado de Melo (2002), denominada de “Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina

(Colégio N. Sra. das Dores – Uberaba 1940/1966)”, que estudou a educação feminina católica oferecida pelas Irmãs Dominicanas em Uberaba-MG.

Também foi realizada a busca por teses e dissertações na mesma temática fruto de pesquisas realizadas na região do Triângulo Mineiro, no banco de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, defendidas nos Programas de Pós-Graduação entre os anos de 2002 a 2017. Os resultados são os que se vê na QUADRO 1.

Quadro 1 Teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação, via Capes.

	Autor (a)	Título	Ano	Nível de Titulação	Instituição	Cidade/escola pesquisada no Triângulo/Mineiro
1	Geovana Ferreira Melo	Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina (Colégio N. SRA. Das Dores – Uberaba 1940/1966).	2002	Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia	Uberaba
2	Michelle Pereira da Silva	Educação da mulher e evangelização católica: um olhar sobre a Escola Normal N. Sra. do Patrocínio.	2005	Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia.	Patrocínio
3	Gislene Taveira de Almeida Neves	A educação feminina do Projeto Siqueirano: 1939-1973	2005	Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia	Monte Carmelo
4	Hedmar de Oliveira Ferreira	Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio: um instrumento de educação feminina na Zona do Alto Paranaíba em Minas Gerais (1928-1950).	2006	Doutorado	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” Franca-SP	Patrocínio

	Autor (a)	Título	Ano	Nível de Titulação	Instituição	Cidade/escola pesquisada no Triângulo/Mineiro
5	Silva Melina Brasil Resende	O curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari-MG (1930-1947)	2006	Mestrado	Universidade Federal De Uberlândia.	Araguari
6	Izabel Rozetti	Colégio Imaculada Conceição: a história do curso Normal (Tupaciguara-MG, 1961-1977).	2011	Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia.	Tupaciguara
7	Rosângela Maria Castro Guimarães	O percurso institucional da disciplina “História da Educação” em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928-1970).	2012	Doutorado	Universidade Federal de Uberlândia	Uberaba
8	Andreia Demétrio Jorge Moraes	História e Memória da Formação Docente em Ituiutaba-MG.	2014	Doutorado	Universidade Federal De Uberlândia	Ituiutaba
9	Gabriela Marques de Sousa	Formação docente em Minas Gerais: Escola Normal Oficial de Uberaba, 1948 a 1959.	2017	Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia	Uberaba
10	André Luis Oliveira	A Escola Normal de Uberaba (1881-1905): Memória e Cotidiano	2018	Mestrado	Universidade Federal de Uberlândia	Uberaba

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

Da mesma forma que as teses e as dissertações consultadas acerca do assunto tiveram respaldo em farto referencial teórico, esta pesquisa, desde a problematização até a construção das ferramentas teóricas para análise do *corpus*, embasou-se em obras tais como aquelas de Ivan Manoel (1996), intitulada “Igreja e educação feminina (1859-1919) – uma face do conservadorismo”; Oliveira Mello (1978) com “Patos de Minas – minha cidade”, e Otaíza de Oliveira Romanelli (2002) com “História da Educação no Brasil”. Convém ainda citar as

consultas feitas em dissertações de mestrado referentes à temática como a de Furtado (2001), Hilsdorf (2003), Lima (2005), Melo (2002), Ortiz (2014), entre outros.

Dessa forma, acredita-se que esta pesquisa possa contribuir para o alargamento da compreensão dos estudiosos da educação no município de Patos de Minas e, quiçá, da história da educação brasileira, sobretudo daqueles que se debruçam sobre temas tão pertinentes como os relacionados à presença das ideologias religiosas, especialmente, do cristianismo católico, nos processos educacionais, ainda mais quando se trata da formação de moças com ênfase na moral e nos bons costumes.

Dois fatores contribuíram para a realização desta pesquisa. Primeiramente, empreendeu-se, para a análise do farto material, extensa pesquisa bibliográfica, escolhida a partir de um programa de leituras capaz de permitir a apreensão de dados e informações fundamentais para o propósito estabelecido e, mais, a compreensão dos fatos sob a luz dos aspectos teórico-metodológicos contidos nas teorizações sobre a história das instituições educacionais, a história das escolas normais, a história das escolas confessionais, a história da educação feminina e sobre a Congregação das Irmãs Sacramentinas. Depois, visitou-se inúmeras vezes a instituição mencionada, que disponibilizou o acervo para a pesquisa, e também o Arquivo Público Municipal. Todo material captado foi somado à pesquisa de bases eletrônicas de dados tais como SciELO, Domínio Público e Portal de Periódicos da Capes que compuseram todo o material de embasamento teórico.

Pela análise do material percebeu-se que a historiografia de instituições escolares esteve, por décadas, ligada a aspectos epistemológicos pautados na simples tarefa de levantar, elencar e organizar documentos que, para alguns, representava a única forma de resguardar a verdade dos fatos. Tal ritual historiográfico negava a ação reflexiva do pesquisador sobre os fatos, contextos e documentos, porém, estudos pautados na construção de interpretações sobre o passado surgiram como um novo posicionamento metodológico que propunha a pesquisa de instituições escolares liberta da teia de conexão de significados e significações dos objetos ditos históricos. Melhor se esclarece ao pautar a afirmação em Veiga (2002) ao dizer que

[...] as histórias locais possibilitam consequências políticas significativas na medida em que envolvem memória das pessoas de uma determinada comunidade. As histórias locais possibilitam uma apropriação comum capaz de configurar a compreensão que as pessoas têm de si mesmas e da sociedade em que vivem. As histórias locais favorecem a produção de uma consciência histórica de resgatar as vivências do cotidiano de produção e percepção de sua relação com o movimento maior de qual fazemos parte. As histórias locais poderão favorecer a compreensão das relações entre o particular e aquilo identificado com o geral e o universal. (VEIGA, 2002, p. 30).

Veiga (2002) aponta as vantagens do processo historiográfico local. Isso justifica o objeto de estudo escolhido e o caminho definido por esta pesquisadora, considerando que Colégio Nossa Senhora das Graças foi e ainda é uma das instituições mais conceituadas de Patos de Minas/MG e região.

Para a compreensão da problemática que envolve esta pesquisa e seu sequenciamento, o texto está organizado em três capítulos. No primeiro, intitulado *Escola Normal no Brasil*, foi feita uma rápida contextualização do panorama histórico das escolas normais, ressaltando as origens, os modelos seguidos, as legislações relacionadas à criação e à implantação e, além disso, a primeira cidade brasileira a possuir uma dessas escolas. No mesmo capítulo, dissertou-se sobre as influências da igreja católica na formação escolar feminina e sobre a feminização do magistério no Brasil. No segundo, denominado de *O Colégio Nossa Senhora das Graças e a formação católica feminina na sociedade patense*, traz-se um pouco da história da cidade em que se localiza a instituição, discorrendo sobre a origem, o desenvolvimento e o progresso da cidade, sobretudo relacionado às primeiras formas de instrução e às primeiras instituições de ensino instaladas em Patos de Minas. Ademais, assinalou-se, nesse capítulo, a criação da primeira escola normal na cidade, que também foi a primeira da região, contemporânea da vinda das Congregação das Irmãs Sacramentinas, que resultou na implantação da Escola Normal Confessional na cidade. No terceiro e último capítulo, intitulado *Finalidades e práticas do Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora das Graças (1948-1960)*, a partir de análise de documentos e resgate das memórias de ex-alunas da escola, por meio de entrevistas, empenhou-se em compreender os processos de formação humana e intelectual de moças ali internadas, através da elucidação das metodologias de ensino, do controle disciplinar, dos perfis docente e discente, assim como das práticas culturais e sociais do Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora das Graças.

Assim, a partir das análises e estudos propostos foi possível uma melhor compreensão da história da educação em Patos de Minas, assim como sua origem, suas razões e suas influências na consolidação da sociedade patense ao longo desses anos.

1. ESCOLA NORMAL NO BRASIL

1.1 Panorama histórico da Escola Normal

As mudanças ocorridas na Europa entre os séculos XVIII e XIX, tais como a Revolução Francesa, os Ideais Iluministas e a Revolução Industrial provocaram o surgimento de uma nova ordem social, atrelada ao desenvolvimento desencadeado pelo sistema de produção capitalista que, além de fortalecer o poderio burguês, provocou transformações também na política educacional na Europa. Esse processo foi marcado pelo surgimento de movimentos que pregavam a educação gratuita, laica, obrigatória, universal e pública, caracterizado pelo ensino privado e professado sob os dogmas do Cristianismo. É nesse contexto que surge uma estrutura pública de formação docente pautada no incremento da educação primária e na formação de professores. Esse novo formato, que se disseminou por grande parte da Europa, busca criar um corpo de professores qualificados através da criação das Escolas Normais, empenhadas tanto na alfabetização quanto na formação moral a partir da tutela do Estado.

Sobre essa estruturação das Escolas Normais na Europa, Heloisa Villela (1990, p.79) diz que o processo de formação do professor público significava, pois, capacitar o indivíduo para uma dupla missão: transmitir os bens culturais que garantiriam a unidade das nações e, ao mesmo tempo, facilitar o controle do Estado sobre seus cidadãos.

Esse modelo europeu de escola, certamente, inspira a criação das Escolas Normais no Brasil, cujo início se dá no período imperial na Província do Rio de Janeiro. Nesse período, surgem os cursos normais de preparação para o magistério com a finalidade de criar um corpo profissional capaz de reduzir os altos índices de analfabetismo no Brasil e, mais do que isso, criar mecanismos de controle social da época.

O processo de estatização do ensino serviu de base para a política de formação docente, na troca de um corpo docente religioso e controlado pela Igreja por um corpo de professores laicos, recrutados pelo Estado. Contudo, apesar de terem acontecido algumas mudanças na estrutura educacional europeia no século XIX, o modelo do professor continuava muito parecido ao do sacerdócio. Nóvoa (1995, p.16), em um de seus trabalhos sobre a profissionalização do professorado, enfatiza que “ao longo do Século XIX consolida-se uma imagem de professor, que cruza as referências

ao magistério docente, ao apostolado e ao sacerdócio, com a humildade e a obediência aos funcionários públicos”.

Contudo, apenas os homens pertenciam ao processo de constituição da profissão docente. Segundo Ortiz (2014), no auge da disseminação das escolas normais na França, a educação das mulheres e sua preparação para a docência tinha pouca expressão. A mulher de elite foi vista como agente disseminador de um comportamento moralizante desde o convívio familiar, preparando os filhos para a vida em sociedade e acompanhando o marido em sua forma de pensar, de agir e de educar os filhos, dando continuidade a uma formação patriarcal e burguesa. Dessa forma, preparar a mulher para atuar na educação primária, significava dar continuidade a uma sociedade cujos valores se assentavam na imagem de família e na transmissão dos valores patriarcais. Para isso, em 1842, aprova-se a lei de criação de cinco Escolas Normais femininas na França.

Ao pensar a educação primária no Brasil, Ortiz (2014) assinala que, desde a colonização, grande parte das escolas brasileiras estava ainda sob a administração dos jesuítas que cuidavam apenas da educação dos homens, uma vez que, no período colonial, a mulher brasileira era preparada para atribuições vistas como naturais para pessoas do sexo feminino, tais como costurar, bordar, cuidar da casa, do marido e dos filhos. Essa visão patriarcal do papel da mulher na sociedade, evidentemente, a afasta dos processos da educação formal. Se a ela era oferecida a oportunidade de instrução, isso limitava-se aos ensinamentos oferecidos pelos conventos que, na maioria das vezes, restringia-se à formação da mulher para, socialmente, desempenhar o papel de dona de casa, esposa e mãe. Portanto, não havia formação da mulher para atuar fora do ambiente doméstico.

As discussões em torno da universalização da instrução primária – e nesse bojo a educação feminina – ganharam notoriedade com os ideais revolucionários franceses. No Brasil, apenas a partir da Independência que se verificaram investimentos nessa direção, pelo menos, no que se refere às leis. Por exemplo, sabe-se que em 1827, a Lei de 15 de outubro criava as primeiras escolas de primeira letra para o sexo feminino em todo o império, época em que as aulas, tanto no Brasil quanto na Europa, aconteciam em turmas separadas por sexo, por isso, houve a necessidade da aceitação de mulheres para lecionar nas turmas femininas. Em decorrência disso, foram criadas as primeiras vagas para o magistério feminino, possibilitando, assim, conforme disse Romanelli

(2002), a continuidade dos estudos, além da educação primária, para as mulheres que passam a dispor da Escola Normal recém-criada.

Para que isso se concretizasse no Brasil, estabeleceu-se por lei que o magistério poderia ser desempenhado por mulheres. Essa inclusão da mulher, a partir da criação das Escolas Normais, na composição do corpo docente das escolas primárias, além de reconfigurar o papel da mulher na sociedade – evidentemente de uma parcela ainda pequena das mulheres brasileiras – propiciou a continuidade da universalização do ensino primário. Isso gerou o fenômeno de feminização do magistério, pressupondo ser a única profissão que conseguia conciliar as funções domésticas predestinadas a essa camada social e solucionava o problema da falta de professores para a escola primária, uma vez que os salários baixos não eram atrativos para a população masculina. No entanto, pode-se ressaltar que, no fim do século XIX, algumas correntes de pensamento – que provavelmente exerceram influência nas medidas educacionais tomadas pelo governo brasileiro – sugeriam que existiam diferenças entre homens e mulheres, sobretudo no que diz respeito à função materna, por isso, cabia às mulheres a socialização das crianças. Dessa forma, o ensino primário, mais que formação intelectual, era visto como extensão da formação moral, entendido assim que a educação das crianças estivesse mais bem cuidada nas mãos de uma mulher, a professora¹. Isso, segundo Martins (2013), possibilitou o entrelaçamento de interesses que atendia a um só tempo os anseios da Igreja Católica e do Estado brasileiro de formar mulheres para desempenhar seus papéis na sociedade patriarcal, por meio da doutrinação católica e, ao mesmo tempo, formar professoras para o magistério primário.

Esse projeto se desencadeia a partir da urbanização da vida social brasileira, que se dá após a Independência, e que, de acordo com Costa (1989), propicia o início da redefinição do espaço feminino na sociedade que permite a ideia de que a mulher possa ser além de mãe bem preparada, também professora. Dessa forma, em consonância com Costa(1989), tanto a mãe quanto a criança se tornam investimentos do Estado.

Pelo Decreto de 1º de março do ano de 1822 foi criada, no Rio de Janeiro, uma escola baseada no modo de ensino mútuo, em que existia um único monitor (que era um aluno) que ensinava, concomitantemente, um grande número de estudantes. Esse tipo de ensino, de acordo com Vilela (1990) possuía uma forma de organização bastante

¹ Nesse caso, justifica-se a concepção popular de que a professora é a segunda mãe, pautando, por muito tempo, a relação professor aluno em que este devia respeito e admiração profunda por aquela.

rígida, dessa forma, além de ensinar, a escola disciplinava seus alunos. Para isso, era necessário espaço adequado para a instalação de escolas, visto que esse tipo de ensino exigia uma estrutura peculiar, com materiais próprios e espaço físico amplo e adequado, uma vez que devia permitir a circulação de monitores entre os grupos de alunos e, até mesmo, dos alunos que deveriam circular por grupos diferentes. Há de se atentar que tudo deveria ocorrer sob o olhar atento do professor

Vale lembrar que em 1824, a Constituição Política do Império, elaborada pelo Conselho Imperial convocado por Dom Pedro I, que a outorgou, dizia que a instrução primária era gratuita a todos os cidadãos. Dez anos depois, por meio do Ato Adicional efetivado pela Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, considerou que a educação primária e secundária ficaria a cargo das províncias, restando à administração nacional o ensino superior.

A criação de espaços para a formação de professores era uma questão importante desde as mais antigas sociedades. Entretanto, só no final do século XVII, na França, concretizou-se a primeira instituição com esse intuito, acompanhando um processo de modernização social que queria incluir a população no projeto de construção do Estado Moderno. Em 1774 as Escolas Normais francesas, tendo como seu fundador Joseph Lakanal (1762-1846), embasadas na perspectiva iluminista, surgiram para atender às necessidades de formar pessoas com habilidades para ensinar, como bem disse Araújo (2008, p.322) ao afirmar que se tratava “de um projeto educativo para formar aqueles que vão ser formadores, em que o saber como ensinar deverá estar associado ao saber o que se ensina”.

Assim, as Escolas Normais brasileiras começaram a ser instaladas em meados do século XIX, funcionando primeiramente para a demanda do Estado. Assim, a partir de 1835, em Niterói, cidade da Província do Rio de Janeiro, foi criada a Escola Normal de Niterói, a primeira no Brasil², por meio da Lei nº 4, de abril de 1835. Pautada num currículo de base francesa, contemplava as seguintes disciplinas: leitura e escrita, aritmética, princípios da moral cristã e religiosa, gramática, geometria e elementos da geografia. No entanto, a instituição funcionava apenas com um professor e pouquíssimos alunos, não prevendo a matrícula de mulheres em seu regimento.

² Embora alguns pesquisadores apontem a de Ouro Preto como a primeira, justificando que a confusão se estabelece porque ela só foi instalada, oficialmente, em 1840.

Em Minas Gerais, quando ainda era província, o surgimento de Escolas Normais se deu, a princípio, na cidade de Ouro Preto e, posteriormente, expandiu-se por outras cidades mineiras, sob a justificativa da importância da formação de professores. Segundo Araújo (2008, p.323), a província mineira contava com mais seis Escolas Normais, entre as décadas de 1870 e 1880, nas cidades de Diamantina, Paracatu, Montes Claros, Sabará, Campanha e São João Del Rei, totalizando sete estabelecimentos de ensino destinados à formação docente.

Algumas dificuldades permearam a história das Escolas Normais no Brasil, inclusive com fechamento de algumas, devido, principalmente, à pouca demanda escolar. Por exemplo, em 1847, a Escola Normal do Rio de Janeiro foi extinta, voltando a funcionar junto a ela o Liceu de Artes Mecânicas e a Escola de Arquitetos e Medidores, que resultou na criação do Liceu Provincial. Também a Escola Normal de Niterói passou uma década desativada, voltando a funcionar somente no ano de 1862 através da Lei Provincial de 4 de fevereiro de 1859.

Não obstante a isso, a criação da primeira Escola Normal do Brasil ensejou o surgimento de instituições em diversos Estados. A Escola Normal baiana, por exemplo, foi estabelecida no ano de 1842, após seis anos da Lei nº 37 de 14 de abril de 1836 que decretou sua criação; a Escola Normal de São Paulo, foi criada nos anos de 1846, pela Lei nº 34 de 16 de março de 1846. Houve também, em 1867, no Paraná, a criação de uma Escola Normal, a qual foi criada pela Lei nº 278 de 19 de abril de 1870. No Rio Grande do Norte, a Escola Normal de Natal foi instituída definitivamente em 1908, por meio do Decreto 178 do mesmo ano, dentre outras que surgiram. Apesar desse crescimento, as Escolas Normais ofereciam apenas dois a três anos de curso, algumas vezes de nível inferior ao secundário, pois para o ingresso era necessário apenas saber ler e escrever, ser brasileiro, ter bons costumes e 18 anos de idade.

De início, sendo exclusiva para homens, aos poucos, em processo lento e demorado, as Escolas Normais foram sendo destinadas às mulheres. Veja-se que a primeira Escola Normal de São Paulo, apenas 30 anos após sua fundação, começou a oferecer uma seção para mulheres, mas, com o passar do tempo, ocorreu a feminização quase que total da educação, inicialmente com o Curso Normal destinado à formação de professoras e, posteriormente, com a atuação das normalistas na educação primária. Aranha (2006) assim avaliou essa questão:

Essa feminização deveu-se em parte à lenta entrada da mulher na esfera pública, e porque a profissão do magistério era uma das poucas que permitiam conciliar com as obrigações domésticas. Além disso, constituía uma atividade socialmente aceita, por se pensar que estava ligada à experiência maternal das mulheres - de novo o aspecto artesanal da educação -, e, por fim, mas não por último, tratava-se de um ofício cuja baixa remuneração era aceita mais resignadamente por elas. (ARANHA, 2006, p.228)

Por isso, de acordo com Campos (2002), no fim do século XIX, estimou-se que cerca de 72% do professorado brasileiro eram do sexo feminino.

Paralelamente à feminização da educação, ao adentrar no universo da criação e consolidação das Escolas Normais no Brasil, verifica-se que o projeto educacional do Brasil Imperial apresentava suas bases alicerçadas na formação dos professores que atuariam no ensino primário, visto como caminho seguro para a formação do povo da nova nação que acabava de nascer. No entanto, apesar de existir bases legais que legitimavam e autorizavam a implantação desses tipos de instituições, recorrentemente, problemas como prédios inadequados, péssima infraestrutura, mobília inadequada, escassez de material didático e ausência de um corpo docente apto para lecionar nas Escolas Normais, foram frequentes na história da Escola Normal brasileira, mesmo que algumas exibissem edificações imponentes, com arquitetura mais elaborada, como se vê ao observar as imagens da FIG. 1 e 2:

Figura 1: Escola Normal de Niterói – RJ.



Fonte: (MEIRELLES, 2012).

Figura 2: Escola Normal de Ouro Preto – MG.



Fonte: (BRASIL, [1892-]).

Somente algumas gozavam desse privilégio, outras, de acordo com Tanuri (2000), não dispunham de espaço físico adequado. A autora afirma que,

A infraestrutura disponível, tanto no que se refere ao prédio, como a instalação e equipamento, é objeto de constantes críticas nos documentos da época. A frequência foi reduzidíssima, muito embora a legislação das diversas províncias proporcionasse provimento nas cadeiras do ensino primário aos egressos das escolas normais independentemente de concurso. Nessas condições, tais escolas foram frequentemente fechadas por falta de alunos ou por descontinuidade administrativa e submetidas a constantes medidas de criação e extinção, só conseguindo subsistir a partir dos anos finais do Império. (TANURI, 2000, p. 65)

A partir de 1920, em várias partes do Brasil, reconhecem-se movimentos que pretendiam romper com o modelo de educação tradicional, como o denominado de Escola Nova, que resultou nas primeiras reformas estaduais de ensino. Esse modelo visava uma renovação do ensino, onde a educação deveria ser pública, universal, gratuita e sem influências e orientações religiosas.

No entanto, é no período republicano que as Escolas Normais tiveram um desenvolvimento substancialmente acelerado. Contribuiu para isso uma sucessão de decretos e leis de âmbito nacional e estaduais que previam a criação de escolas e regulamentação do ensino brasileiro.

Durante o Governo de Getúlio Vargas, mais precisamente de 1934 a 1945, o mineiro Gustavo Capanema esteve à frente do Ministério da Educação, promovendo, a partir de 1942, inúmeras reformas ligadas ao ensino, intituladas como Reforma Capanema. Seu

projeto, além de propor a reforma da educação, ainda estruturaria o ensino industrial com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, com consequências também para o ensino secundário.

Essas reformas, que levaram o nome de Leis Orgânicas do Ensino, abrangiam todas as áreas da educação, desde o ensino primário até o médio, mas, de acordo com Romanelli (2002, p.154), “o governo preferia conduzir-se para o terreno das reformas parciais, antes que para o da reforma integral do ensino, como exigia o momento”. Sobre o mesmo assunto, Romanelli (2002) esclarece que, durante os três últimos anos do Estado Novo, foram postos em execução vários Decretos-Leis. A saber: o Decreto-Lei nº 4073, de 30 de janeiro de 1942 (BRASIL,1942a), a Lei Orgânica que organizou o Ensino Industrial; o Decreto-Lei nº 4048, de 22 de janeiro de 1942 (BRASIL,1942b), que Institui o Serviço nacional de Aprendizagem Industrial – Senai; o Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942 (BRASIL,1942c) ou a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que organizou o ensino secundário em dois ciclos: o ginasial, com quatro anos, e o colegial, com três anos; e, por fim, o Decreto-Lei nº 6141, de 28 de dezembro de 1943 (BRASIL, 1943), conhecida como a Lei Orgânica que reformou o Ensino Comercial.

Dando continuidade às reformas encabeçadas por Gustavo Capanema a partir de 1942, o então Ministro da Educação Raul Leitão da Cunha, no ano de 1946, durante o Governo Provisório, instituiu a Lei Orgânica do Ensino Primário, estabelecendo as diretrizes gerais desse nível de ensino, que permaneceu sob a responsabilidade dos Estados, e organizou o ensino primário supletivo, com duração de dois anos, destinado a adolescentes a partir dos 13 anos e adultos. Além disso, organizou o ensino normal e o ensino agrícola e também criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, por meio dos Decretos-Leis nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946 (BRASIL,1946a), que organizou o ensino primário em nível nacional; nº 8.530 de 02 de janeiro de 1946 (BRASIL,1946b), que organizou o ensino normal; nº 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946 (BRASIL,1946c), que criaram o Senac, e o nº 9.613 de 20 de agosto de 1946 (BRASIL, 1946d), que organizou o ensino agrícola.

Acerca da reestruturação do ensino nas escolas normais, tem-se o Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 (BRASIL,1946b), estabelecendo suas finalidades como sendo prover a formação do pessoal docente necessário às escolas primárias, habilitar administradores escolares destinados as mesmas escolas e desenvolver e

propagar os conhecimentos e técnicas relativas à educação da infância. Assim, a nova estrutura do Ensino Normal no período do Estado Novo compreendia dois ciclos. O primeiro destinava-se a formar o regente de ensino primário e tinha a duração de quatro anos. O segundo, com três anos, era destinado a preparar professores primários. Neste nível, seriam ministrados ainda cursos de especialização e de administração.

Esses cursos seriam oferecidos por três tipos de estabelecimentos de Ensino Normal: o Curso Normal Regional, que visava preparar professores em nível de primeiro ciclo; a Escola Normal, que poderia ministrar ambos os ciclos, e o Instituto de Educação que, além da formação de professores primários, era responsável pelos cursos de especialização e de administração escolar. Sobre essa nova roupagem das Escolas Normais divididas em ciclos de ensino, Saviani (2005) afirma que,

Seguindo a estrutura dos demais cursos de nível secundário, o ensino normal foi dividido em dois ciclos: o primeiro ciclo, com a duração de quatro anos, correspondia ao ciclo ginasial do curso secundário, destinava-se a formar regentes do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais Regionais; o segundo ciclo, com a duração de três anos, correspondia ao ciclo colegial do curso secundário, destinava-se a formar os professores do ensino primário e funcionaria em Escolas Normais e nos Institutos de Educação. Estes, além dos cursos citados, abrangiam Jardim de Infância e Escola Primária anexos e ministrariam também cursos de especialização de professores primários para as áreas de educação especial, ensino supletivo, desenho e artes aplicadas, música e canto e cursos de administradores escolares para formar diretores, orientadores e inspetores escolares. (SAVIANI, 2005, p.18)

Os cursos de especialização e habilitação que, como determinava a lei, só poderiam funcionar nos Institutos de Educação, seriam ministrados com a finalidade de especializar professores para a educação pré-primária, ensino complementar primário, ensino supletivo, desenho e artes aplicadas e música, assim como para habilitar pessoal em administração escolar. Os programas de ensino deveriam pautar-se pela simplicidade, clareza e flexibilidade.

O fim do Estado Novo trouxe a adoção de uma nova Constituição de cunho liberal e democrático. Na área da educação, ela determina a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário e dá poder à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Além disso, a nova Constituição fez voltar o princípio de que a educação é direito de todos, inspirada nos preceitos proclamados pelos Pioneiros, no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, nos primeiros anos da década de 1930.

Em 1949, o Brasil contava com 540 escolas espalhadas por todo o território nacional, porém, essas escolas não tinham organização fundada em diretrizes estabelecidas pelo governo federal. Tal como o ensino primário, o ensino normal era assunto de alcance dos Estados, ficando as reformas restritas aos limites geográficos daqueles que a promovessem.

Sob esse modelo, a Escola Normal prevaleceu até as adequações no campo educacional, oriundas da mudança política instaurada com o golpe militar ocorrido no ano de 1964. Duas leis são importantes nesse processo. A primeira, a Lei nº 5.540/68 (BRASIL, 1968), que reformulou o ensino superior; e a segunda, que mais interessa a esta pesquisa, a Lei nº 5.692/71 (BRASIL, 1971), que extinguiu os ensinos primário, secundário e escolas normais, criando, a partir daí, o primeiro e segundo graus, dando origem a uma nova estrutura assim descrita pelo por Saviani (2005):

Em lugar de um curso primário com a duração de quatro anos, seguido de um ensino médio subdividido verticalmente em um curso ginásial de quatro séries e um curso colegial de três, organizou-se um ensino de primeiro grau com a duração de oito anos e um ensino de segundo grau de três a quatro anos. Em lugar de um ensino médio subdividido horizontalmente em ramos, instituiu-se um curso de segundo grau unificado, de caráter profissionalizante, albergando, ao menos como possibilidade, um leque amplo de habilitações profissionais. (SAVIANI, 2005, p. 19)

Segundo Tanuri (2000, p.80), nesse momento, a tradicional Escola Normal perdia o status de “escola” e, mesmo, de “curso”, diluindo-se numa das muitas habilitações profissionais do ensino de segundo grau, a chamada Habilitação Específica para o Magistério – HEM. Concomitantemente, desapareciam os Institutos de Educação e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser feita exclusivamente nos cursos de Pedagogia.

1.2 Educação Conservadora: influências da Igreja Católica na formação escolar feminina

A Igreja Católica exerceu uma grande influência na educação escolar, primeiramente, com os jesuítas e, posteriormente, com as ordens e congregações religiosas estrangeiras ou fundadas no Brasil por estrangeiros, como, por exemplo, a Congregação das Irmãs Sacramentinas. A esse respeito, Furtado (2001) esclarece o assunto:

A História da Educação no Brasil é fortemente marcada pela presença dos católicos nos meios escolares, pois a educação escolar brasileira esteve intimamente ligada com a atuação da Igreja Católica, primeiramente com os jesuítas e a partir do século XIX, com as Ordens e Congregações religiosas estrangeiras. Com a vinda das Ordens e Congregações religiosas estrangeiras para o Brasil. (FURTADO, 2001, p.1)

Vê-se que a origem da educação brasileira se mistura com a história dos jesuítas, pois os primeiros padres jesuítas saíram da Companhia de Jesus de Portugal em direção ao Brasil. Essa foi a ordem religiosa que mais influenciou a educação brasileira, pois, segundo Aranha (2006), esses missionários chegaram ao Brasil junto com os colonizadores pouco depois da descoberta das novas terras e foram responsáveis pelo ensino no país por cerca de 210 anos.

Em consonância com o pensamento de Aranha, Azevedo (1958) diz que quando desembarcaram, os Jesuítas fundaram em suas residências ou conventos, os chamados colégios para o domínio das almas, a pedido das elites locais, cujo acesso era restrito aos filhos de portugueses e ou donos dos engenhos.

Nesse contexto, havia dois tipos de ambientes escolares: aquele que reunia os indígenas, tanto para a educação quanto para a catequização, e aquele preparado para os filhos da elite colonial, os chamados colégios, em que os jesuítas se dedicavam à educação desse público.

No entanto, em meados do século XVIII, segundo Hilsdorf (2003), mais especificamente em 1759, ocorreram as Reformas Pombalinas, implantando um regime anticlerical. Assim, os jesuítas foram expulsos tanto de Portugal quanto de suas colônias, incluindo o Brasil. Dessa feita, o Marquês de Pombal começou a apoiar o ensino relacionado à Filosofia e às Ciências Modernas, principalmente nos moldes do pensamento iluminista. Mesmo assim, a relação entre Igreja Católica e educação no Brasil é muito forte, mesmo porque a herança deixada pelos jesuítas criou marcas profundas sociedade brasileira. Ademais, são numerosas as instituições de ensino desde a educação básica até a superior que carregam o reconhecimento da Igreja Católica, por exemplo, as redes de educação Marista, Sacramentina, Salesiana e, no ensino superior, destaca-se a estruturação das instituições denominadas de Pontifícia Universidade Católica – PUC, entre outras. Vale lembrar que há no Brasil a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil – Anec³, que congrega instituições mantenedoras de estabelecimentos confessionais católicos de educação, totalizando 430 mantenedoras, 2.000 escolas e 130 instituições de ensino superior⁴. Veja que, a partir do século

³ Vale ressaltar que antes da criação da ANEC, existia a Associação Educacional Católica - AEC

⁴ Cf. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA - ANEC (Brasil). **Associadas**. 2018. Disponível em: <<http://anec.org.br/associadas/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

XVIII, apareceram diversos colégios confessionais femininos, cuja intenção era desenhar um modelo de mulher ideal, temente a Deus e dedicada ao lar, por meio da disciplinarização e da formação moral. Seus currículos preocupavam-se com uma educação sofisticada, cercada de valores religiosos, que moldavam as moças de família para desempenhar o papel de mãe e de esposa. Assim, as escolas confessionais chegaram para exercer um papel crucial nas instituições escolares no que diz respeito à formação de suas alunas. Por sua vez, a sociedade concedia às escolas a responsabilidade dessa boa formação.

No século XIX, especificamente a partir de 1808, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil e a abertura dos portos para o mercado mundial, a sociedade percebeu a necessidade de mudanças, uma vez que não era mais possível manter as mulheres no mesmo nível de ignorância que se encontravam, pois que a sociedade brasileira estava se transformando e a cultura feminina da época estava tornando-se incompatível como o novo mundo.

Segundo Manoel (1996, p. 22), “não se tratava, portanto, de uma educação profissionalizante, mas uma educação voltada para o polimento sociocultural das mulheres”. Era, então, necessário que as mulheres aprendessem a conversar em vários ambientes, ler, escrever, além disso, que fossem educadas e formadas para bem frequentar os eventos sociais. No entanto, segundo Manoel (1996), para que as mulheres fossem ensinadas/formadas, devia haver escolas, e isso na época não era comum.

A partir do decreto de 15 de outubro de 1827, o governo do império elaborou um currículo não profissionalizante para a educação das mulheres, direcionado para a formação de donas de casa, constituído das disciplinas de leitura, escrita, quatro operações, gramática, moral cristã, doutrina católica e prendas domésticas. O Estado estabeleceu um currículo para a educação feminina e um currículo, porém mais completo, para a educação masculina, no entanto, não criou as escolas, não possibilitou condições práticas para que esses currículos fossem executados. Manoel afirma que:

A questão era que o Estado, desde Pedro I, vinha eximindo-se da responsabilidade de manutenção do sistema escolar, e desde a Lei n. 16, de 12 de agosto de 1834, o problema da educação primária e secundária foi deixado a cargo dos governos provinciais. (MANOEL, 1996, p. 23)

Outra questão importante a salientar foi relacionada à educação pública e gratuita. Algumas pessoas eram contrárias a esse tipo de educação, pois o consideravam contrário aos interesses nacionais e também um desperdício de dinheiro. O Estado então adotou uma política de privilégios para os grupos de ensino privados, o que tornou ineficiente a educação pública.

Dessa forma, a “escola” não tinha um lugar próprio para as práticas escolares, e os professores tinham que pagar para ensinar, comprando materiais em geral para a eficiência do ensino. Quem estudava nessas escolas era a classe pobre da sociedade, enquanto que os filhos e filhas das classes mais abastadas frequentavam escolas particulares ou eram ensinados dentro de suas casas por um mestre.

Mesmo assim, a educação feminina ficava restrita às prendas domésticas e ao polimento sociocultural, com mestres ensinando nas próprias residências das alunas ou a única possibilidade de a mulher estudar restringia-se aos conventos femininos da Igreja Católica. Manoel (1996) esclarece ainda que:

Na medida em que, inicialmente, a educação feminina era considerada apenas um luxo, uma “excentricidade de endinheirados”, somente os seguimentos muito ricos da oligarquia se preocuparam com ela. Por isso, naquele momento, a tendência predominante foi a educação na própria residência da aluna, concentrando-se mais no polimento sociocultural da jovem, já que se ensinavam várias línguas estrangeiras (Francês, Inglês, Italiano e Alemão) além de música, dança e pintura. (MANOEL, 1996, p. 26)

Como a modernidade estava se alastrando na sociedade, ou seja, o pensamento crítico ainda ligado aos preceitos da Igreja Católica estavam sendo rompidos e o estabelecimento da razão, como forma autônoma de construção de conhecimento, desligado de preceitos teológicos, construindo assim o pensamento moderno, a Oligarquia sentia-se receosa com a educação feminina, pois tinha medo que a modernidade atraísse as mulheres para uma nova forma de estar no mundo e corrompesse as relações familiares.

No meio católico, ou em suas proximidades, a objeção à liberdade das mulheres tornou-se mais fortalecida. Para o catolicismo conservador, toda forma de profissionalização da mulher ou acesso e exercício dos direitos cívicos, era considerado uma afronta às leis de Deus, um retrocesso e um desmoronamento da sociedade. Uma vez que para a sociedade conservadora, as leis naturais e divinas teriam instaurado para as mulheres as práticas domésticas e para os homens as práticas sociais e cívicas. E nesse mesmo sentido, na esfera educacional, atender às leis divinas significava que a mulher deveria ter um ensino inferior ao do homem e jamais no mesmo nível daquela oferecida a ele. Consequentemente, a sociedade interessada na educação feminina delegou à Igreja Católica a missão de educar suas filhas que, sempre muito controladora, não aceitou a ideia de emancipação feminina, pois salientava a formação da mãe, a formação da esposa e a formação da professora em conformidade com os valores e princípios da ideologia católica vigente.

Nesse contexto, restritos apenas ao público feminino, o que se tem é a manutenção dos colégios religiosos, responsáveis pela instrução das filhas da elite brasileira, professando a educação confessional e garantindo a formação da mulher à imagem e semelhança de Maria, a boa mãe. Assim,

A implantação dos colégios confessionais católicos femininos se voltou de modo direto para a educação feminina, na formação de mães e esposas, aptas a contribuírem para o desenvolvimento da nação brasileira. O Estado brasileiro, no Império e na República, optou por financiar as escolas católicas com a finalidade de suprir as insuficiências da escola pública e de seus professores leigos, desvinculados do conservadorismo. O Estado, a oligarquia e a Igreja Católica, por sua vez, criaram os colégios femininos como parte da estratégia ultramontana⁵ de querer “recristianizar toda a sociedade”. (MANOEL, 1996, p. 8, grifos do autor)

No período, a educação confessional era empregada a públicos femininos distintos. As filhas da elite brasileira, muitas vezes enclausuradas em internatos católicos, eram formadas para cumprir o papel de esposa e mãe, enquanto as moças órfãs ou filhas de pais muito pobres eram educadas para o mundo trabalho.

1.3 Feminização do Magistério no Brasil

A história da feminização do magistério no Brasil tem chamado a atenção para a importância de se compreender o que aconteceu na escola na medida em que as mulheres foram ocupando esses espaços e se constituindo a maioria do corpo docente, enquanto que, no século XX, os homens, assim como hoje, participam menos desse cenário. Esse desprestígio da profissão por parte dos homens pode ser explicado tanto em função dos baixos salários quanto à concepção de que o cuidado e a educação das crianças devem ficar a cargo da mulher.

⁵ De acordo com Camargo (2014), o ultramontanismo foi um movimento de orientação política que nasceu dentro da Igreja Católica no continente europeu e foi desenvolvido pela Cúria Romana. Esse movimento estimulou a criação de várias congregações cristãs no mundo todo e sobretudo no Brasil. Em relação aos princípios do modelo ultramontano, estava inserido um projeto educacional que englobava principalmente a educação feminina, pois era uma forma de reformar a educação oferecida as mulheres que sempre foi precária no país, visto que as alunas, seriam posteriormente, educadoras dos filhos e da sociedade seguindo os preceitos do catolicismo. Foi importantíssimo para a igreja o controle do sistema educacional brasileiro, pois era necessário educar as crianças e os jovens e se a igreja não conseguia controlar toda a produção de conhecimento, o sistema educacional conseguia selecionar o que deveria ser ensinado, formando jovens dentro dos princípios ultramontanos. Cf. CAMARGO, K.G.F. **O catolicismo ultramontano: um estudo sobre a instrução feminina no Colégio Sant’Anna no findar do século XIX até meados do século XX.** Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS. 2014 (Dissertação de mestrado em Educação)

Assim, com a expansão do sistema educacional brasileiro, desponta, a partir de 1830, a necessidade de criação de escolas para a formação de professores. Essas instituições inicialmente eram tanto para mulheres quanto para homens, pois esperava-se um notório aumento da demanda escolar. Entretanto, segundo Azevedo (1958), quem ocupa o espaço do ambiente escolar são as mulheres, até mesmo porque o crescimento das cidades, embora lento, e o surgimento de outros empregos com salários melhores contribuíram para que os homens se afastassem do magistério dedicando-se a cargos como diretores e afins. Isso se dá por vários fatores, também pela questão salarial.

[...]... esses homens que assumiram o magistério como profissão iam tentando direcionar sua carreira para outros postos e abandonar o espaço “feminino” das salas de aulas. Deixam de ser professores para se tornarem diretores, supervisores, formadores de professores, delegados de ensino, chefe de instrução pública etc., e, dessa maneira, continuar controlando a profissão já maciçamente feminina. (DEMARTINE; ANTUNES, 2006, p. 87).

As mulheres não ministravam disciplinas muito complexas, com a justificativa que eram mais difíceis, tais como geometria e aritmética, que causariam um prejuízo grande à saúde feminina: mal ao cérebro delas. Relacionado ao trabalho das professoras, o Art. 12º da Primeira Lei da Instrução Pública de 15 de outubro de 1827 (BRASIL, 1827), conhecida também como Decreto das Escolas de Primeiras Letras, estabelecia o seguinte:

As mestras, além, do declarado no art. 6º, com exclusão das noções de geometria e limitando a instrução de aritmética, ensinarão também as prendas que servem à economia domestica; e serão nomeadas pelos Presidentes em Conselhos, aquellas mulheres, que sendo brasileiras e de reconhecida honestidade se mostrarem com mais conhecimentos nos exames feitos na forma do art. 7º. (BRASIL, 1827, online)

Inicialmente, as Escolas Normais tinham o projeto de preencher as funções por meio de um perfil masculino, entretanto, os homens não aceitavam os salários pagos e nem o tipo de trabalho que seria exercido. Segundo Vasconcelos (2004), a partir do momento em que o Estado Imperial propõe-se a centralizar as decisões e ações, entre elas a educação, nota-se a feminização do magistério com vagas destinadas, em sua maioria, às moças das elites social e econômica. Essa feminização estimulou o Estado a colocar em discussão políticas educativas relacionadas ao magistério para atrair essas mulheres para a escola estatal.

Assim, olhando para as preceptoras no “espaço doméstico”, procura estabelecer-se a relação entre feminização do ensino e a divisão sexual do trabalho na “esfera doméstica” onde as mulheres estavam encarregadas da

educação de crianças. Foi provavelmente este fato que inspirou o Estado na produção de políticas relacionadas sobre “quem deveria sentar-se na cadeira de professor”. (VASCONCELOS, 2004, p. 156)

Ser professor no século XIX era a única atividade remunerada praticada por homens e mulheres, visto que era realizada dentro do ambiente doméstico. Nessa época, ter um professor em casa sinalizava o status do poder econômico das famílias. Vasconcelos (2004, p. 155) ressalta o que a sociedade imaginava sobre a mulher:

Aquelas mulheres, que tinham que procurar emprego como preceptoras, embora oriundas de meios da classe média, eram olhadas como falhadas dentro do sistema. A sociedade considerou acertado definir que a mulher que trabalha perde a sua posição social, a posição de preceptora parece ter sido apropriada porque, embora fosse um emprego assalariado, era realizado dentro de casa. A preceptora fazia algo que poderia fazer, em melhores circunstâncias como esposa. Evitava a posição indecorosa e imprópria para uma senhora de trabalhar no espaço público. (ARAÚJO apud VASCONCELOS, 2004, p. 155)

A inclusão das mulheres no mercado de trabalho como professoras enfatizava uma tendência para a sua profissionalização que, em uma sociedade patriarcal no século XIX, confrontou-se com a resistência dos homens.

As mulheres sempre trabalharam, mas o que colocou um problema para elas foi o exercício de trabalhos assalariados, ofícios e profissões praticados fora de casa. [...]. As mulheres passaram por reais dificuldades para obterem o direito ao salário. (PERROT, 1998, p. 97-98)

Assim sendo, as Escolas Normais surgem nesse contexto, com a necessidade de instituições que tivessem como objetivo a formação de professores. Almeida (1998, p. 39) ressalta que as mulheres “ao acatarem o discurso da domesticidade e ao aplicá-lo ao exercício do magistério, conseguiram ocupar um espaço que lhes permitiu, posteriormente, um maior engajamento profissional”. Dessa forma, temos o início da feminização do magistério no Brasil.

Para justificar a evasão dos homens do magistério, começaram a aparecer discursos que procuravam tornar inerente a predisposição das mulheres para docência. Enfatizava-se que elas tinham aptidão para serem professoras, pois essa profissão passava a ser vista como uma extensão do lar. Assim, segundo Almeida (1998), a profissão passa a adquirir características femininas, tais como fragilidade, afetividade, paciência, doação, etc. Outro fator que tenta justificar a saída dos homens do magistério, como já ressaltados anteriormente, é o processo de urbanização e industrialização que acontecera no Brasil no século XIX. Isso fez com que os homens saíssem das salas de aulas e fossem procurar outras oportunidades de trabalhos com salários melhores. Almeida (1998) afirma que:

[...] a procura da Escola Normal [pelo gênero masculino] deveu-se a ausência de outros tipos de cursos que pudessem estar ao alcance do segmento médio que passava a frequentá-lo e que via na educação uma forma de ascensão social. (ALMEIDA, 1998, p. 35)

Importante ressaltar que quando se fala de vocação feminina para o magistério, simula-se uma vigilância e um controle sobre a mulher. Entretanto, muitas delas percebiam no magistério uma grande chance de sair do âmbito doméstico e fugir das normas tradicionais impostas pela sociedade daquela época. Ser professora era um meio de se realizar pessoalmente, condição negada à mulher tanto do ponto de vista social e cultural quanto histórico. Ao público feminino restava como única alternativa o curso de formação de professora, visto que à mulher era vedado o ingresso no ensino superior oferecido.

Ainda assim, os discursos permaneciam. Eles vinham certificar a já prevista superioridade masculina, pois o professor era ligado à autoridade no conhecimento e a professora associada ao apoio e aos cuidados direcionados aos alunos. A mulher sempre esteve em desvantagem no que diz respeito às relações de poder. Isso sempre aconteceu devido à determinação dos papéis destinados a cada sexo na sociedade, por exemplo, ser funcionário público era uma oportunidade restrita aos homens.

Desde o Império, o ensino secundário para mulheres era restrito à iniciativa particular e a única forma de dar continuidade aos estudos primários públicos era ingressando na Escola Normal.

Durante o Império, o ensino secundário era propedêutico e destinava-se àqueles que pretendiam prosseguir os estudos em nível superior, sendo que este último não era permitido às mulheres. A Escola Normal, então, passou a representar uma das poucas oportunidades, se não a única, de as mulheres prosseguirem seus estudos além do primário. Ela abrigou tanto mulheres que queriam efetivamente lecionar, como outras que buscavam apenas dar continuidade aos estudos e adquirir boa formação geral antes de se casarem. (DEMARTINI; ANTUNES, 2002, p. 70).

Isso pode ter ocasionado o desprestígio social da profissão, baixas qualificações e remunerações e a presença marcante das mulheres nos Cursos Normais. Segundo Vasconcelos (2004), no século XIX aparecem instituições com foco na formação de professoras, gerando oportunidade para meninas órfãs. Isso também contribuiu para o desprestígio da profissão, pois formavam um número muito grande de professoras, aumentando dessa forma, a demanda.

Com isso, aumentou o número de preceptoras, gerando competição e achatamento de salário, que já era baixo. Com enorme número de mulheres

buscando trabalho, o patrão podia barganhar o salário. Mesmo quando conseguia remuneração melhor, estava sempre fora da esfera dos confortos da classe média. (VASCONCELOS, 2004, p.176)

Importante ressaltar que esse discurso de desvalorização da profissão fez com que a sociedade e os próprios profissionais internalizassem essa questão, embora Campos (2002) enfatize que alguns discursos desse modelo não se sustentam. Alguns autores defendem que o processo de desvalorização da profissão está ligado ao grande número de jovens órfãos que entraram para o mercado de trabalho, vez que, durante esse período, muitas profissionais eram formadas dentro de instituições confessionais que acolhiam meninas órfãs e as qualificavam para exercer a docência. Essa hipótese de orfandade serviu para também gerar o desprestígio da profissão corroborando com a ideia de assistencialismo.

A docência passa então a ser vista como uma atividade feminina, exercida paralelamente à tarefa de administradora do lar. A convicção de que as mulheres tinham vocação para a docência contribuiu para a feminização do magistério.

Historicamente, o conceito de vocação foi aceito e expresso pelos próprios educadores e educadoras, que argumentavam quem, como a escolha da carreira devia ser adequada à natureza feminina, atividades requerendo sentimento, dedicação, minúcia e paciência deveriam ser preferidas. Ligado a ideia de que as pessoas têm aptidões e tendências inatas para certas ocupações, o conceito de vocação foi um dos mecanismos mais eficientes para induzir as mulheres a escolher as profissões menos valorizadas socialmente. (BRUSCHINI; AMADO, 1998, p. 7)

Certamente, perceber como as professoras entendem atualmente a feminização da sua profissão, socialmente vista como um trabalho de cunho feminino, torna-se muito importante para mostrar os novos rumos relacionados ao seu status profissional, sua situação social e, até mesmo, suas condições de trabalho.

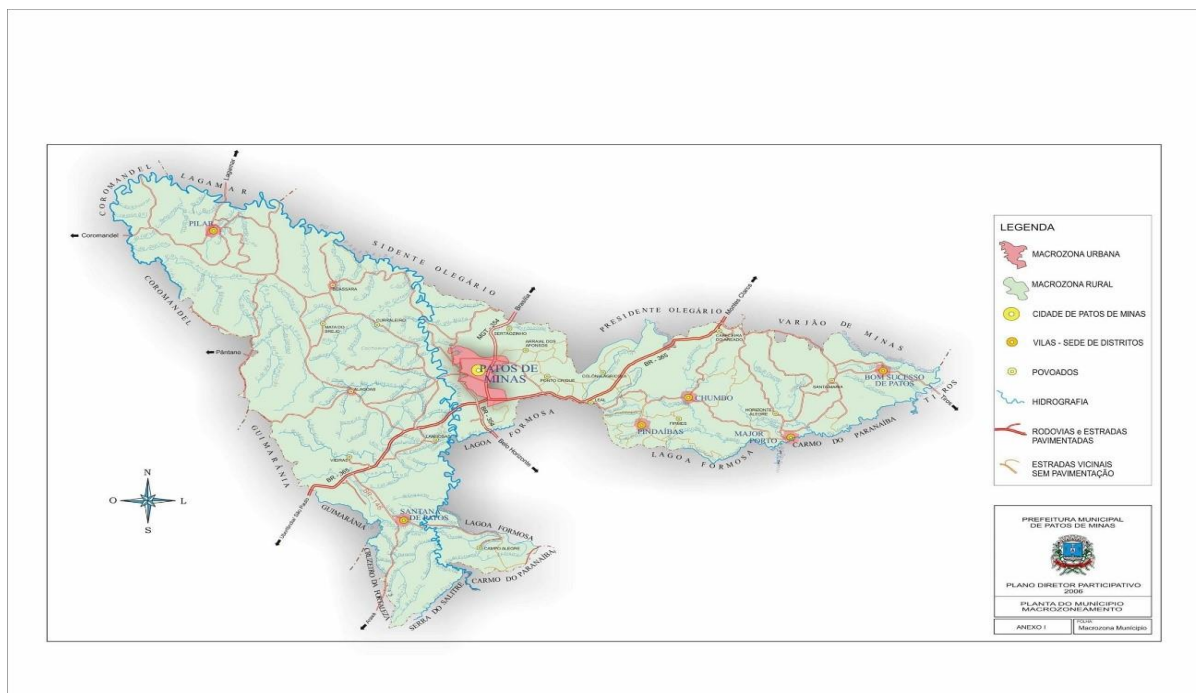
Durante os anos iniciais da Primeira República, a mulher passou a ser vista como meio possível para o progresso, e como a grande responsável em desenvolver a mais nobre tarefa de sua existência: formar o homem. Nesse período, dá-se extrema importância à educação, realçando através dela a valorização do homem. Esse pensamento levanta questões como o alto índice de analfabetismo, que se constituía na grande problemática para a nação, exigindo, assim, a expansão do ensino primário gratuito. Desse modo, assim como a mulher se enquadrava dentro da realidade analfabeta do Brasil, a preocupação com a sua instrução passa a ser um dos problemas levantados pela educação, despertando a necessidade da formação da mulher e abrindo novas possibilidades para sua instrução.

2 O COLÉGIO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS E A FORMAÇÃO CATÓLICA FEMININA NA SOCIEDADE PATENSE

2.1 Resgatando um pouco da história da cidade de Patos de Minas

O município de Patos de Minas está situado no Estado de Minas Gerais na mesorregião denominada Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, sendo constituído de sete distritos: Patos de Minas, Bom Sucesso de Patos, Chumbo, Major Porto, Pilar, Pindaíbas e Santana de Patos, conforme mostra o Mapa 1.

Mapa 1: Localização da cidade de Patos de Minas – MG.



Fonte: Patos de Minas (2018).

Os primeiros registros do processo de colonização da região, ocupada hoje pelo município de Patos de Minas e distritos vizinhos, tiveram início na metade do século XVIII, período que antecede à descoberta do ouro nas regiões das minas. Inicialmente, a região começou a ser percorrida por bandeirantes:

A primeira bandeira que passou por aqui foi chefiada por Lourenço Taques, em 1670. Depois de lutar muito com os índios, perto da conquista e sair

vitorioso, continuou a andar pelo sertão adentro. Passou por Araxá e foi andando até chegar a Paracatu. (MELLO, 1978, p.16)

Esses bandeirantes percorriam grandes extensões de terra e mata, lugares muitas vezes inóspitos, abrindo as chamadas “picadas”, caminhos por eles percorridos. Ao longo da viagem, surgiam pequenos pontos que serviam de pouso para tropeiros e bandeirantes. Algumas dessas paragens deram origem às cidades de Patos de Minas, Rio Paranaíba, entre outras.

Em consonância com Mello (1978), até 1760 o território patense era ocupado apenas por negros fugidos das minas de Paracatu e de Goiás. Entretanto, eles não exerceram nenhuma influência na formação do futuro povoado. Inicialmente, conhecida como Lagoa dos Patos, a cidade de Patos de Minas surgiu na segunda década do século XIX, onde ali se fixaram seus primeiros moradores, constituídos por lavradores e criadores de gado. “Em 1820 se iniciara o agrupamento de casas que viria a ser a cidade de Patos de Minas” (MELLO, 1978, p.24).

A nomenclatura Lagoa dos Patos se deu devido à quantidade de patos silvestres que existiam em torno da lagoa, que se situava onde atualmente está o Pátio Central Shopping. A primeira fazenda instalada no local, denominada Os Patos, em meados do século XIX, já predizia o nome da futura cidade. Em 1828, o arraial de Lagoa dos Patos, passou a se chamar Santo Antônio da Beira do Rio Paranaíba, pois já era considerado povoado. Em 1832, alcançando a condição de Distrito, teve seu nome alterado para Santo Antônio dos Patos da Beira do Rio Paranaíba que, em 1842, foi incorporado município de Patrocínio. Posteriormente, em 30 de outubro de 1866, houve emancipação e criação do município de Santo Antônio dos Patos, cuja instalação deu-se em 29 de fevereiro de 1868. No caso, a sede do município passou ao status de Vila, conforme os direitos legais da época.

O pequeno povoado cresceu, virou arraial e depois vila, tendo sido elevada à categoria de cidade no dia 24 de maio do ano 1892, com a denominação de Patos. Por essa razão, atualmente, seu aniversário é comemorado em 24 de maio, ocasião em que se realiza a "Festa Nacional do Milho", em comemoração à farta colheita desse grão em toda a região.

Em 1944, o governo do Estado de Minas Gerais mudou o nome da cidade para Guaratinga, provocando insatisfação na população. Atendendo aos apelos populares, em 3 de junho de 1945, o município é finalmente denominado de Patos de Minas, para distingui-lo de Patos, mais antigo e localizado no Estado da Paraíba.

‘Tra’banda da Lagoa’ virou Rosário. A lagoa secou, virou ruas. A água evaporou, virou asfalto. Os patos sumiram. Casas foram aparecendo. Gente morando dentro delas. Até campo de futebol virou. Passou a juntar fanáticos. Parece que estou vendo com os ouvidos: ‘Mamoré... Mamoré, campeeeão’. E

bandeiras esvoaçando. Mas, cadê o campo? Também sumiu. No seu lugar não mais amontoado de gente, mas de lojas, de butiques, de supermercados, de garagens guardando os carros. E, lá de cá da ‘Tra’banda da Lagoa’ virou centro. Nem um fiapo d’água. Os peixes sumiram, gente ficou no seu lugar. É gente que vai, é gente que vem. É o bulício cotidiano. Motores de carro jogando fumaça suja no ar, roncando nas saídas dos sinaleiros. Portas se abrem, portas se fecham. Homens entram de mãos vazias, alguns saem com elas cheias, outros olham com descaso para as vitrinas das lojas. E rostos cansados debaixo da canícula do sol, olhando pra frente, pros lados, pra trás, pra baixo. (MELLO, 1992, p.72)

Parta melhor compreensão, a QUADRO 2 aponta a cronologia das variações toponímicas da cidade.

Quadro 2: Cronologia das denominações do atual município de Patos de Minas.

1826	1828	1832	1866	1892	1944	1945
OS PATOS	SANTO ANTÔNIO DA BEIRA DO RIO PARANAÍBA	SANTO ANTÔNIO DOS PATOS DA BEIRA DO RIO PARANAÍBA	SANTO ANTÔNIO DOS PATOS	PATOS	GUARATINGA	PATOS DE MINAS
FAZENDA	POVOADO	DISTRITO	VILA	CIDADE	CIDADE	CIDADE

Fonte: Elaborado pela autora (2017).

O desenvolvimento mais intenso do município aconteceu na década de 1930 através dos melhoramentos executados pelo Governo do Estado, cujo presidente era o patense Olegário Dias Maciel. Em seu governo, instalou-se e construiu-se a sede da Escola Normal (hoje denominada Escola Estadual Professor Antônio Dias Maciel), o Hospital Regional Antônio Dias Maciel, o Fórum Olympio Borges e o grupo escolar Marcolino de Barros. Essas obras ampliaram notoriamente a influência do município na região.

Por volta de 1960, Patos de Minas apresenta grande crescimento populacional. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1950, a cidade possuía por volta de 45 mil habitantes e, no ano de 1960, passou para aproximadamente 72 mil habitantes. O processo de urbanização no Brasil, principalmente na região Sudeste, incitado por um intenso êxodo rural, pode ser apontado como consequência desse aumento. Além disso, quando destacamos a região do Alto Paranaíba, especificamente, podemos ressaltar também, em

relação à ampliação das áreas urbanas, a construção das rodovias 262 e 040, que ligaram Patos de Minas às importantes estradas nacionais.

No que tange ao desenvolvimento de um sistema educacional, que resultou na criação do Grupo Escolar de Patos, Escola Normal e demais instituições escolares, deu-se primeiramente por meio do Decreto nº 4.065 de 23 de dezembro de 1913 (MINAS GERAIS, 1913), que estabeleceu a criação de um grupo escolar na cidade, sendo inaugurado em 4 de junho de 1917. Trata-se do Grupo Escolar de Patos, que iniciou suas atividades com 321 alunos matriculados, sendo esse número composto pelo público feminino e masculino. Mais tarde, no ano de 1919, o estabelecimento de ensino passou a ser denominado Grupo Escolar Marcolino de Barros, em razão do reconhecimento dos feitos prestados pelo político Marcolino de Barros na cidade de Patos de Minas. De acordo com Mello (1978, p.58), naquela época, criar um grupo escolar era tão importante quanto fundar uma faculdade nos dias de hoje. Durante a década de 1930, mais precisamente em 1932, houve a criação da Escola Normal Oficial de Patos de Minas, para formar professores primários.

Entre os anos de 1960 e 1970, momento histórico em que o Brasil vivia sob pressão da ditadura militar, houve a criação de novas instituições de ensino no município de Patos de Minas. Destacam-se as criações do Colégio Municipal, transformado, mais tarde, em Escola Estadual Professor Zama Maciel⁶ e da Fundação Educacional de Patos de Minas, com apenas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, instalando, em 1970, o primeiro curso superior.

2.2 A expansão do ensino em Patos de Minas

Inicialmente, em Patos de Minas, o ensino foi conduzido por meio do mestre escola. Com a escassez de escolas oficialmente instaladas tanto na região como no Brasil, os mestres-escolas eram, em muitos casos, a base da educação urbana e, principalmente, nas áreas rurais brasileiras. Foram eles os primeiros educadores rurais, pois ensinavam a ler, a escrever e a fazer contas e, às vezes, utilizavam livros e manuscritos que serviam como instrumentos para auxiliar na alfabetização e, depois, usados nos processos de avaliação do aprendizado. Então, no Brasil, os mestres-escolas, mesmo com pouca formação, eram os representantes do conhecimento intelectual que saíam a caminhar no meio rural brasileiro a pedido dos proprietários de fazendas, sendo por eles remunerados. De acordo com Fonseca (1974), eles iam até as fazendas com o

⁶ Cf. FERNANDES, Altamir. **Colégio Estadual de Patos de Minas: Memórias de sua criação**. Patos de Minas: edição do autor, 2017.

maior número de pessoas, estabeleciam um acordo com os fazendeiros e iniciavam o ensino das primeiras letras.

O mestre-escola poderia ser remunerado parcialmente ou totalmente pelos seus serviços, por meio de alimentos produzidos na fazenda, tais como farinha, toucinho, feijão, arroz, ou até mesmo outros instrumentos que se constituíam produtos para a barganha. Ainda em consonância com Fonseca (1974), devido ao grande atraso nos estabelecimentos de escolas rurais, a melhor alternativa era de fato a adoção dos mestres-escolas nessas localidades. Em Patos de Minas não foi diferente, os mestres-escolas, espalhados por todo o município, tiveram um trabalho notório, uma vez que as escolas públicas não eram suficientes para atender à população rural em idade escolar. Importante, portanto, ressaltar que os mestres-escolas foram responsáveis pelo único sistema educacional existente no meio rural de Patos de Minas durante décadas. Mesmo com instalações precárias para a prática da alfabetização e a falta de material adequado, eles possibilitaram que as crianças do meio rural não ficassem completamente alheias ao conhecimento e à educação.

Por volta da metade do século XX, os mestres-escolas começaram a perder sua notoriedade, pois as edificações de prédios escolares municipais começaram a aparecer, modificando a realidade local. Nessa época, a população do campo passou a ter o ensino institucionalizado e pago pelo Poder Público e assim não mais justificaria a presença do mestre-escola no campo. Além disso, o êxodo rural já começava a esvaziar o campo, sobretudo com migração de grande parte das famílias de maior poder aquisitivo das áreas rurais para o meio urbano, geralmente em busca de uma educação com melhor qualidade para seus filhos que, na maioria dos casos, só era encontrada nas cidades.

Oliveira Mello (1978) ressalta que no dia 7 de maio de 1853 foi criada a cadeira de instrução primária do primeiro grau no arraial de Santo Antônio dos Patos, sendo a primeira escola pública na região. E em 3 de outubro de 1854 foi nomeado o primeiro professor, Francisco de Paula e Souza Brêtas. Nos fins da Monarquia, funcionou uma escola particular dirigida pela inglesa D^a Eliza Smith. Na primeira década do século XX, na cidade, funcionavam as escolas primárias regidas pelos professores Modesto de Melo Ribeiro, Felipe Rodrigues Correia e D^a Isabel Alves Moreira Sobrinha. Também funcionava a escola primária particular regida por um casal de professores.

É de justiça salientar que o Prof. Modesto de Melo Ribeiro foi o primeiro normalista a exercer a profissão em Patos de Minas, onde introduziu novos métodos de ensino, fugindo à generalizada soletração. A sua escola era para meninos, e esse exímio mestre ensinou durante longos anos. A escola de D^a Isabel – D^a Belinha era para meninas e funcionava em prédio existente na esquina da Av. Getúlio Vargas e Rua Olegário Maciel, onde, hoje, está a Livraria Católica. (MELLO, 1971, p.191)

Apesar da criação e implantação das referidas escolas no município, desde a emancipação em 1866 até a década de 40 do século XX, as escolas com ensino oficializado não eram suficientes para atender toda a população em idade escolar. Entre os anos de 1906 e 1929, o município de Patos de Minas contava com alguns educandários. Em 1906, foi criado o Atheneu, dedicado ao ensino de matérias do curso ginasial. Em seu corpo docente estavam os senhores Eufrásio José Rodrigues, (aritmética); Marcolino de Barros (geografia); Paulo Romero (Francês); Sabino Lustosa (latim); e Padre Manuel de Macedo (português). O Atheneu, apesar de ter durado apenas 4 anos, funcionou bem.

Em 1910, ainda em consonância com Mello (1971), o Dr. Jaques Dias Maciel fundou outro educandário de grau médio, que embora não tenha sido localizado o período de funcionamento desse estabelecimento, soube-se que também teve vida efêmera e se transformou no Aprendizado Agrícola de Patos, instalado na Fazenda Limoeiro, com o curso de humanidades, dirigido por alguns moços bastante inteligentes.

Em 1908, surgiu a ideia de construir um grupo escolar, pois apenas as cidades mais avançadas possuíam esse tipo de estabelecimento. De acordo com Mello,

O Govêrno do Estado não construía o prédio: competia à população edificá-lo. Para conseguir tal melhoramento, o Dr. Laudelino Gomes de Almeida levantou a estatística da população infantil em idade escolar e entregou ao Secretário do Interior o resultado de seu trabalho E, imediatamente, na cidade, constituiu-se uma comissão para angariar fundos, estando à frente da mesma o Dr. Laudelino Gomes de Almeida, o Prof. Modesto de Melo Ribeiro e o Cel. Farnese Dias Maciel, que era presidente. Encontrou o melhor acolhimento por parte do povo, e todos deram o seu auxílio para que se erguesse em Patos o majestoso prédio do Grupo Escolar. Na primeira lista de subscrição conseguiram a significativa quantia de 5:900\$000. Olegário Maciel, então Deputado à Assembléia Legislativa, conseguiu que o Govêrno do Estado contribuísse com um terço e a Câmara Municipal com o terço restante. Era presidente da Câmara o Agente Executivo – equivalente a Prefeito – o Dr. Marcolino Ferreira de Barros. Organizada a planta do prédio e obtidos os fundos, houve a escolha do local. As opiniões divergiram, mas venceu a de se adquirir a Casa da Mata, comprido aglomerado de casas de pouco valor, existente na atual praça D. Eduardo, onde hoje

está o Colégio Nossa Senhora das Graças. Em 1913 foi iniciada a construção, terminada em 1915. Restava a instalação, para o que o Governo exigia professorado devidamente habilitado. Buscou-se, em Patrocínio, o Prof. Modesto de Melo Ribeiro, que lá dirigia o grupo recém-instalado. Depois de quase dois anos de espera e lutas, foi finalmente formado o corpo docente, feitas as matrículas de 187 crianças de ambos os sexos e, finalmente, em 4 de junho de 1917, instalado solenemente o Grupo Escolar Marcolino de Barros, nome dado pelo voto unânime da população em homenagem ao cidadão emérito que muito trabalhara para a concretização daquele anelo da cidade. (MELLO, 1971, p.193)

A implantação desse estabelecimento de ensino primário foi um importante acontecimento na história da instrução em Patos de Minas, assim como ainda o é até os dias de hoje. Inicialmente, o grupo escolar funcionou no prédio construído com recursos da população – o mesmo que, em 1940, foi concedido para a instalação do Ginásio Municipal de Patos, mas no ano de 1933, Olegário Maciel concedeu-lhe um novo e definitivo prédio, com arquitetura moderna e imponente em comparação com outras construções da cidade, como mostra a FIG.3.

Figura 3: Escola Estadual Marcolino de Barros.



Fonte: Página da Escola no Facebook⁷

Em setembro de 1921 já se falava da fundação de um colégio feminino conduzido por Freiras do Sagrado Coração de Maria. Entretanto, isso não ocorreu, pois

⁷ ESCOLA ESTADUAL MARCOLINO DE BARROS. **Foto fachada.** 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Escola-Marcolino-de-Barros-139096002942220/>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

somente 24 anos depois chegaria outra ordem religiosa para a educação feminina na região. Assim, em 1929, é fundado o Instituto Santa Terezinha, pelo Prof. Eduardo Lopes, que havia acabado de chegar a cidade. Ele funcionou por pouco tempo, mantendo somente o curso primário. O cunhado desse professor fundou, anexo ao instituto, o Colégio Regina, que possuía curso ginásial, mas que também perdurou pouquíssimo tempo⁸.

No mesmo ano, Dr. Antônio Dias Maciel fundou o Instituto Sul-Americano que “serviu de núcleo formador da Escola Normal, estabelecimento oficial, e pioneiro do ensino médio da cidade” (MELLO, 1971, p. 194). No que tange à criação da Escola Estadual Professor Antônio Dias Maciel é importante ressaltar que ela foi criada em 1932, pelo então governador da província de Minas Gerais, Olegário Dias Maciel, nomeada de Escola Normal Oficial de Patos de Minas e atualmente denominada Escola Estadual "Professor Antônio Dias Maciel", popularmente conhecida como “Escola Normal”, como se comprova o noticiário de um jornal da cidade:

Comemorando no dia 5 de maio do corrente ano [1932], a fundação da Escola Normal desta cidade, os corpos docentes e discentes deste estabelecimento de ensino organizaram naquele dia condignos festejos que tiveram o costumeado brilho de sempre, como acontece com todas as comemorações que ali se encerram. O programa constou de um auditório presidido pela aluna Antonia Gomes, [...]. Discorreu sobre a data da senhorinha Maria da Conceição Melo, aluna do 3º ano normal, que sintetizou com rara felicidade o que foi, o que é e o que será no futuro de Patos a Escola Normal, não se esquecendo, como era natural, de proferir palavras de homenagem ao Dr. Antonio Dias Maciel, o pioneiro da fundação da escola e sua conseqüente transformação em educandário oficial, com um dos mais suntuosos prédios do Estado. (FOLHA DE PATOS, 1937, p.2).

De acordo com Resende (2006), Antônio Dias Maciel nasceu em Bom Despacho, em 1 de janeiro de 1826. Era filho do Coronel Farnese Dias Maciel, que exercia a profissão de advogado, professor, vereador, além de ser poeta e escrever peças teatrais. Era pregador da Igreja Presbiteriana. Além disso, foi também diretor do jornal Folha de Patos.

⁸ Não foi encontrado nas pesquisas o período exato de funcionamento do Instituto Santa Terezinha e do Colégio Regina.

Figura 4: Antônio Dias Maciel.



**Fonte: Arquivo Centro Histórico
Cultural de Patos de Minas.**

A partir de 1935, a Escola Normal Professor Antônio Dias Maciel entregava à sociedade as primeiras normalistas formadas para atuar no ensino das crianças, atendendo às necessidades das escolas municipais rurais de Patos de Minas. A instituição contava em seu quadro discente com alunas de dois segmentos da sociedade: a elite agropecuária e a emergente classe média formada por comerciantes e profissionais de vários setores da economia local. Para captação de alunas, havia a divulgação das vagas e, conseqüentemente, exames para admissão. Acerca disso, o jornal Folha de Patos publica o seguinte:

Escola Normal Oficial de Patos

A secretaria da Escola acha-se aberta, diariamente, das 12 às 15 horas pra atender aos interessados que pretendem freqüentar quaisquer dos cursos do estabelecimento. Do dia 1 ao dia 15 de fevereiro: inscrição dos candidatos ao exame de admissão ao curso de adaptação, exame de Segunda época. Do dia 16 ao dia 28 de fevereiro: matrícula nos cursos normal, adaptação e classes anexas.

Patos, 30 de janeiro de 1937.

Maria Rezende Maciel - Diretora. (FOLHA DE PATOS, 1937, S/D, p. 3.)

Vê-se, pelo QUADRO 3, que a demanda de alunos para o Curso Normal era pequena. Além disso, não houve, nos quase vinte anos analisados, aumento do número de alunos, pelo contrário, houve redução.

Quadro 3: Expansão do Curso Normal em Patos de Minas.

ANO	MASCULINO	FEMININO	TOTAL	OBSERVAÇÕES
1935.	-	09	09	
1936.	-	12	12	
1937.	-	04	04	
1938.	02	11	13	
1939.	-	11	11	
1940.	01	10	11	
1941.	-	15	15	
1942.	-	07	07	
1943.	-	11	11	
1944.	02	11	13	
1945.	-	-	-	NÃO CONSTA REGISTRO DE FORMATURA
1946.	-	17	17	
1947.	-	-	-	NÃO CONSTA REGISTRO DE FORMATURA
1948.	-	03	03	
1949.	-	06	06	
1950.	-	-	-	NÃO CONSTA REGISTRO DE FORMATURA
1951.	-	05	05	
1952.	-	-	-	
1953.	-			

Fonte: Arquivo da Secretaria da antiga Escola Normal - livro de Atas de Promoção.

Apesar do pequeno número de discentes, predominava a frequência das moças. Conforme Altamir Fernandes (2017), em seu livro sobre a educação em Patos de Minas, “a predominância do *elemento feminino*, não era uma questão apenas de Patos de Minas [...] (pois) a criação de colégios para oferecimento do Curso Normal, de formação de professores primários, atraía especialmente as moças”. Rabelo explicita melhor,

Quando a Escola Normal passa a ser aberta para as mulheres, mesmo com muita luta feminina e também com muita resistência contra a sua entrada, em pouco tempo as mulheres ultrapassam os homens em número de discentes. Muitos discursos e ações ajudaram para que isso acontecesse: o medo da coeducação; a defesa das “qualidades femininas” para a docência; a abertura de mais escolas normais femininas do que cursos secundários acessíveis às mulheres; o baixo salário que, associado com a necessidade de formação, torna outras áreas melhores para os homens. (RABELO, 2012, p.38, apud FERNANDES, 2017, p. 51).

Com relação aos docentes, eles eram recrutados na própria cidade. Eram homens e mulheres que exerciam as mais variadas profissões. Por exemplo: Antônio Dias Maciel e Ernani de Moraes Lemos eram advogados e exerceram os cargos de diretor da escola e professor de Português e Francês; Maria Rezende Maciel e José de Santana Sobrinho eram farmacêuticos, mas se tornaram professores de Aritmética e Ciências, respectivamente; apenas Hilda Maciel que lecionava Geografia e História e Maria Madalena Prieto, professora de Português e Francês, tinham formação pedagógica. Além de professores sem a formação específica para suas áreas de atuação, foi observado que não havia docentes aptos para ministrarem disciplinas como Metodologia e Psicologia. Isso, de certa forma, comprometia a formação de professores no município e região.

Apesar disso, a Escola Normal possuía uma vida cultural bastante intensa. Havia inúmeras apresentações teatrais, declamação de poemas e textos literários. A escola se tornava berço das festividades de final de ano, quando era aberta ao público para uma apresentação anual. Compareciam várias autoridades civis, eclesiásticas, militares e os pais e professores do educandário. A escola, dessa maneira, tinha uma representação importante na cidade. Prova disso eram os convites feitos pela imprensa à população para participar dos eventos. O fragmento abaixo data de 1936:

Escola Normal

Exposição de trabalho

Hoje, às 19 horas, abrir-se-ão os salões da escola Normal, para a exposição anual de trabalhos. Nota elegante, como sempre as exposições de fim de ano, naquele acreditado estabelecimento de ensino, atraem grande número de visitantes (...)

A exposição está organizada com o capricho de sempre, merecendo os mais francos elogios. (FOLHA DE PATOS, 1936. p. 3)

Além dos convites, a imprensa local repercutia os eventos ocorridos na escola. E mais, com efusivos elogios como demonstra o texto de dezembro de 1943 sobre as solenidades de formatura na escola.

Festas de Formatura

Realizou-se, ontem, a pomposa festa da formatura das Normalistas de 1943 de nossa escola Normal Oficial.

Às 21 horas iniciaram-se as solenidades que foram irradiadas, sendo conferidos primeiramente os diplomas das crianças das classes anexas ao mesmo estabelecimento, falando a pequena oradora da turma, aluna Tânia Monte e o paraninfo Dr. Mario Francia Pinto, representado pelo Dr. Ernani de Moraes Lemos.

Entregues os títulos de normalistas, falou a oradora da turma, professora Florescena Fonseca Filha, que pronunciou delicada oração. Ouviu-se em seguida a palavra do ilustre e estimado paraninfo, Monsenhor Manuel Fleury Curado, que soube enaltecer a missão do professor em face da religião e de Deus, arrancando de toda a assistência os mais efusivos aplausos. Pronunciou a oração da despedida a professora Adia Pege Maciel em sentidas e comoventes palavras. Seguiu-se animado e elegante baile nos amplos e iluminados salões do Aero-Clube de Patos. (FOLHA DE PATOS, 1943, p. 3)

A imponência da edificação da escola, contrastante com o pequeno número de alunos e a escassez de professores com qualificação específica, retrata sua importância na cidade e, até mesmo, justifica a imagem construída pela mídia. A foto estampada na FIG. 5 é recente, mas o prédio não passou por modificações, apenas reformas de manutenção, tanto interna quanto externa.

Figura 5: Atual Escola Estadual Professor Antônio Dias Maciel.



Fonte: Sem autoria.

O busto em frente à escola, fundada em 1932, é de Olegário Maciel, falecido em 05 de setembro de 1933, e foi instalado em 30 de julho de 1936. Além de a escola ter sido implantada em frente à residência do então presidente da província, Olegário Maciel, ainda teve como

primeiro diretor Antônio Dias Maciel, atualmente, o patrono da instituição. É importante salientar que os “macieis”, em boa parte, eram presbiterianos. Isso justifica o fato de muitos professores que lecionaram nessa instituição também o serem. Aliás, esse fato fez com que a Igreja Católica ficasse instigada para tentar fundar uma escola de cunho confessional católico, pois a influência protestante em muitas partes do Brasil, inclusive em Patos de Minas, provocava uma mobilização nesse sentido, ou seja, para conter essa influência e o crescimento aparente do protestantismo.

A Igreja Católica tentou a posse do novo prédio do Grupo Escolar de Patos (atual escola Marcolino de Barros), mas isso não se efetivou. Para fazer frente a uma escola de caráter presbiteriano, a localização do Grupo Escolar de Patos se mostrava propícia, uma vez que se localizava a pouca distância da Escola Normal. Com a frustração do primeiro intento, pensou-se no antigo prédio onde funcionou o Grupo Escolar, pois também estava próximo da escola administrada pelos macieis e em frente à capela sagrada a Santo Antônio de Pádua, exatamente onde se situa, há 70 anos, o atual Colégio Nossa Senhora das Graças, objeto deste estudo. Novamente o pedido foi negado. Entretanto, em 1939, fundou-se, no antigo prédio concedido pelo governo do Estado à cúria diocesana, o Ginásio Municipal Benedito Valadares pelo Dr. Anair de Sant’Ana que, em 1942, passara a direção a Monsenhor Manoel Fleury Curado.

Surgiu, em 1939, o segundo estabelecimento de ensino secundário em Patos de Minas sob a designação de Ginásio Municipal de Patos, e posteriormente Ginásio Benedito Valadares, autorizado a funcionar oficialmente em 1940. Nasceu do zelo apostólico do Mons. Manuel Fleury Curado, vigário da paróquia de Santo Antônio, que auxiliou e encorajou o Dr. Anair Santana, franqueando-lhe o antigo prédio do Grupo Escolar Marcolino de Barros, verbalmente, para os mesmos fins, concedido pelo Governo do Estado à Mitra Diocesana. Em 1942, o Pe. João Batista Balke colaborou como auxiliar do Dr. Anair José de Santana. Em 1943 o Dr. Anair vendeu o ginásio para a Paróquia, que passou para os Padres Sacramentinos de Nossa Senhora, ficando como diretor o Pe. José Batista de Lima. (MELLO, 1971, p. 195)

Em 1943, a direção do ginásio foi repassada aos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora, ordem religiosa fundada pelo Padre Júlio Maria de Lombaerde, figura fundamental na luta contra o protestantismo⁹. Tanto é que ele classificava o protestantismo de “o tinteiro do Satanás” e “o destrutor da união”. Assim, percebe-se a razão da escolha de uma congregação religiosa por ele fundada para assumir a educação no colégio, pois, acolhe, por certo, os interesses eclesiásticos locais. Desse modo, em 21 de fevereiro 1945, chegam a Patos de Minas

⁹ Cf. LOMBAERDE, Júlio Maria de. **O anjo das trevas**: lampejo de doutrina, de ciência e de bom-senso. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Vozes, 1950.

as Irmãs Sacramentinas, que deveriam auxiliar os padres sacramentinos, inclusive, fundando um pensionato para meninas. Logo depois, em 1947, foi criado o Curso Normal. Assunto também levantado por outro pesquisador, conforme fragmento a seguir:

Patos de Minas constituía mais uma etapa da expansão sacramentina em direção ao Oeste. Situa-se na região denominada Mata da Corda, na qual estavam incluídas as cidades de São Gotardo e Carmo do Paranaíba, onde as irmãs já se haviam estabelecido anteriormente. Era mais uma localidade que surgia na área influência da devoção a Nossa Senhora da Abadia. (AZZI, 1981, p.344)

De acordo com Vieira (2000), o ensino permaneceu misto de 1945 a 1948, entretanto, como o número de alunos matriculados diminuía, em 1948 os padres deixaram a instituição. As freiras assumem definitivamente a direção, suprimindo o setor masculino e dedicando-se exclusivamente à educação feminina. A partir disso, altera-se o nome para Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora das Graças, com a continuidade da educação ministrada em regime de internato e externato. Nota-se claramente no Art. 1º do estatuto da instituição seu objetivo religioso:

Art. 1º - Denominação e finalidades: A Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora das Graças, que é um estabelecimento dirigido pelo Instituto das Irmãs Sacramentinas, mantendo os cursos elementar e secundário, fundado a 1º de Março de 1940, destina-se a formação integral da infância e da juventude femininas, tem em vista principalmente o aperfeiçoamento moral. (MINAS GERAIS, 1952, p.13).

É interessante perceber que apesar das irmãs terem vindo para Patos apenas em 1945, desde 1929 o pedido já havia sido feito por Monsenhor Fleury para que elas assumissem a catequese e a formação das moças. A chegada das freiras na cidade fez com que a instituição aumentasse o número de alunas. A sociedade local e regional acreditava que a educação em uma escola dirigida por freiras seria melhor para suas filhas, tendo em vista que o internato era tido como uma opção propícia, naquela época, para muitas famílias. Consequentemente, as futuras estudantes deveriam se comportar de acordo com as rígidas normas disciplinares e doutrinárias impostas pela instituição, inclusive, isso atendia aos anseios das lideranças religiosas católicas da cidade.

No ano de 1951, iniciou-se a construção do que viria a ser a sede própria da instituição nos terrenos doados pela Paróquia.

2.3 A Congregação das Irmãs Sacramentinas

O Padre Júlio Maria de Lombaerde, fundador da Congregação, nasceu na Bélgica, em 7 de janeiro de 1878, na aldeia chamada Beveren, município de Waereghen. Entretanto, como era de costume entre certos habitantes de Flandres, privilegiou a nacionalidade francesa e se dizia nascido em Lille. Era filho de José De Lombaerde e Sidônia Steelandt. Dos nove filhos que seus pais tiveram, apenas ele, o primogênito, e Aquiles, o caçula, sobreviveram. Os outros foram vítimas de crupe, uma doença que afeta as vias respiratórias, normalmente relacionada a alguns tipos de vírus. Os dois irmãos dedicaram-se à vida religiosa. Ele seria, posteriormente, um forte combatente da religião protestante e da maçonaria. Matos (1997) assim descreve a inserção de Júlio Maria de Lombaerde na vida religiosa:

Ainda jovem, entra na Sociedade dos Missionários da África, instituto religioso fundado em 1868, pelo Cardeal Charles-Martial Lavigerie (1825-1892). Faz seu postulado em Boxel (Holanda) em 1894, e já em outubro de 1895 parte para a África. No noviciado, iniciado a primeiro de novembro daquele mesmo ano, recebe o nome religioso de Irmão Optato Maria. Sua permanência na África durou seis anos, sempre na qualidade de religioso-leigo, empenhado em diversos serviços de seu Instituto. Com 19 anos fará sua consagração definitiva (18/04/1897). É nesses mesmos anos que amadurece sua vocação missionária e desperta nele o desejo de ser sacerdote. (MATOS, 1997, p.172)

Na África, durante o período em que foi missionário, Padre Júlio Maria também exerceu as funções de carpinteiro, de cozinheiro, de pedreiro, de jardineiro, de tipógrafo, de enfermeiro e de alfaiate. Embora tenha passado seis anos naquele continente, com um noviciado de um ano e meio, existem poucos registros desse período. Sabe-se que em 18 de abril de 1897 foi definitivamente consagrado e passa a se chamar Irmão Optato Maria, já com 19 anos, e que, após sua consagração, muda-se para Notre Dame d'Afrique. Em 2 de novembro do mesmo ano, os superiores o enviaram para Arris, permanecendo lá até 1900. Em dezembro de 1901, o Irmão Optato Maria deixa a África com destino à Europa. E em 18 de janeiro do ano seguinte, em 1902, segundo Miranda (1957), abandona definitivamente a Sociedade dos Padres Brancos¹⁰.

Ao deixar a ordem, Júlio Maria procurou vários seminários onde pudesse ser aceito, ingressando no Instituto da Sagrada Família, da pequena cidade holandesa de Grave, fundado por Pe. Berthier para receber homens de idade já avançada que queriam ingressar na carreira sacerdotal. Assim escreve seu biógrafo:

¹⁰ A Sociedade dos Padres Brancos era a Sociedade dos Missionários da África de vida apostólica, da Igreja Católica Apostólica Romana, fundada em 1868.

A 2 de outubro de 1901, o Irmão Optato Maria escrevia ao Superior Provincial: Acabo de receber uma carta do Revmo. Pe. Berthier, de Grave [...] na qual ele me diz que poderei ser recebido naquela casa. Espero que será o fim de minha pobre luta [...]. Queira V. Rvma. escrever-lhe que me retiro com o consentimento de meus Superiores e que não sou nem expulso nem obrigado a ir embora por qualquer causa. (MIRANDA, 1957, p.88)

Júlio Maria foi ordenado em junho de 1908, fazendo, pouco mais tarde, dois importantes votos, os quais o guiariam por toda a vida: o voto de santa escravidão e sponsais à Santíssima Virgem e o voto de não perder tempo. Durante sua estadia em Wacken, na Alemanha, ele fundou uma associação com o nome de Maçonaria de Maria, devido ao aspecto de sociedade secreta. Para se consagrar, os membros deveriam passar por um estranho ritual: fazer-se insculpir no peito, a ferro em brasa, os nomes de Jesus e Maria. A participação no estranho ritual chamou a atenção de muitos, dentre os próprios membros do clero que começaram a vê-lo como alucinado, sentimentalista, guiado por anormalidade de tendência religiosa. Sua figura com comportamento exótico foi alvo de diversas críticas.

Ainda segundo Miranda (1957), o Padre Júlio Maria embarcaria para o Brasil em 23 de setembro de 1912, sendo que aportaria em terras brasileiras, mais especificamente em Recife, em 24 de outubro de 1912. Viria em companhia de dois outros sacerdotes, Padre Scholl e Padre Burgard, e com dois irmãos, Frater Micael e Frater Ambrósio que, segundo Miranda (1957, p.194), “Partiram ignorados, heróis desconhecidos como todos os missionários, desbravadores de matas e implantadores de civilização”.

No livro *A Viagem do Pe. Júlio Maria de Lombaerde ao Brasil em 1912*, Cavalieri descreve, além da viagem para o Brasil, a trajetória dos primeiros membros da Congregação da Sagrada Família, a qual pertencia o referido padre. Segundo o autor, os primeiros membros da Sagrada Família chegaram ao Brasil em 8 de janeiro de 1911, entretanto, aportaram em Olinda (RE) apenas no dia 9. Ao chegar no país, Júlio Maria se dirige a Mazagão no Pará e depois para Macapá. O norte do Brasil não era a região mais procurada pelas congregações religiosas. Na verdade, de acordo com Azzi (1981), entre as poucas congregações que colaboraram para a implantação da mentalidade tridentina no norte do país estava a Congregação da Sagrada Família, da qual o Padre Júlio Maria fazia parte.

Os religiosos atuavam nas missões entre os índios e reforçavam a atuação paroquial devido à escassez de padres naquela região, conforme comenta o próprio Júlio Maria: “Era mormente lastimável o estado de abandono das meninas, sem a educação materna e sem formação religiosa necessária, e em perigo de perda da inocência em idade precoce” (JÚLIO

MARIA apud. MIRANDA, 1957, p.207). O assistencialismo foi um dos traços marcantes da atuação do Padre Júlio Maria. Sobre isso, vale ressaltar que:

A farmácia e a distribuição dos remédios foi-lhe assim confiada, circunstância esta feliz que lhe facilitou a entrada em todos os lares com o acesso aos leitos dos enfermos. Outro stratagema feliz de que usou o Pe. Júlio Maria para ganhar a simpatia do povo, foi a amizade às criancinhas. (MIRANDA, 1957, p.209)

A Igreja Católica sempre se desempenhou com maestria na arte da política, e com o Padre Júlio Maria não era diferente. Ele conseguiu perceber habilmente como passar a frequentar os lares das pessoas do lugar, a conhecê-las e principalmente a influir na sociedade local. O traço assistencialista permanecia por meio de várias obras educacionais. Segundo Azzi (1981), em 1917, funcionavam em Macapá três instituições educacionais por iniciativa do Padre Júlio Maria: o Colégio Santa Maria, a Escola Infantil e a Escola Pública. Em 1920, foi nomeado professor público de Macapá, sendo considerado o pioneiro do campo educacional na região. Durante o período em que permaneceu em Macapá, o religioso fundou várias associações religiosas. Em 1915, eram contabilizadas:

1º Filhas de Maria e Santos Anjos: 60 membros, 2º Pagens do Santíssimo Sacramento ou Comunhão cotidiana (para meninos): 14 membros. 3º Apostolado do Coração de Jesus: com Comunhão reparadora às primeiras sextas feiras do mês (para senhoras): 120 membros. 4º Irmandade de São José, padroeiro para homens): comunhão mensal: 90 membros. 5º Irmandade de Nossa Senhora do Rosário (homens, senhoras e meninos): comunhão mensal: 95 membros. (AZZI, 1981, p.39)

Percebemos que todas as associações buscavam uma formação catequética da sociedade macapaense, por meio de uma vida religiosa intensa. Depois de três anos em Macapá, notando o quanto era importante o amparo e a formação católica da juventude feminina e procurando atender os interesses das famílias mais abastadas com a educação de suas filhas, o Padre Júlio Maria funda a Congregação das Filhas do Imaculado Coração de Maria, em 21 de novembro de 1915. Entretanto, segundo Miranda (1957), a população esperava por irmãs, mas isso não ocorreu. Quando os pais descobriram que a Congregação não contava com irmãs formadas, os conflitos começaram. Sobre isso, é importante frisar que,

Pais sem compreensão, levados não se sabe por que espirito, diziam que o Pe. De Lomaberde era um enganador, que havia traído a população, prometendo-lhes irmãs, e trazendo-lhes simples professoras, quiçá mais atrasadas que as do município. Sacerdotes sem escrúpulo censuravam as ingênuas que assim vestiam aquele hábito e sacrificavam a vida trabalhando para um Padre

ambicioso de passar por fundador de ordem e mestre espiritual de religiosas. (MIRANDA, 1957, p.246)

Durante o tempo em que o Padre Júlio Maria esteve em Macapá, envolveu-se em vários conflitos. Isso o levou a seguir para Manhumirim em Minas Gerais. Assim, “A 28 de fevereiro de 1928, partia, deixando saudosos os amigos de Natal e circunvizinhança.” (MIRANDA, 1957, p.257).

Em 1928, Manhumirim caracterizava-se por uma cidade que estava em pleno desenvolvimento, contava com uma população de aproximadamente 35 mil habitantes, era pioneira nas exportações de café, possuía agências bancárias e diversos comércios. Segundo Soares (2009), Manhumirim já possuía duas agências bancárias: Banco de Crédito Real de Minas Gerais e Banco Comercial de Minas Gerais. As firmas comerciais eram muitas, dentre elas, Fraga, Irmão & Cia, Fraga & Sobrinhos, Rabello & Irmão.

Percebendo a escassez de missionários de nacionalidade brasileira, o Padre Júlio Maria fundou um seminário em Manhumirim.

Sua obra era de um caráter particular e sumamente oportuno no Brasil: formar Missionários Brasileiros para colaborar, como Vigários com o clero paroquial. O fato de ser a primeira instituição no gênero em terras de Santa Cruz tornava-se bem susceptível de captar a admiração e estima de quantos lhe ouvirem a ideia. (MIRANDA, 1957, p. 262.)

Esse autor ressalta que a quantidade de vigários era pequena comparado à necessidade de um país com tão vastas extensões. Assim sendo, a fundação de um seminário onde se pudesse formar jovens brasileiros para atuarem em comunidades seria facilitada. Contudo, quando o Padre chega a Manhumirim, depara-se com alguns obstáculos para a realização da sua obra evangelizadora.

Tomei conta da Paróquia de Manhumirim no dia da Páscoa, 8 de abril de 1928, sucedendo ao Revmo. Pe. Frederico La Barrera. Passei na Casa Paroquial, junto com o Vigário, a Semana Santa constatando com tristeza que o povo estava completamente imbuído de ideias protestantes, frequentando poucos, e pouco, a Igreja e de nenhum modo os sacramentos. (JULIO MARIA apud MIRANDA, 1957, p.272)

O missionário francês inicia, então, uma jornada para combater os protestantes e os maçônicos na região. Devido a sua atitude de ataque, seria novamente figura marcante em diversos conflitos dentro da cidade, uma vez que, naquela região, o protestantismo se expandia notadamente. Sobre isso, Azzi ressalta que,

Foi apenas a partir da época imperial que os protestantes começaram a chegar de forma sistemática ao país. Ao longo do século passado, a presença protestante esteve como regra geral vinculada à imigração europeia, especialmente alemã; Predominava entre eles o luteranismo. O principal grupo protestante em Minas Gerais estabeleceu-se em Juiz de Fora. (AZZI, 1981, p.173).

O Padre Júlio Maria de Lombaerde encontrou, então, esse panorama religioso protestante, composto por descendentes de alemães e suíços, vindos de Nova Friburgo em busca de terras para o cultivo. Nesse contexto, sob a ameaça de ver os preceitos católicos serem suprimidos por instituições de cunho protestante e estando à frente da Paróquia do Senhor Bom Jesus de Manhumirim, o Padre Júlio Maria empreendeu uma ousada obra que contou com a criação, em 1929, de um Seminário, duas Congregações Religiosas, uma masculina e outra feminina. São elas: o Instituto dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento e o Instituto das Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, um Colégio, um Asilo, um Hospital, um Patronato para crianças pobres e mais tarde, em 1942, fundou o Ginásio Pio XI, em prédio anexo ao Seminário Apostólico.

Leia-se a descrição do propósito do referido padre:

Em vista da urgente necessidade de ampliar nas Escolas Públicas a instrução religiosa por mestras católicas, parece oportuno e de urgente necessidade ter uma congregação religiosa, cujo escopo seja o de formar mestras católicas e piedosas, nas chamadas escolas normais e em outros colégios de estudos superiores. Não há no Brasil nenhuma outra congregação similar, formada por irmãs com diploma de normalista reconhecido pelo governo e que se dediquem à formação de outras professoras. Pelo que, pareceu-me oportuno organizar uma irmandade de tal qualidade, erigindo uma associação com esta finalidade. Portanto, pelo nosso poder ordinário, erigimos e criamos na nossa diocese de Caratinga a Irmandade de Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento e a instituímos e declaramos instituída. Em Caratinga, na nossa sede episcopal, no dia 25 de março de 1929. (AZZI apud. D. CARLOTO, 1981, p.184-185)

Assim sendo, formava-se uma base sólida para a atuação católica em Minas Gerais, com a fundação, dentro do município de Manhumirim, do Seminário para a formação de padres, da Escola Normal para evangelização e da Irmandade de Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento para a ala feminina, a qual formaria freiras normalistas para lecionarem em instituições públicas confessionais.

A nova irmandade começou com três irmãs que vieram de Macapá, oriundas da ordem que Padre Júlio Maria havia iniciado lá. Entretanto, de acordo com Miranda (1957), ele novamente enfrentou problemas em sua nova obra:

Um dos primeiros amargores que provou foi a discórdia entre suas filhas espirituais. Mesquinhos caprichos comuns entre mulheres arrefeceram entre elas mútua compreensão. O mau espírito atingiu a própria cabeça da comunidade. E foi preciso que ele intervisse, afastando a primeira Superiora para colocar outra, apesar das relutâncias que a perspectiva de um natural escândalo nêle suscitava. Quase simultaneamente, aparecia, contra o seu proceder de Fundador, uma denúncia falaciosa perante a Nunciatura. Nascera, certamente, da sua atitude em face do acontecimento supra escolhendo como Superiora uma Religiosa que viera doutra Congregação. O fato de receber esta e outras candidatas, que por motivos todos seus não puderam permanecer noutros institutos, deu azo ao denunciante para dizer que êle perseguia outras Congregações, desmoralizando-as e aconselhando a seus bons elementos viessem para o novel sodalício de Manhumirim. (MIRANDA, 1957, p.288)

Contudo, a nova ordem cresceu. Com o tempo os conflitos findaram, permitindo que o Padre Júlio Maria se dedicasse às obras iniciadas. Sua família tornou-se numerosa. De acordo com Miranda (1957), espalhou filhos para outras residências, adquiriu terrenos e legou à Congregação um valioso patrimônio. O “trabalho das sacramentinas estendia-se pelos orfanatos, escolas e hospitais, expandindo-se de acordo com as solicitações, uma vez que o solo brasileiro propiciava condições realmente favoráveis à instalação da entidade.” (CASIMIRO, FERREIRA, 2008, p. 9). Sabe-se que mesmo depois da sua morte, a Congregação fundada por ele continuou crescendo. Apesar de vários problemas enfrentados, as obras realizadas em um curto espaço de tempo demonstraram um sólido engajamento na luta para que a doutrina católica se sobressaísse na sociedade brasileira.

Atualmente a Congregação das Irmãs Sacramentinas mantém apenas quatro escolas: Colégio Santa Teresinha (FIG. 6), na cidade de Manhumirim/MG, escola mãe das demais, fundada em 1930; Colégio Padre Júlio Maria (FIG. 7), em Boa Esperança/MG; Colégio São José (FIG. 8), em Niterói/RJ e Colégio Nossa Senhora das Graças (FIG. 9), em Patos de Minas.

Figura 6: Colégio Santa Teresinha em Manhumirim - MG.



Fonte: Blog Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora.¹¹

Todas conservam o mesmo perfil de educandário católico, preservando os ideais de mais de 70 de existência. Por exemplo, em 2014, o Colégio São José comemorou 70 anos e, em 2015, foi a vez das comemorações dos 70 anos do Colégio Nossa Senhora das Graças em Patos de Minas – MG.

Figura 7: Colégio Padre Júlio Maria em Boa Esperança – MG.



Fonte: Blog Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora.¹²

¹¹ Disponível em: <http://sacramentinasdenossasenhora.blogspot.com/2014/12/missao-das-irmas-sacramentinas-de-nossa.html>. Acesso em: 13 jun. 2018.

¹² *ibid.*

Figura 8: Colégio São José em Niterói - RJ.



Fonte: Blog Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora¹³.

Figura 9: Colégio Nossa Senhora das Graças de Patos de Minas.



Fonte: Blog Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora¹⁴.

¹³ ibid.

¹⁴ ibid.

2.4 As Irmãs Sacramentinas e o Colégio Nossa Senhora das Graças

O Ginásio Municipal de Patos, nome que antecedeu o Colégio Nossa Senhora das Graças, iniciou suas atividades educacionais no ano de 1939, adquirindo personalidade jurídica somente em 1940. De acordo com Oliveira (2015), a fundação do educandário se deu pelos esforços do professor Anair José de S'Antana, bacharel em direito, e o Monsenhor Manoel Fleury Curado, como se comprova no trecho da carta endereçada ao então Ministro da Educação e Saúde Gustavo Capanema:

Há mais de três anos venho me sacrificando, sempre aguardando um futuro melhor para o Ginásio. Ele virá, tenho absoluta certeza, porque zona melhor do que esta não há. Contando com as cidades vizinhas, há mais de 200 mil habitantes a fornecer alunos. Tudo depende de melhores instalações, remuneração condigna ao professorado e propaganda mais eficiente. No presente ano vai tudo bem. Consegui um Padre para me auxiliar, ele está exclusivamente por conta do ginásio. (OLIVEIRA, 2015, p.18)

A fundação da instituição teria sido feita sem auxílios financeiros vindo do Governo, sendo custeada pelo idealizador do Ginásio Professor Anair José de S'Antana, que empregou todos os recursos financeiros que havia recebido, a título de herança, na manutenção do educandário. A esse respeito, descreve em carta datada de 19 de abril de 1942 enviada ao então Ministro Capanema:

Fundei o Ginásio há quase três anos, sem capital, sem auxílios financeiros e lançando mão de créditos de pequenas heranças vindas depois... gastei para mais de cem contos de réis no estabelecimento e nas instalações. [...] Tomei dinheiro emprestado. Comprei em São Paulo abundante material de gabinetes e acabei vencendo [...]. (OLIVEIRA, 2015, p. 20)

O então diretor, além de ter empregado um bom dinheiro na construção do Ginásio de Patos, prestava-lhe serviços de forma gratuita, uma vez que a instituição não contava com nenhuma margem de lucro, comprovado por meio da leitura de um fragmento do questionário enviado pelo MEC ao diretor escolar:

a) A diretoria é remunerada? Com quanto cada diretor?

R: A diretoria, representada pelo bacharel Anair José de S'Antana até hoje nada ganhou, uma vez que o ginásio, nesta fase, não tem dado margem. Confia, porém, no futuro da região. (OLIVEIRA, 2015, p. 20).

Segundo essa autora, estava entre as preocupações do primeiro diretor do Ginásio Municipal de Patos o baixo salário dos professores, a falta de recursos pedagógicos e a necessidade de se contratar pessoas religiosas que pudessem auxiliá-lo na formação moral da juventude.

Em 1941, o Ginásio Municipal de Patos contava com 81 alunos e o corpo docente era composto por oito professores, sendo quase todos formados e registrados no Ministério da Educação e Saúde. Já no ano de 1942, há um pequeno aumento na demanda pelo Ginásio, com 70 alunos matriculados no Curso Ginásial, destinado aos adolescentes de 11 a 18 anos e 20 alunos no Curso de Admissão, destinado a alunos de idade inferior a 11 anos. Nesse mesmo ano, o Ginásio contava com 11 funcionários, sendo o diretor Dr. Anair José de S'Antana, a secretária e tesoureira D. Iolanda Arnone S'Antana e os professores Padre Júlio Balke, Aginaldo Magalhães Alves, Alceu Gonçalves de Amorim, Dr. Oliveiros Marques de Oliveira, Dr. Antônio Ferreira Maciel e Sargento Pedro Alcântara de Araújo. Além dos auxiliares Sérgio da Silva Moura, Lesinda Bárbara e Fausto Jorge de S'Antana.

Nesse período, Padre João Balke, missionário sacramentino convidado pelo Diretor Anair, já fazia parte do quadro de docentes do Ginásio Municipal de Patos, auxiliando também na direção da instituição. Sobre o missionário, disse o diretor: “Como auxiliar de diretoria trabalha o Revmo. Pe. João Balke, ilustrado e zeloso sacerdote que tem procurado dar uma boa orientação no Ginásio, não somente quanto à parte religiosa, como também na parte educativa, moral, intelectual e cívica” (OLIVEIRA, 2015. p. 21).

Em meados do ano de 1942, o então diretor Anair José de S'Antana busca nova empreitada, deixando a cidade de Patos de Minas para mudar-se para Belo Horizonte, onde funda o Ginásio Getúlio Vargas. Assim, deixa a direção do Ginásio Municipal de Patos nas mãos do Monsenhor Fleury Curado, que assume seu cargo interinamente em 29 de dezembro daquele mesmo ano. O segundo diretor do Ginásio passou a dividir as atividades na Paróquia de Santo Antônio de Pádua com as responsabilidades na escola. No entanto, encontrou dificuldades em dar continuidade na condução dela. Dessa forma, em 5 de agosto de 1943, devido à falta de apoio das autoridades locais, escassez de professores e problemas disciplinares, comunica seu afastamento, deixando o Ginásio sob a direção dos Missionários Sacramentinos de Nossa Senhora.

Na época, resolvido sobre seu afastamento da direção do Ginásio Municipal de Patos de Minas, Monsenhor Fleury, através do Padre João Balke, que já exercia seu trabalho na instituição, entrou em contato com o fundador dos Missionários Sacramentinos, Padre Júlio

Maria de Lombaerde¹⁵, conseguindo a vinda dos Padres Sacramentinos de Nossa Senhora para dirigirem o Ginásio. Assim, o Padre José Batista de Lima assume temporariamente a direção da instituição e o Ginásio Municipal de Patos passa a ser chamado de Ginásio Benedito Valadares, em homenagem ao então Governador do Estado de Minas Gerais.

Preocupados com a formação feminina, os padres Sacramentinos e o Monsenhor Fleury convidaram as Irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora para assumirem a catequese e a formação das moças, tanto moral quanto escolar. O objetivo das irmãs em Patos de Minas foi a instalação de um pensionato destinado a alunas internas do Ginásio Benedito Valadares, dirigido pelos irmãos de hábito, os padres sacramentinos de Nossa Senhora. Eles tinham como missão a pedagogia do amor e do sacrifício, ensinamento “para os caminhos da vida, mas aqueles que levavam ao céu”.

Dessa forma, no ano de 1945, chegaram as primeiras irmãs na cidade. Eram quatro: Irmã Maria Colei de Moura, Irmã Emereciana, Irmã Regina Fiúza Maria e Irmã Odila Vidal, que se estabeleceram em uma casa antiga, alugada, situada na Rua Tiradentes. Porém, em agosto desse mesmo ano, transferiram-se para uma casa situada na Praça Dom Eduardo, no centro da cidade, utilizando as dependências da igreja dedicada a Santo Antônio como dormitório e inclusive como salas de aula, onde tem atualmente um cruzeiro, marco referencial da cidade, ainda preservado, como mostra a FIG. 10.

Figura 10: Igrejinha dedicada a Santo Antônio.



Fonte: Oliveira (2015).

¹⁵ Ao se referir ao Padre. Júlio Maria de Lombaerde, doravante neste trabalho, será citado o nome completo para diferenciar-se de outro padre chamado Júlio de Maria.

A FIG. 11 registra a presença das irmãs sacramentinas em seus primeiros anos de atuação na cidade.

Figura 11: Irmãs sacramentinas.



Fonte: Oliveira (2015).

Ao comparar a fotografia estampadas nas FIG. 10 e 12, percebe-se que no lugar do primeiro cruzeiro foi erigido esse último como marcação do local em que se iniciou a cidade.

Figura 12: Cruzeiro na Praça Dom Eduardo atualmente.



Foto: Patos de Minas. Praça Dom Eduardo. Cruzeiro. 2017.

De acordo com Vieira (2000), o ensino permaneceu misto de 1945 a 1948, entretanto, como o número de alunos matriculados diminuía, em 1948 os padres deixam a instituição, suprimindo o setor de educação masculina. Assim, as freiras assumem a direção, tendo à frente a Irmã Maria Coeli, com a escola destinando-se exclusivamente à educação feminina.

Os pais fazendeiros e residentes no campo não tinham condições de trazerem suas filhas para estudarem na cidade e o internato foi a melhor alternativa. Confiaram nas Irmãs e sabiam que suas filhas estavam sob a guarda segura de pessoas que renunciaram a maternidade biológica para serem mães espirituais, professoras, guias e conselheiras da juventude. (OLIVEIRA, 2015, p.43).

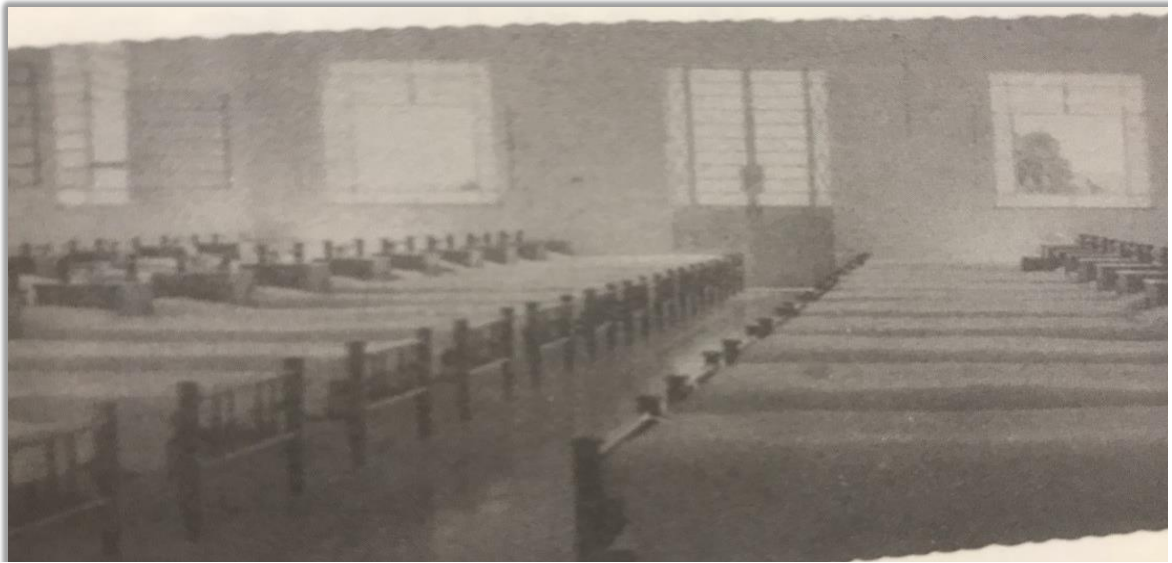
O nome do estabelecimento de ensino passa por nova alteração, passando a chamar-se Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora das Graças. A educação continua a ser ministrada em regime de internato e externato. Nota-se claramente no Art. 1º do estatuto da instituição seu objetivo religioso:

Art. 1º - Denominação e finalidades: A Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora das Graças, que é um estabelecimento dirigido pelo Instituto das Irmãs Sacramentinas, mantendo os cursos elementar e secundário, fundado a 1º de Março de 1940, destina-se a formação integral da infância e da juventude femininas, tem em vista principalmente o aperfeiçoamento moral. (MINAS GERAIS, 1952, p.13).

O nome da escola, que perdura de 1948 a 1960, Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora das Graças, justifica-se porque recebia moças em regime de internato e externato para os cursos ginásial – que equivale ao ensino Fundamental II – e Normal, que equivale ao curso de normalista. Esse fato, aliado ao nome de ginásio, culturalmente levou as ex-alunas, principalmente as entrevistadas neste estudo, a se referirem, muitas vezes, à escola como simplesmente ginásio, mesmo quando se referiam ao Curso Normal.

Com alguns auxílios advindos de doações da sociedade patense, as irmãs conseguiram com que suas instalações fossem ampliadas. A velha matriz da cidade foi emprestada para ser usada como salas de aula e dormitórios das religiosas e alunas internas. As outras dependências continuaram funcionando na casa da Praça Dom Eduardo, ao lado da velha matriz.

Figura 13: Dormitório das alunas internas.



Fonte: Oliveira (2015).

O Colégio não oferecia somente aulas de Português, Matemática, Geografia, História ou Ciências Biológicas, mas dedicava-se também ao ensino de pintura, música, teatro, trabalhos manuais, culinária, canto, corte e costura, regras de civilidade, catequese e ensino religioso. Devido a seu caráter religioso e a severidade das irmãs, a escola começou a merecer a preferência das mais renomadas famílias de Patos.

No ano de 1951, no dia 7 de setembro, aconteceu um evento no Colégio, onde foi realizada a solenidade de lançamento da “pedra fundamental” para construção do novo edifício a ser edificado para abrigar o Colégio Nossa Senhora das Graças¹⁶. De acordo com Oliveira (2015), a construção do prédio até a atual portaria pedagógica¹⁷, levou nove anos, isto é, de 1951 a 1959. Nessa ocasião, havia um grande esforço das Irmãs, da Igreja, políticos e sociedade patense em oferecer instalações apropriadas para as alunas internas e externas.

Na década de 1960, a instituição deixa de atender alunas no regime de internato e introduz em sua prática uma nova ação pedagógica com a criação da Associação de Pais e Mestres, objetivando estimular a participação das famílias na comunidade escolar. Fato rememorado entusiasticamente pela Irmã Marina Guilhermina de Oliveira:

¹⁶ Informações constantes em OLIVEIRA, Ir. Marina Guilhermina de. **Mosaico: documentário sobre os 70 anos das Irmãs Sacramentinas em Patos de Minas.**

¹⁷ Oliveira (2015) ao falar de “portaria pedagógica” referiu-se unicamente ao portão de entrada de professores, corpo administrativo e auxiliares – Cf. FIG. 12. A fachada principal da escola está de frente com o referido cruzeiro, marco inicial da cidade.

Tempo áureo de participação das famílias nas promoções, em cursos de formação para alunos e pais, nas excursões do Colégio e também dando sugestões à administração para um melhor desempenho, quer pedagógico, quer administrativo. O estatuto mostra o entrosamento e interesse das famílias com o Colégio e a seriedade dessa Associação. (OLIVEIRA, 2015. p.45).

Outra organização significativa que se fez presente durante esse período foi o Grêmio Estudantil Madre Beatriz, órgão responsável por conscientizar os alunos sobre a situação política, despertar o civismo, realizar competições esportivas, culturais e religiosas, além de estimular a liderança juvenil. A agremiação teve suas atividades abafadas pelas represálias da ditadura civil-militar, uma vez que as escolas foram impedidas de exercer qualquer atividade que propiciasse o debate e a politização de seus estudantes.

Como se pode constatar, a referida escola, ao longo de seus 70 anos, prestou serviços na educação do povo patense de acordo com seus propósitos, contribuindo tanto para a formação de crianças e jovens quanto para o desenvolvimento da cidade. Por isso, a instituição ostenta um nome respeitado e mantém, ainda hoje, suas portas abertas atendendo da educação infantil ao ensino médio.

3. FINALIDADES E PRÁTICAS DO GINÁSIO E ESCOLA NORMAL “NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS” (1948-1960)

Neste capítulo, apresentamos algumas práticas escolares, culturais e sociais do Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora das Graças. Ressaltamos que com a chegada das Irmãs Sacramentinas em Patos de Minas para a direção, a instituição foi transformada posteriormente em Escola Normal e tinha como objetivo formar professoras conforme a própria ação católica. Assim, nos lançamos à busca de ajuda da própria escola e de ex-alunas internas que nos concederam entrevistas¹⁸, o que nos possibilitou entender a organização da educação feminina, o processo ensino-aprendizagem sob a ótica discente, as disciplinas trabalhadas, a metodologia de ensino, para compreendermos como o projeto educacional da escola representava um modelo social de mulher, transmitindo qualidades naturais femininas para a sala de aula.

As principais perguntas que nortearam a conversa a respeito do colégio e que se desdobraram em outras ao longo da entrevista foram:

1. Como surgiu a oportunidade de estudar no Ginásio e Escola Normal Nossa senhora das Graças e quais foram os fatores que influenciaram nessa decisão?

¹⁸ Todos os trechos das entrevistas que foram transcritas para essa pesquisa foram identificadas por siglas.

2. Você tinha a perspectiva de fazer escola normal para exercer a profissão ou era apenas uma exigência da família ou da sociedade para fazer um bom casamento.

3. Como era o cotidiano no colégio? Lembranças marcantes, regime disciplinar, costumes e hábitos, principais espaços ocupados, ambiente de estudo; relação com as colegas.

4. Como se dava a relação professora-aluna? Disciplina, processos pedagógicos, métodos de ensino, sistema de avaliação, formas de participação nas datas comemorativas e festividades, formas de participação na Gestão da Escola.

5. Qual a relevância da educação recebida no Colégio no decorrer da sua vida?

6. Qual é a sua visão da época e de hoje em dia sobre: escola, professor, conceito de aluno disciplinado, indisciplinado?

7. Por que muitas alunas concluíam o Curso Normal no Colégio se já existia na cidade a Escola Normal? O que se comentava a respeito da mesma?

Podemos perceber que a memória é um pilar da existência humana, desde o nascimento até a morte. A partir dela, conseguimos conservar vivências e recordar lembranças de momentos da vida quando necessário. Ela guarda do presente o que podemos lembrar no futuro, resgata fragmentos do passado, trazendo de volta vivências e experiências que constituem a vida do indivíduo. E para a consolidação deste trabalho, a memória das entrevistadas nos permitiu conhecer melhor esse espaço escolar, o que contribuiu muito para o desenvolvimento da pesquisa.

Como já ressaltado nesta pesquisa, formar professores capacitados por meio das Escolas Normais era muito importante. No entanto, como os investimentos do Estado não foram suficientes, várias Congregações católicas abriram colégios para a formação de normalistas.

Segundo Ortiz (2014), os cursos normais públicos eram frequentados por garotas da classe média baixa e que precisavam do magistério primário como meio de sobrevivência. Assim sendo, essas escolas passaram a ser um importante passo para a ascensão social e opção profissional para essas meninas. Já nas escolas particulares, com o Colégio Nossa Senhora das Graças, frequentado na maioria das vezes por filhas de famílias ricas, era voltada para o conhecimento cultural das jovens donas de casa e tinham como principal atrativo a educação voltada para um futuro casamento e criação dos filhos.

Educar as moças era uma notória forma de difundir o cristianismo e, assim, as instituições religiosas dirigidas por freiras tinham um grande prestígio, pois as famílias receberiam as primeiras lições da vida cristã. O Colégio Nossa Senhora das Graças, de Patos de Minas, tinha como finalidade proporcionar uma educação pautada nos valores católicos de

moralidade e disciplina. Tinha como objetivo educar meninas para se tornarem boas professoras e ótimas donas de casa.

3.1 Metodologias de ensino e controle disciplinar

A escola é vista como espaço de formação onde conhecimentos são transmitidos juntamente à disseminação de valores sociais. Por ser uma escola de cunho confessional, a escola pesquisada tinham uma educação ministrada por freiras, tendo a fé cristã, a disciplina rígida e a educação moral como grandes pilares de sustentação de seu prestígio perante às famílias que a procuravam.

Em Patos de Minas, a partir de 1948 com a transformação do Ginásio Benedito Valadares em Escola Normal e Ginásio Nossa Senhora das Graças, o estabelecimento agora de cunho confessional, passou para o regime de internato e externato feminino. Essa mudança viria a atender vários interesses, como os da igreja, pela formação moral da infância e juventude, aos dos fazendeiros, os quais poderiam proporcionar uma formação vislumbrada para a mulher e ainda aos interesses sociais, pois a sociedade, em processo de desenvolvimento colocava a necessidade da instrução para a sua melhoria. O depoimento da ex-aluna NH remete a isso:

Quando eu cheguei à idade escolar nós morávamos na fazenda que não é longe daqui, a gente morava na fazenda nossa vida era toda lá e chegou à época e eu vim para estudar, meu pai me matriculou no Marcolino de Barros e eu fiquei morando com uma tia um tempo e depois com a minha vó. Terminou o ano o meu pai não estava satisfeito com a situação de ficar hora em uma casa e hora em outra. Passou um semestre, já no segundo ano ele me levou para a escola Madalena Maria, mas em julho ele me transferiu para o Colégio Nossa Senhora das Graças no regime internato que era considerado pra elite, por ser considerado o melhor da região. Na época o mais, pra não desfazer dos outros, seria o mais recomendado, justamente por ser o único a ter internato onde os pais que moravam em fazendas poderiam deixar suas filhas. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Vale ressaltar que as ex-alunas entrevistadas cursaram o ginásio e escola normal, por isso elas afirmavam a existência de uma prova de admissão para que a aluna pudesse matricular-se no colégio. De acordo com a ex aluna C,

A gente fazia parecendo uma prova de seleção, assim dos conteúdos das quatro primeiras séries da época que falava era série né. A gente fazia prova daquele conteúdo, síntese né daquele conteúdo referente a quatro primeiras

series. Ai quem saísse bem estava aprovado a entrar na primeira série do ginásial. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

De acordo com as entrevistadas, a referida prova selecionava para ingresso no curso ginásial, correspondente ao que se denomina atualmente Ensino Fundamental II, mas com o intuito de dar prosseguimento ao processo de aprendizagem, para, decididamente, serem professoras, ou seja, tinham por finalidade o acesso ao Curso Normal. De todas elas, apenas uma não continuou. Veja no depoimento de cada uma abaixo:

P: Entendi. E, e a senhora foi fazer, fez o curso normal lá?

C: fiz lá, por isso que fiquei sete anos, quatro de ginásial que falava e três de magistério.

P: E a senhora saiu professora?

C: Sai, formei dia 08 de dezembro de 1962. Professora.

P: E a senhora lecionou depois?

C: Lecionei. Lecionei pouco tempo, porque minha vontade era estudar mais. Eu graças a Deus me saí super bem no magistério, mas foi três anos só. Eu tava em dúvida com data de início, porque aí desses três anos eu fiz um vestibular em BH e fui estudar em BH em 1965. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

P: E lá era uma escola normal né?

NH: Era Escola Normal. E eu fui pra lá, eu queria ser professora desde o começo.

P: Era isso que eu queria te perguntar, se você queria ser ou se a sociedade da época exigia.

NH: Não... eu queria ser professora sabe?

P: E a senhora chegou a ser professora?

NH: Nossa Senhora, nem te conto (risos). Eu fui professora aos 18 anos, fiz o concurso público com 18 anos pro estado, passei bem e fui nomeada pra escola prof. Modesto, mas trabalhei no Marcolino de Barros antes de ser nomeada, também no Monsenhor Fleury antes de ser nomeada e no prof. Modesto que fiquei mais, fiquei até 70.. 72 trabalhei lá parece, mas não aposentei lá. Quer dizer, eu fiquei lá mais tempo... é eu fiquei lá até 76 e depois de lá pedi uma licença sem vencimento e fui ser tesoureira e vice diretora do Colégio Marista na época que os irmãos deixaram o colégio e a Mitra Diocesana convidou a Marluce Martins e eu para dirigir o colégio. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

M: Dessa vez fiquei um ano e pouco só na casa da minha mãe, ela adoeceu e viemos embora. E ai vim pro colégio daqui, já tinha feito a segunda série e eu fiz a terceira e a quarta série no colégio das freiras, repeti a 4º série por causa de inglês. Repeti a 4º série e é umas coisas, passei com 10 em história, 10 em ciências e perdi em inglês. Mas repeti, a quarta série repeti no externato. Então interna mesmo fiquei dois anos. Fora aqui de Patos que foi dois anos. Depois fiz o resto lá no colégio.

P: Porque lá na escola era escola normal né?!

M: Lá no colégio das freiras? Colégio e escola normal Nossa Senhora das Graças.

P: Mas a senhora foi (...)

M: Lá eu fiz o curso normal pra professora. Não tinha científico não, fiz o curso normal.

P: E a senhora quis fazer pra exercer a profissão ou só porque tinha que fazer?

M: Não, era porque o que tinha. Tanto que fui BH pra fazer vestibular pra Direito. E eu gostava era de arte. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

P: Você tinha a perspectiva de fazer escola normal para exercer a profissão ou era apenas uma exigência da família ou da sociedade para fazer um bom casamento?

L: Não, eu não queria nada. Eu não pensava. A gente era diferente da juventude hoje. A gente era muito conformado com o que os pais decidiam. Então meu pai, como lá, tinham essas duas moças que iam pra tiros a cavalo, pensa bem, a gente viajava o dia inteirinho a cavalo, hospedava em Tiros em uma pensão e depois e depois a gente pegava outro ônibus pra ir pra São Gotardo estudar. Nessa época não tinha facilidade de correspondência, de telefone de nada, então meu pai preferiu que a gente ficasse interna porque era mais fácil de ter controle e eles ficavam menos preocupados sabendo que eu estava numa escola de freira e escola boa, porque a escola das irmãs era muito bem falada. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

A educação que as escolas privadas católicas proporcionavam aderiam um sistema de ensino-aprendizagem rigoroso, além de serem conservadoras. Em seus currículos, o Curso Normal da escola oferecia matérias tais como português e literatura, higiene e educação sanitária e puericultura, história e filosofia da educação, sociologia educacional, psicologia educacional, metodologia do ensino primário, prática do ensino, desenho e artes aplicadas, música e canto, educação física, biologia educacional, matemática, física e química, anatomia e fisiologia humanas, latim, francês, inglês, ciências naturais, história do Brasil, geografia do Brasil, história geral, geografia geral, economia doméstica, desenho, trabalhos manuais e canto orfeônico.

Além do que, os ensinamentos dentro e fora da sala de aula, principalmente por meio das disciplinas expostas pela grade curricular, disseminavam conteúdos e valores que eram reflexos da época, voltados para a formação social. De acordo com NH,

A partir da quinta série, primeira série do ginásio naquele tempo tinha língua portuguesa, língua latina, língua francesa, língua inglesa, história geografia, biologia, ed. Física, ensino religioso que se chamava religião mesmo, educação artística que eram os bordados, eu aprendi bordar foi lá, não tive outra oportunidade e também o ginásio foi muito rico, pois além de ter as disciplinas que eu falei, no nível de quinta a oitava série né, a gente tinha higiene e puericultura, era estudar a parte de cuidar de crianças a higiene pessoal, e a gente tinha nota pra tudo isso, música aprendi música que na minha prova final cantei o hino nacional brasileiro. Era matéria, valia nota. A indicação do meu pai pra estudar lá me trouxe muitos benefícios, porque aprendi a ser mais determinada e mais independente, porque lá, as irmãs cuidavam da vigilância, dos aspectos sociais porque a gente tinha aula de civilização de como aprontar uma mesa, como servir um café, como servir um

jantar, tudo isso a gente aprendia que se chamava aula de socialização. Tudo assim, representado. Uma coisa muito marcante que a gente tinha no Colégio era os horários de banho, aula de manhã, estudo até a hora do café e depois do café era os horários de banho. Cada uma tinha seu horário e não podia gastar mais de 5 minutos para tomar banho, se vestir e engraxar os sapatos. Tudo cronometrado. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

O que se percebe pelos depoimentos das ex-alunas entrevistadas é um tom de aprovação do sistema educacional ao qual eram submetidas, principalmente com relação à disciplina tanto de horários quanto de grade curricular, fato histórico e culturalmente marcante nos conhecidos “colégios de freiras” daquele tempo. A depoente acima fez questão de frisar que todas as atividades eram cronometradas, mas não reclamou como isso sendo um inconveniente.

Figura 14: Diploma do Curso Normal, no qual constam as disciplinas cursadas.

Diploma do Curso de Formação
 Nome Dona Maria Roqueira da Silva Nascida em 8.3.1931, filha de D. Santa Rita da Silva
 natural de Santa Rita da Silva, Estado de Paraná, concluiu o curso
 nos termos do atual regulamento em 4 de dezembro de 1959

NOTAS OBTIDAS PELA DIPLOMANDA

CURSO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES	CURSO NORMAL REGIONAL	CURSO
Português e Literatura	Português	Português
Higiene e Educação Sanitária e Puericultura	História do Brasil	Francês
Ordem e Filosofia da Educação	Francês	Matemática
Sociologia Educacional	Notas de Higiene	Ciências Naturais
Psicologia Educacional	Psicologia e Pedagogia	História do Brasil
Metodologia do Ensino Primário	Didática e Prática do Ensino	Geografia do Brasil
Prática do Ensino	Desenho e Caligrafia	Psicologia e Pedagogia
Desenho e Artes Aplicadas	Canto Orfeônico	Didática e Prática do Ensino
Música e Canto	Educação Física, Recreação e Jogos	Desenho e Caligrafia
Educação Física	Matemática	Canto
Biologia Educacional	Notas de Anatomia e Fisiologia Humanas	Educação Física, Recreação e Jogos
Matemática	História Geral	Trabalhos Manuais, Econômicos e Atividades Econômicas
Física e Química	Trabalhos Manuais Econômica Doméstica e Atividades Econômicas	da Região
Anatomia e Fisiologia humanas	Ciências Naturais	História Geral
Latin	Geografia do Brasil	Geografia Geral
Francês	Geografia Geral	
Inglês		
Ciências Naturais		
História do Brasil		
Geografia do Brasil		
História Geral		
Geografia Geral		
Economia Doméstica		
Desenho		
Trabalhos Manuais		
Canto Orfeônico		

Pagou de direitos Cr\$ 50,00, conforme estampa atualizada no requerimento e Cr\$ 100,00, nº 67, de 20.1.59.
 Secretaria da Educação, 25 de março de 1959

Irmã Maria Coeli DIRETORA
D. Maria A. Pecanha ENCARREGADA DO BOMBEIO

Fonte: acervo do Colégio Nossa Senhora das Graças¹⁹.

Figura 15: Boletim escolar de uma ex-aluna entrevistada²⁰.

¹⁹ Embora nesse documento não apareça o nome da instituição, objeto deste estudo, é possível garantir seu pertencimento e sua legitimidade ao conferir a assinatura da diretora Irmã Maria Coeli, que dirigiu a escola de 1945 até 1959.

²⁰ A escola oferecia o Curso Ginásial e o Curso Normal. A maioria das alunas que ingressavam como internas no Curso Ginásial continuava para concluir o Curso Normal. Esse fato, por força do hábito, levou certamente, as ex-alunas a se referirem ao Curso Normal como Ginásial.

Ginásio e Colégio Normal Nossa Senhora das Graças
Patos de Minas — Minas Gerais

Nussa Helena de Pinheiro
Nome do aluno
Patos de Minas *Minas Gerais*
Local Estado
Guilherme Barreto de Pinheiro
Nome do Pai
Maria da Conceição Pinheiro
Nome da Mãe

Estabelecimento que expediu o certificado de *Exame de Admissão*
Ginásio N. Senhora das Graças
Patos de Minas *Minas Gerais*
Local Estado

RESULTADOS DOS EXAMES DE ADMISSÃO

Português	<i>7,1</i>	Aritmética	<i>4,9</i>
Geografia	<i>7,7</i>	História	<i>6,9</i>
Média Geral	<i>6,6</i>	Data	<i>4 / 12 / 1953</i>

Gráfico TAMÓIOS - B. Hic. - Mod. 18 e 19

Fonte: Acervo particular da depoente.

Figura 16: Boletim escolar de uma ex-aluna entrevistada.

1.º CICLO

	Português	História do Brasil	Geografia	Matemática	Ciências	Letras	Francês	Inglês	História Geral	Nat.	Musica	Danças	Artes	Educação	Outros
1.ª Série	500	5,51	5,75	4,09	—	5,53	4,41	—	—	5,53	6,11	5,98	5,32		

Aluno: Guilherme N. Ladeira das Graças Inspetor: Edna Maria UPA 0003 1705

Local: Patos de Minas Estado: Minas Gerais Ano: 1957

	Português	História do Brasil	Geografia	Matemática	Ciências	Letras	Francês	Inglês	História Geral	Nat.	Musica	Danças	Artes	Educação	Outros
2.ª Série	589	—	8,75	4,84	—	7,71	5,32	7,42	8,03	7,94	6,83	8,23	7,07		

Aluno: Guilherme N. Ladeira das Graças Inspetor: Edna Maria UPA 0003 1705

Local: Patos de Minas Estado: Minas Gerais Ano: 1955

	Português	História do Brasil	Geografia	Matemática	Ciências	Letras	Francês	Inglês	História Geral	Nat.	Musica	Danças	Artes	Educação	Outros
3.ª Série	683	—	8,12	4,37	7,16	7,41	6,31	6,97	8,98	—	8,20	9,22	7,35		

Aluno: Guilherme N. Ladeira das Graças Inspetor: Edna Maria UPA 0003 1705

Local: Patos de Minas Estado: Minas Gerais Ano: 1956

	Português	História do Brasil	Geografia	Matemática	Ciências	Letras	Francês	Inglês	História Geral	Nat.	Musica	Danças	Artes	Educação	Outros
4.ª Série	664	9,46	7,80	4,89	7,97	6,15	5,69	6,68	8,90	—	8,50	8,06	7,34		

Aluno: Guilherme N. Ladeira das Graças Inspetor: Edna Maria UPA 0003 1705

Local: Patos de Minas Estado: Minas Gerais Ano: 1957

Assinatura: Guilherme N. Ladeira das Graças Data: 23.1.2.1971 Expedida em: Guilherme N. Ladeira das Graças

Observações:

Guilherme N. Ladeira das Graças, aluno da turma de Patos de Minas, matrícula nº 15/11.

Fonte: Acervo particular da depoente.

Figura 17: Boletim escolar de uma ex-aluna entrevistada.

UPA 0003 1703

CURSO COLEGIAL NORMAL	Português	Matemática	Trinica	Química	Geol. e Geog.	Humanas	Biologia	Arte e Apli.	Música	Canção	Ed. Física	Rec. e Jogos	Metodologia	de Ens. Prim.	Psicologia	Educação	Higiene	Ed. Espiritual	Biologia	Educação	Prática	do Ensino	Higiene	Psicologia	Hist. e Filos.	da Educ.	Psicologia	Educação
1.a Série	76	71	78	76	92	80	98	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Colégio Normal Nossa Senhora das Graças</u> 1958 Diretora: <u>Irma Maria Goli</u> <u>Estabelecimento</u> Ano Fiscal: <u>Bernarda R. da Silveira</u>																												
2.a Série	71	-	-	-	82	90	85	92	88	85	84	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Colégio Normal Nossa Senhora das Graças</u> 1959 Diretora: <u>Irma Maria Tarcisia</u> <u>Estabelecimento</u> Ano Fiscal: <u>Bernarda R. da Silveira</u>																												
3.a Série	81	-	-	-	86	87	98	84	84	-	-	91	96	92	90	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Colégio Normal Nossa Senhora das Graças</u> 1960 Diretora: <u>Irma Maria Tarcisia</u> <u>Estabelecimento</u> Ano Fiscal: <u>Bernarda R. da Silveira</u> Gráfica TAMÓIOS - B. Hte.																												

Fonte: Acervo particular da depoente.

Figura 18: Certificado de Conclusão de Curso com o nome da escola modificado: Ginásio e Colégio N. Sra. Das Graças.

Res 102914

GINÁSIO E COLÉGIO NORMAL NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS
MANTIDO PELO INSTITUTO DAS IRMÃS SACRAMENTINAS DE NOSSA SENHORA
PRAÇA DOM EDUARDO, 202 - FONE: 24-55 - PATOS DE MINAS
GINÁSIO AUTORIZADO PELO MEC ATRAVÉS DA PORTARIA 15/41
CURSO NORMAL CRIADO PELO DECRETO ESTADUAL Nº 2.410 DE 15/02/47

CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DE CURSO, SÉRIE OU GRÁU ESCOLAR

Certificamos que SUELI BERNARDES DA SILVA
Natural de Patos de Minas Estado de Minas Gerais
nascido aos 25 de fevereiro de 1953 filho de Jorge da Silva
e de Arcemite Dias da Silva
Concluiu a 3ª série do 2º Grau, conforme histórico escolar e observações em anexo.
Data 13 de novembro de 1975

Ass. Dória Rodrigues de Lima Secretária Ass. Marina Guilhermina de Oliveira Diretora

HISTÓRICO ESCOLAR 1º GRÁU

Disc. Ativ. Áreas ou Conteúdos	1ª série 19	2ª série 19	3ª série 19	4ª série 19	Ed. Física	Ed. Geral	Form. Esp.
1ª série 19	X	X	X	X	X	X	X
2ª série 19	X	X	X	X	X	X	X
3ª série 19	X	X	X	X	X	X	X
4ª série 19	X	X	X	X	X	X	X

Local: Patos de Minas Estado: Minas Gerais

OBSERVAÇÃO: Exame de Admissão no Ginásio Presidente Kennedy de Patos de Minas, MG, em fevereiro de 1969

Português - 7,70 Matemática - 5,50 Geografia - 7
História - 8,00 Ciências - 3,80

Fonte: acervo do Colégio Nossa Senhora das Graças.

Três pontos embasaram a pedagogia das escolas religiosas: a fé, a moral e o sentido comunitário para que a aluna aprendesse os bons costumes, tornando-a sensível para a vida em comunidade, temente a Deus e a seus semelhantes. De acordo com M, as propostas pedagógicas da escola não somaram muito na formação dela, visto que os princípios e valores ensinados pela escola já faziam parte da sua educação recebida da família, conforme o excerto de seu depoimento abaixo:

Olha, minha família é uma família que reza mais do que come. Tudo era pecado e tudo tinha que fazer, então a vida de lá do convento não teve nada que influenciasse pra mim pra mudar o modo dentro da igreja, não. Eu tenho uma fé muito grande em Deus e em Nossa Senhora e não consegui adaptar a minha criação ao modo diferente de educar menino hoje. A parte religiosa. Aquela dançação na hora da missa, o povo canta dançando. Eu não concordo muito com aquilo não. Parece que falta um pouco de piedade, porque tanto faz uma musica profana tanto uma musica religiosa, pros meninos é a mesma coisa. Nós não. A gente tinha, eu não sei se eu era beata demais [...]. Mas eu não lembro de muita dançação não. Eu coroei Nossa senhora, a última a coroar Nossa Senhora na igreja velha e a primeira na igreja nova. Nós somos da mesma idade, eu e a igreja. E agora, se eu to saindo pra missa no domingo e chega uma pessoa que tá precisando de mim, eu não penso duas vezes. Viro pra trás e volto pra dentro. Pode falar que é certo, que é errado. Que não é. A parte de amar o próximo, o dizimo que eu pago e que me falaram que não valia nada eu sei que Deus me deu o dom de fazer tudo que eu quero com as mãos. Eu faço... eu pinto, eu bordo, sempre pinte. Eu costuro, faço tudo. Não guardei pra mim o que eu sei. Fiz muita, um porção de profissionais gratuitamente, não como valor pra mim não, era o meu modo de encarar. Então eu falei assim. Oh gente, o meu dizimo é tudo aquilo que Deus me deu e eu dou um pouquinho pra quem me procura. Aí falaram que não, que não vale não. Que tinha que ser o dinheiro, quando Dom Claudio veio pra aqui o Olimpio era da diretoria ele tava lá, sozinho. Falei assim: Olímpio, o Dom Claudio tá lá sozinho. Chamamos ele pra sentar na mesa conosco e ficamos conversando, eu gosto bem de um papo. E falei com ele, e ele disse: você tá muito certa, vale mais que o dinheiro que você dá, é o jeito que você pode ajudar e um modo de pagar o dizimo. Então eu levo minha vida assim. Não deixo de faltar minha missa, não acho que dar esmola seja qualidade é obrigação. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

As ex-alunas, que concederam alguns depoimentos, foram unânimes em afirmar que a rígida disciplina foi a lembrança mais marcante daquela época. As freiras eram muito rigorosas, mas a presença de uma educação completa, com ensinamentos válidos dentro da sala de aula e principalmente em seus lares na educação de suas famílias, também marcaram profundamente a vida das entrevistadas. C afirma que,

O que mais marcava a gente era a disciplina e comprimento rígido de horário. Tudo era muito organizado, com muita rigidez e muita disciplina. A gente levantava as cinco e pouco, batiam a campainha lá do dormitório a gente

levantava, a gente tinha minutos marcados para arrumar a cama em silêncio, que tinha até um prêmio quem arrumasse a cama mais bem arrumada e em menos tempo. A gente ia pro banheiro também tudo com minutos marcados, eram muitas para poucos banheiros. Depois a gente penteava o cabelo, não podia usar pintura nenhuma. Só penteava e escovava, só. E imediatamente a gente atravessava um corredor que lembro até hoje. Atravessava um corredor e ia direto pra capela participar da santa missa e comunhão, em jejum. Lógico né, Aí eu tô resumindo mais aqui tem tudo.

E depois descia da missa e ia direto pro salão do café, era o café de todas também. Que a gente tomava o café. Tudo que ia se iniciar tinha oração, sabe. Toda atividade tinha oração inicial, quando a gente levantava a gente rezava. Não conversava, não podia conversar não. Até essa hora não podia. Depois do café a gente já ia para sala de aula e pra sala de estudo pegar o material de estudo e ia pra sala de aula com o uniforme azul e branco. Assistia aula normalmente junto com as externas, igualzinho não tinha diferença. E depois da aula a gente já ia, já trocava esse uniforme e vestia um comum que era usado diariamente que chamava riscadinho. Ele era riscado de azul e branco, todas iguais também às internas. E a gente ia pro almoço, almoçava e durante o almoço a gente conversava baixinho. Porque já pensou, aquele mundo de mulher conversando alto. Conversava baixinho e sempre, sempre uma irmã nos rodeando. A gente não ficava sem uma freira a nós acompanhar um minuto. Desde levantar até a noite pra dormir. Então essa freira ficava rodeando as mesas lá, parece que, parece não... olhando a maneira da gente comer, mastigar... aproveitava todos os momentos para educar a gente, sabe. Pra ver se a gente tava comendo verduras. Olhava tudo, tudo, tudo sabe. Aí terminava o horário de almoço e a gente tinha meia hora pra descanso. Nessa hora a gente podia conversar, nessa hora com todas e o tempo era pequeno pra conversar. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA)

A essa rígida disciplina que era utilizada para garantia da aprendizagem juntava-se o silêncio. Juntos, silêncio e disciplina “facilitavam” a formação desse contingente. A rotina diária era marcada pelo sinal que avisava que elas deveriam levantar e iniciar suas atividades: arrumar a cama, vestir-se, ir ao lavatório, ir rezar em jejum... NH declara que,

A gente tinha o horário marcado pra tudo. Acordava 5:15 ao som de uma campainha, levantava rapidamente, estendia a sua cama rapidamente, todas, todas brancas, todas branquinhas. E tinha que ser em silêncio completo. A cama mais bem arrumada durante o mês era premiada. Tinham várias camas num dormitório só, tudo branquinho. A gente acabava de arrumar a cama e ia fazer a higiene, também com minutos marcados e fila sempre. Depois em fila e em silêncio ia pra capela depois que fazia a higiene né, ia pra capela, depois da capela ia pro café da manhã, depois do café da manhã ia pra sala de estudos ali a gente sempre preparava os materiais pra ir pra sala de aula, isso era 07:30 o horário que a aula começava. As internas e as externas formavam turmas únicas, assim juntas, não era separado não. As externas chegavam as 07:30 e não tinham que ir pra capela, elas tinham somente a parte religiosa na sala de aula. Nossa rotina era mais pesada. Ia pra sala de estudos, pra sala de estudos aprontava os objetos e ia pra sala de aula e na sala de estudos estudava, preparava aula do dia seguinte. Era nesse momento da sala de aula que a gente entrava em contato com as externas, mas mal podia cumprimentar. Não podia

conversar com elas, porque elas tinham receio de elas servirem de intermediárias para qualquer conversa às pessoas externas, principalmente namorados. Depois da sala de aula ia almoçar e depois do almoço voltava pra sala de estudos e ficava lá. Tinha o horário do café da tarde e depois até o horário do jantar e depois do jantar ia pra capela, da capela voltava pra sala de estudos. Ia pra capela duas vezes ao dia, e 20:00 da noite já ia pro dormitório. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Existiam regras e tudo aquilo que saísse dos padrões esperados não eram aceitos. Em uma instituição como internato era necessário esse controle social para que ficasse tudo organizado, do jeito que as irmãs queriam. Uma ex-aluna relata dando gargalhadas o que aconteceu quando fugiu à regra. M conta que,

Eu e minha irmã que abrimos os desfiles da festa do milho no Colégio das Irmãs, depois eu deixei a abertura dos desfiles pra fazer parte da fanfarra, toquei todos os instrumentos. Sabe por que eu sai? Eu e uma colega acho que já tava no primeiro científico de formação e nós paramos na porta do colégio e resolvemos tocar um samba, mas aquele, sabe?! (risos) Eu no tarol e o negócio teve feio! A irmã chegou e falou, vocês não pegam instrumento mais nunca do colégio. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Nota-se, por meio dos depoimentos, que a escola era procurada por oferecer uma educação considerada propícia à formação de uma classe econômica abastada, por ser a única com internato na região e também por ser dirigido por freiras. E isso foi unanimidade em todas as entrevistas.

Há de se notar que a briga política entre duas famílias tradicionais patenses, Borges e Maciel, aparece até nas escolas. Por exemplo, moças da família Maciel, normalmente não estudavam no Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora das Graças, visto que um de seus patriarcas, Olegário Maciel, foi fundador de uma escola pública, já referida neste trabalho, como Escola Normal Oficial de Patos de Minas, atualmente chamada de Escola Estadual Antônio Dias Maciel, nome dado em homenagem ao seu primeiro diretor. Além do mais, os membros da família Maciel eram, em sua maioria, protestantes, isso certamente inviabilizava o internamento de suas moças em uma escola confessional católica, como é o caso do objeto desta pesquisa. Dessa forma, a referida escola confessional é mais utilizada pelas moças da família dos Borges e outras filhas de fazendeiros da região. Isso pode ser confirmado pelo recorte do depoimento de M,

Borges não estudava lá não (na escola pública dos Maciel). A escola Nossa Senhora das Graças era pra quem tinha mais condições. A de lá, só passava também quem era Maciel. Não precisa achar que os de cá passava, porque não

passava não. Político aqui era muito grande né, muito terrível. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Ao ler a frase “político aqui era muito grande né, era muito terrível”, percebe-se que a depoente refere-se às disputas políticas entre as duas referidas famílias na cidade e suas consequências na vida de todos os membros. Outro fator que pesava muito nas escolhas de um ou outro Curso Normal era a questão religiosa. Assim se pronunciou uma ex-aluna NH:

Também pelo fato de ser dirigido por freiras, o fator religião pesava muito naquela época. Então os pais preferiam também pelo fato de ser interno, de ser bem preparada para a vida e ter um futuro melhor. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

A clientela do internato era formada basicamente por filhas de fazendeiros, para os quais o mesmo era uma forma de garantia de instrução das filhas, visto que, em muitos lugares, a educação era precária ou exercida por professores particulares. Além disso, a disciplinarização imposta nos internatos, geralmente dirigidos por freiras, garantia a segurança contra maiores rebeldias, formando as futuras esposas dos filhos da elite. Nesse sentido:

Crescidos um pouco, os filhos dos fazendeiros iam para os colégios de padres e freiras, geralmente em regime de internato, onde as moças aprimoravam os hábitos que fariam parte do dote matrimonial. As educadoras dessas moças sabiam que preparavam futuras esposas de fazendeiros e mães de seus filhos. (NOSELLA; BUFFA, 2009, p. 31)

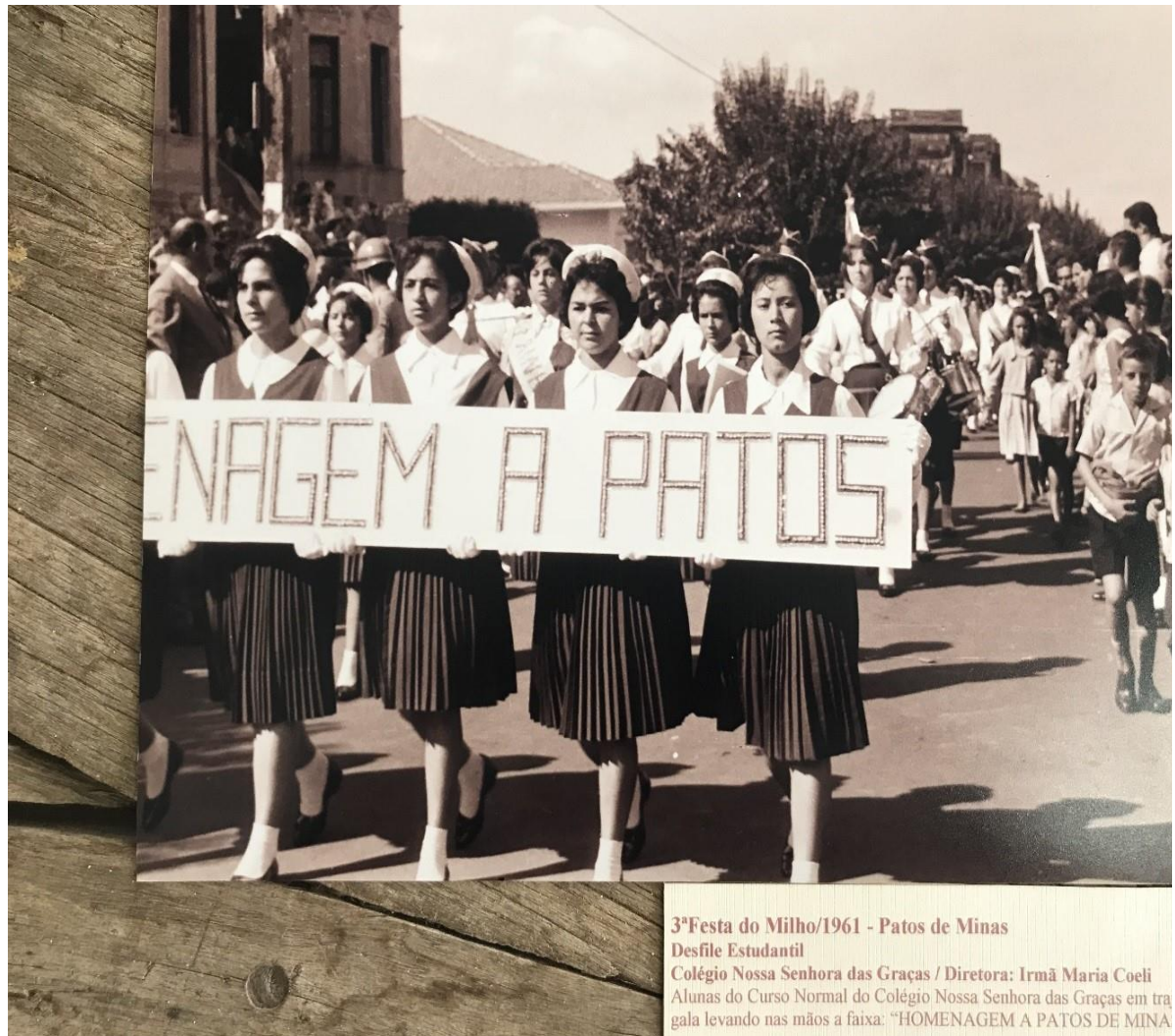
Ao longo do tempo de internato, destinado à educação feminina, as religiosas se preocupavam em formar as moças ali matriculadas de acordo com as exigências da própria sociedade, ou seja, a educação deveria estar em consonância com os princípios do catolicismo e com as orientações morais da sociedade patense. Tinham uma preocupação muito grande em relação aos princípios morais, disciplina, vigilância, todos os espaços ocupados por alunas internas e externas eram bastante vigiados. E mais uma vez a disciplina bastante rígida é evidenciada em depoimentos como a de NH,

Cada uma tinha seu horário e não podia gastar mais de 5 minutos para tomar banho, se vestir e engraxar os sapatos. Tudo cronometrado. A irmã Ercília, ficava controlando, quando uma demorava batia na porta e como punição perdia nota. A gente tinha nota de matérias de conhecimentos adquiridos na sala e tinha nota do procedimento da gente, como você estendia uma cama, como escovava os dentes, como você tomava ao banho, como o seu sapato estava, as meias estavam bem puxadinhas abaixo do joelho. O uniforme era todo riscadinho, o uniforme da gente do colégio, saia azul, meia, blusa branca. Era um tipo de uniforme e tinha um de gala que a gente usava nas festividades

do colégio quando a madre Beatriz vinha e nos desfiles de 7 setembro, então era um azul pavão, blusa cetim de ceda, sapato boneca, meia até no joelho, era o uniforme de gala e só usava nas festividades. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017).

Para confirmar a descrição da ex-aluna, a FIG. 19 registra a realização da III Festa Nacional do Milho, realizada em 1961.

Figura 19: Alunas do Curso Normal do Colégio Nossa Senhora das Graças.



Fonte: Acervo do memorial do milho de Patos de Minas.

Na instituição, as alunas eram formadas, primeira e principalmente para serem adeptas praticantes do catolicismo. Por isso, a rotina vivenciada dentro dela era pensada para que isso ocorresse. De acordo com NH,

Era obrigatoriedade ir a missa todos os dias da semana, a oração antes e após qualquer atitude dum ser humano e a religiosidade em geral como sendo o principal pra qualquer ser humano que entrava lá. Acho que eles, quando entrevistavam os pais, já perguntavam se eles estavam dispostos que seus

filhos seriam verdadeiramente católicos, porque quando a gente passava o portão pra dentro a gente teria que ser verdadeiramente católico. Não tinha opção lá dentro não, eu não vou rezar, eu não quero rezar, não é hora de rezar, não tinha disso não. A gente agia normalmente como uma norma qualquer, seguir as normas, essas rotinas religiosas, isso também marcou muito. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

O fato de a instituição receber também alunas em regime de externato exigia que os cuidados fossem redobrados quando se tratava do contato entre àquelas do internato e do externato. Como as alunas estavam em um sistema de “confinamento”, no qual se buscava o mínimo contato com o mundo externo, a comunicação entre as alunas e a sociedade era dificultada. Existiam normas até mesmo para a visita dos familiares, segundo NH e C,

NH - Podia ver uma vez por mês se você tivesse nota de aproveitamento e de comportamento, era o jeito que a gente podia sair. Eles vinham e me pegavam porque eles já tinham uma casa na cidade e eu passava o dia com eles. Saía 8 horas da manhã e voltava 5 da tarde, bem controlado. As visitas à gente só recebia da família, tinham também o tempo que a gente podia ficar que era 30 minutos, não podia ultrapassar, tudo bem marcadinho. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

C - Os pais era só se eles viessem ao colégio, apresentasse identidade que era pai mesmo, porque tinha acontecido de namorado já, sabe. Inclusive meu pai era tão conservado que um dia uma irmã lá novata não deixou a gente ir lá na sala de visita vê-lo, porque duvidou que ele não era meu pai, aí sabe como ele fez? Ele aplaudiu a freira. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA)

Além disso, o confinamento era tão notório que nem as compras de utensílios básicos não poderiam ser comprados fora da escola. As alunas tinham uma caderneta onde anotavam o que estavam precisando com seus respectivos valores e compravam com uma quantia que seus pais deixavam sob a responsabilidade das irmãs, chamada depósito. De acordo com a depoente NH,

A única coisa que tenho guardado é uma caderneta de compras, daquilo que a gente comprava dentro da escola mesmo e anotava ali. E os pais da gente compravam livro, caderno, lápis, sabonete. Tinha uma lojinha para não sair da escola e os pais colocavam dinheiro lá pra essas despesas que se chamava depósito, que o pai fazia um depósito e a gente podia comprar na lojinha do colégio. Régua, borracha...de vez em quando tinha que comprar presente de aniversário pras irmãs a gente também comprava com esses dinheiro. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Figura 20: Capa da Caderneta de Compras da depoente NH.



Fonte: Acervo particular da depoente.

Figura 21: Páginas internas da Caderneta de Compra da depoente NH.

Lista do dia	
13-3-57.	
15 cadernos de 48 folhas	+ 13,50
1 caderneta grossa 200f.	
2 cadernos grosso de 80f.	+ 32,00
1 caderno quadrado	+ 6,00
1 vidro e pena mangium	+ 20,00
1 bonacha	+ 6,00
1 lápis nº 1	
3 pares de meias nº 9	+ 6,60
1 régua	+ 1,50
1 lata de grama	+ 7,00
1 pente	+ 1,00
1 compasso	+ 1,50

Lista do dia	
20-3-57.	
2 cadernetas finas	+ 10,00
1 folha de papel metro	+ 5,00
1 caderneta 100 folhas	+ 4,00

Lista do dia	
20-3-57.	
1 esponja	+ 10,00
2 lenços	+ 20,00
1 lata de talco	+ 10,00
1 folha de papel unip.	+ 1,00
2 lápis 1 nº 1 e outro nº 2	+ 4,00
1 apontador	+ 7,00
112 m de listão	+ 10,90

Lista do dia	
29-3-57	
1 escova	+ 2,00

Fonte: Acervo particular da depoente.

Na época, privilegiava-se o ensino tradicional e por isso as alunas passavam na sala de estudos a maior parte do tempo. Em razão disso, eram poucas as formas de lazer, incluindo visita à chácara das religiosas, além de passeios na rua, mas sempre acompanhadas de uma irmã.

Com relação aos recursos didáticos, utilizavam-se quadro, giz e livros. Isso, segundo as alunas, era suficiente para a eficácia do processo ensino-aprendizagem, conforme o excerto de depoimento abaixo de C,

A gente tinha os livros, era mais o básico dos nossos estudos era nos livros, mas elas explicavam a matéria e ficavam passando uma espécie de síntese da matéria no quadro, sabe. E a gente copiava. Então era um método tradicional, não tinha nada de novo.

E as irmãs que davam aula, a gente aprendia todas as matérias, tinha a didática né muito bem né, assim ,na época era um show as aulas de didática e a gente tinha a parte prática e já saía com os grupos escolares da época, a gente falava grupos escolares. Saíamos dando aula, eu lembro que a minha irmã foi comigo em uma aula, eu fui pra uma sala e ela pra outra e ela foi falar sobre cacto e deixou o cacto espinhar ela aqui e ela ficou com os lábios todos inchados dando aula normalmente, se não perdia nota né. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

As avaliações eram diárias, pois incluíam não apenas as notas dos exames feitos, como também todo e qualquer ato do comportamento em seus mais finos detalhes. De acordo com NH:

A gente tinha nota de matérias de conhecimentos adquiridos na sala e tinha nota do procedimento da gente, como você estendia uma cama, como escovava os dentes, como você tomava ao banho, como o seu sapato estava, as meias estavam bem puxadinhas abaixo do joelho. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

As provas finais ocorriam tanto em forma escrita quanto em forma oral e a matéria deveria estar na “ponta da língua”, visto que, qualquer ponto poderia ser arguido. A depoente C afirma que,

Tinha prova oral, até de musica tinha prova oral, latim então minha filha, eu estudei latim. Tinha latim oral e era a matéria que eu detestava, eu fui na prova oral de latim declinar um verbo e fui “ qua ... que ... qui...quo” e a lágrima escorrendo, chorando porque eu detestava latim e tinha que falar tudo. Porque pra escrever, eu escrevo melhor. Mas pra falar um trem decorado assim, então tinha prova oral sim e hino nacional de cor, minha filha. De cor, na aula de canto. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

No internato, além da formação intelectual, religiosa e profissional, também se preparavam as moças para as prendas domésticas, conforme os ditames da família patriarcal. Dessa forma, as moças eram preparadas para a vida dentro dos lares, ou seja, o trabalho doméstico, tanto que, segundo as depoentes, na grade curricular havia uma disciplina denominada economia doméstica. Havia ainda aulas de socialização em que as alunas

aprendiam a bordar, a colocar a mesa, a cuidar das roupas e aprendiam também etiqueta e puericultura. Somam-se a isso as aulas de música, em que aprendiam a tocar piano, bandolim e acordeom. Com relação ao ensino de línguas, as alunas tinham aulas de Latim, Francês e Inglês. Isso tornava o colégio mais atrativo porque, além da formação intelectual e religiosa, proporcionava um refinamento das alunas que mormente era colocado em prática em suas vidas além internato. O depoimento de NH comprova essas afirmações.

[...] naquele tempo tinha língua portuguesa, língua latina, língua francesa, língua inglesa, história geografia, biologia, educação física, ensino religioso que se chamava religião mesmo, educação artística que eram os bordados, eu aprendi bordar foi lá, não tive outra oportunidade [...], a gente tinha higiene e puericultura, era estudar a parte de cuidar de crianças a higiene pessoal, e a gente tinha nota pra tudo isso, música aprendi música que na minha prova final cantei o hino nacional brasileiro. Era matéria, valia nota. A indicação do meu pai pra estudar lá me trouxe muitos benefícios, porque aprendi a ser mais determinada e mais independente, porque lá, as irmãs cuidavam da vigilância, dos aspectos sociais porque a gente tinha aula de civilização de como aprontar uma mesa, como servir um café, como servir um jantar, tudo isso a gente aprendia que se chamava aula de socialização. Tudo assim, representado. Uma coisa muito marcante que a gente tinha no Colégio era os horários de banho, aula de manhã, estudo até a hora do café e depois do café era os horários de banho. Cada uma tinha seu horário e não podia gastar mais de 5 minutos para tomar banho, se vestir e engraxar os sapatos. Tudo cronometrado. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Outra detalhe é o caráter particular dos colégios religiosos, o que beneficiava apenas uma parte da sociedade capaz de arcar com as despesas das mensalidades altas e dos caros enxovais necessários para a entrada na instituição. C afirma que,

Não a gente tinha que comprar ou trazer de casa. Levava no enxoval. – roupa de cama da gente, mas elas que cuidavam, elas que lavavam, passavam, trocavam, tudo sabe. Tudo a gente trazia de casa. – tinha tipo uma listinha do que podia levar, chamava rol, davam uma lista pra gente do rol – rol. De roupas de cama. Ai falavam pra gente que davam aquela lista quando falava que ia matricular lá né, aí davam aquela lista das roupas de cama, tudo, tudo de uso pessoal citava nessa lista. A gente já vinha com a mala cheia. – já vinha tudo pronto. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

A rigidez da disciplina e a grande preocupação com a formação moral diferenciava o colégio religiosos perante a sociedade. Existiam crenças que as alunas deveriam aprender nas aulas de formação. De acordo com a C,

[...] nós recebemos uma formação tão rígida que quinta-feira a gente tinha um encontro de formação, então na época falava pra gente que andar de bicicleta ficava grávida, que o dia que a gente fosse embora a gente não fosse

assentando logo, logo quando o homem levantasse no banco do ônibus que a gente ficava grávida também, sabe. Então teve muita rigidez. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

A partir dos depoimentos podemos notar que a rotina escolar se dava por meio da prática do silêncio e da oração. O uso do uniforme também era obrigatório, existiam três tipos e foi consenso nas entrevistas que o preferido era o de gala²¹. C afirma que,

É bom lembrar que tínhamos três uniformes, sendo um riscadinho (branco e azul) de uso diário, um azul marinho (corpete azul, blusa branca, boina azul, com escudo, meia branca e sapato preto) igual das alunas externas, e maravilhoso era o uniforme de gala, saia riscada azul pavão tipo salopete, blusa de seda branca, manga comprida, meias brancas três quartos, sapato preto tipo boneca e luvas brancas, a boina também era branca contrastando com o belo escudo do colégio. Esse uniforme só era utilizado em ocasiões especiais como o desfile do dia 24 de maio quando o colégio Nossa Senhora das Graças ia para as ruas para uma demonstração de beleza, disciplina, entusiasmo e muita garra. Ficávamos orgulhosas da nossa escola, diante de tantos elogios (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Cabe ressaltar que, apesar do constante cuidado com a questão moral, o ensino era criterioso. Os conteúdos eram trabalhados com o intuito de atender às condições das escolas elementares e a importância do conhecimento era de suma importância, não só na sala de aula, mas também dentro de seus lares com suas famílias.

3.2 Da organização curricular às práticas culturais e sociais do Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora das Graças

As práticas evidenciadas nas solenidades, na organização do currículo, nas formas de castigos, de premiações, de aprovações, entre outros, demonstram como era a cultura escolar disseminada no interior da escola. De acordo com Julia, cultura escolar é

[...] um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). [...] Mas, para além dos limites da escola, pode-se buscar identificar, em um sentido mais amplo, modos de pensar e de agir largamente difundidos no interior de nossas sociedades, modos que não concebem a aquisição de conhecimentos e de habilidades senão por intermédio de processos formais de escolarização. (JULIA, 2001, p. 10-11).

²¹ Esse uniforme era utilizado no dia 24 de maio, conforme depoimento, dia em que se comemora o aniversário de emancipação política da cidade.

do caráter punitivo, tinham o caráter educativo. Sabe-se que as regras impostas fazem sentido a partir do contexto histórico.

Uma das entrevistadas, que havia sido presidente do Grêmio Estudantil, que homenageava a Mãe Espiritual Madre Maria Beatriz, fundadora das Irmãs Sacramentinas, menciona em seu depoimento, a existência do estatuto do referido grêmio e do regimento escolar. O Grêmio era uma forma de participação na gestão da escola e ele era um dos aspectos mais importantes da instituição. Percebe-se o rigor das normas e a vigilância permanente para o seus cumprimentos. NH declara que,

Nessa época nós tínhamos o grêmio educativo Madre Maria Beatriz que é fundadora das irmãs sacramentinas e eu sempre fui uma aluna atuante, fui boa aluna e tive oportunidades muito boas. Fui secretária, tesoureira, vice-presidente, presidente do grêmio e o grêmio desenvolvia o aspecto social, cívico e cognitivo do conhecimento e a gente tinha oportunidade de fazer reuniões assim que ampliava e enriquecia muito o estudo de sala de aula que a gente tinha, era uma coisa muito boa. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Tinha o estatuto do grêmio e tinha o estatuto do colégio da escola, era tipo de um regimento que tínhamos que cumprir as normas todas, quem descumpria qualquer um dos requisitos exigidos lá, geralmente era penalizado. Vou te dar um exemplo muito assim, até esdrúxulo:

Uma vez era uma sessão cívica no pátio e foi de manhazinha e minhas colegas que eram externas chegaram lá com o cabelo pintado de verde e amarelo e entraram na fila. A disciplinaria que cuidava de tudo isso fez as duas saírem, irem em casa e lavarem a cabeça porque aquilo era papel crepom. Chamou os pais e fez uma ocorrência e elas voltaram com o cabelo escorredinho e sem tinta alguma. Chupar picolé de uniforme também era proibido, era deselegante uma aluna de uniforme do Colégio Nossa Senhora das Graças sair chupando picolé pela rua. Então são coisas assim, pequenininhas. A cama a gente tinha nota de como deixava ela arrumada, tudo rigoroso. Hora de estudo, silêncio absoluto, no almoço, no jantar e café a gente passava um tempo em silêncio e depois podia conversar, mas não era a hora que entrava não, tinha as orações... (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Naquela época também existiam os grupos de teatro. Com frequência aconteciam eventos nos quais as alunas participavam de declamações e apresentações ao público, utilizado também como forma de aprender a se portar e dominar a oratória. O trabalho do Grêmio contribuía para envolver as alunas em apresentações ancoradas em composições literárias. N afirma que,

Me valeu muito, aprendi a declamar poesia, fui presidente do grêmio, fiz peças teatrais, coroei muitas vezes Nossa Senhora no 13 de maio que era festa maior

do colégio, sabe? Eu saía com as irmãs pra divulgar o nome da escola, pra ter mais alunos sabe? Apresentar peças em público nos ajudava a falar melhor nesses ambientes, a dominar a oratória. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)²²

As datas comemorativas eram muito importantes, pois eram uma forma das alunas representarem a escola em desfiles e serem admiradas pela população em geral, denotando, assim, a qualidade e a identidade do colégio. Solenidades como aniversário da cidade, Dia de Nossa Senhora das Graças e o 7 de Setembro eram comemorados com esses desfiles. A depoente C e L declaram que,

C - O colégio tinha um calendário onde já estavam marcadas as datas comemorativas. E nós participávamos de todas, sendo as mais importantes as de 13 de maio que já te falei e 24 de maio que era o dia do aniversário da cidade e as formaturas que eram lá mesmo. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Na FIG.24 é possível identificar uma aluna da escola em traje de gala destacando o brasão da instituição.

Figura 24: Desfile em comemoração ao aniversário da cidade em 1959.



Fonte: Memorial do Milho, 1959.

²² No acervo do Colégio Nossa Senhora das Graças não há registros iconográficos dos referidos eventos. Os poucos registros encontrados pertencem a ex-alunas e ao memorial do milho, de propriedade do Sindicato Rural de Patos de Minas.

No fragmento abaixo, em que se descreve os trajes utilizados em ocasiões especiais, percebe-se um entusiasmo das alunas em participar de eventos dessa natureza. O mesmo sentimento é descrito por outra entrevistada.

C - E comemorava com um desfile maravilhoso, a gente com um uniforme de gala, esse uniforme de gala era maravilhoso, sabe. Eu não sei nem o que foi feito do meu. Ele era plissado, azul pavão com blusa de seda branca, luva branca, boina branca, meia branca de seda até o joelho e sapatilha preta. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

L - As datas comemorativas eram comemoradas com muito entusiasmo, tinha um uniforme de gala muito bonito, a expectativa do povo de patos era ver o povo do colégio passar. Que era muito bonito. Nos desfiles de aniversário da cidade, festa do milho, essas datas assim que o colégio participava. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Figura 25: Desfile na cidade com as alunas da Escola com uniforme de gala.



Fonte: Acervo Memorial do Milho de Patos de Minas – MG.

Disciplinas como música e canto simbolizavam uma efetivação das práticas cotidianas à arte, à circunstância em que era valorosa a postura de moça bem-educada, bem-formada diante

do público. Era importante o conhecimento de algum instrumento musical ou mesmo aptidão para recitar um poema ou atuar em alguma peça teatral. De acordo com M,

[...] tinha, tinha teatro sabe. Quando fizeram a parte grande do lado de cá. Lá tem umas partes grandes não tem? Ali começaram a ser (...) o salão ainda é no mesmo lugar, não é?! O salão de festas. Um grandão que tem no meio. Do lado de cá. Ai começaram a fazer, foi melhorando... festa do milho eu fazia roupa pra minhas colegas

Tomei parte de tudo que tinha de arte no colégio, fui crescendo e um dia um moço me perguntou se não era artista contratada do colégio. Eu e minha irmã que abrimos os desfiles da festa do milho no Colégio das Irmãs, depois eu deixei a abertura dos desfiles pra fazer parte da fanfarra, toquei todos os instrumentos. Sabe por que eu sai? Eu e uma colega acho que já tava no primeiro científico de formação e nós paramos na porta do colégio e eu já era externa né e resolvemos tocar um samba, mas aquele, sabe?! (risos) Eu no tarol e o negócio teve feio! A irmã chegou e falou, vocês não pegam instrumento mais nunca do colégio. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

A formação cultural estava atrelada à instrução religiosa e moral, um elemento notório da proposta desse Colégio. Segundo Azzi (2008), Maria era o exemplo de mulher ideal, que deveria ser apreciada e modelo para as alunas. Inclusive era comum a escola participar na igreja local, durante o mês de maio, da tradicional coroação de Nossa Senhora, nesse caso feita pelas alunas vestidas de anjo.

Apesar de já ressaltado que a formação oferecida na escola ia além dos estudos da docência, é importante enfatizar que o colégio mantinha seu papel de Curso Normal, que seria o de habilitar professoras. N afirma que,

Não tinha outra opção, era só o curso normal da educação básica, as aulas práticas eram muito boas, a metodologia também. O terceiro ano já era a conclusão de formação professores, equivalia ao terceiro ano do ensino médio hoje. Eu já me formava professora, meu diploma tá lá como professora das quatro séries da educação básica e a gente preferia estudar no colégio das irmãs do que na escola normal, não porque o Escola Normal fosse pior não, ela era muito boa, mas era opção que os pais da gente fazia, falavam vai estudar no Colégio das irmãs, a formação é melhor, por ser uma escola confessional. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)²³

As práticas escolares estavam além do que o currículo sugeria. O dia a dia da escola foi composto por ações que mostravam os aspectos em que as meninas eram educadas. Mais uma vez, importante ressaltar o que mais se percebeu nesta pesquisa: a visão de que a educação feminina estava ligada ao papel de mãe e esposa. Assim sendo, era de suma importância que a

²³ Como já explicitado anteriormente, a ex- aluna refere-se a Escola Normal Antonio Dias Maciel, utilizando a expressão Escola Normal e ao Colégio e Escola Normal Nossa Senhora das Graças como Colégio das Irmãs.

mulher tivesse uma boa formação contendo, por um lado, os aspectos da educação profissional e, por outro, como ser boa dona de casa e boa mãe. Podemos observar que os temas como maternidade e casamento eram vislumbrados como o destino mais certo das moças internas, mesmo considerando não ter sido a melhor escolha. C declara que,

Foi muito importante o tempo que estive no internato, aprendi muito como pessoa e como profissional e sempre achei que era obrigação da mulher casar, cuidar da casa, dos filhos. Mas hoje muitas podem achar assim que foi uma formação muito rígida que nós recebemos e que isso tem até influenciado em casamentos desfeitos como o meu, dificuldade de relacionamento, assim de alguns... (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Usualmente, as escolas confessionais católicas tinham a intenção de formar jovens para o casamento. Azzi (2008, p.162) explica que quando a sociedade burguesa se formou, a contribuição mais notória foi vinda dos colégios de padres e freiras. Os moços eram preparados para entrarem na ordem pública estabelecida e as moças destinadas a serem futuras rainhas do lar.

Existia também no cotidiano escolar a maneira correta de se comportar como moça prendada e bem-formada. Moças assim, que vislumbravam em seus pais o desejo de torná-las “bons partidos”. Por existir um certo conservadorismo na visão católica das religiosas, algumas coisas eram vistas como pecado e por isso proibidas. O depoimento de M ilustra essa afirmação,

Tinha que ficar quieta, era ali, depois fizeram aqui no fim do dormitório, abriram aqui e puseram um banheirinho, um bidê e as roupas íntimas, pra gente trocar quando ficava menstruada, na porta tava escrito: Comete pecado mortal quem abrir essa porta. Porque não podia abrir, porque quem era nova não era menstruada ficava doida pra abrir essa porta pra saber o que tinha ali dentro. E era só quem ficava menstruada ia lá pra trocar a roupa. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Existia também na instituição, além da transmissão de conceitos morais e comportamentais, a leitura de textos sobre postura e boas maneiras em situações informais. Isso indica a necessidade de transformar esses ensinamentos em hábitos que as alunas deviam levar para toda a vida²⁴, conforme está expresso pelo depoimento da ex-aluna L:

Não me lembro de nada extraordinário não. Só que o colégio tinha um conceito muito elevado como é até hoje. Ah, e também me recordo que durante as refeições tinha sempre uma irmã que ficava lendo um livro de boas maneiras pra gente aprender. Isso também é marcante né, porque até hoje

²⁴ Inclusive o lema da escola atual é “lições de vida para toda vida!”

quando me sento em uma mesa para almoçar ou jantar, me recordo do que aprendi. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Os uniformes eram a visão que se tinha de moças arrumadas, pois a aparência deveria ser impecável, inclusive foi relatado que as moças não poderiam sequer utilizar batom, uma vez que não combinava com o uniforme. De acordo com os depoimentos anteriores, havia um tipo de uniforme para as atividades cotidianas e outro para os desfiles e ocasiões consideradas especiais. Isso ensinava as alunas que quando apareciam em festividades deveriam ser bem vistas, demonstrando beleza e disciplina. Ademais, as festividades, geralmente de cunho patriótico, garantiam a disseminação de identidade nacional, ordem e disciplina, preceitos muito cobrados na formação católica.

Nas comemorações de formatura, preparadas pelos colégios católicos, de acordo com Azzi (2008), tinha-se a finalidade de apresentar à sociedade os bons efeitos das investidas educativas confessionais. No fragmento a seguir, o referido autor refere-se a esses eventos por meio da metáfora da vitrine:

As festas de conclusão do ano escolar, realizadas com toda a solenidade, com a presença das famílias das alunas e das autoridades locais, constituíam, de acordo com Azzi (2008) uma verdadeira vitrine onde se demonstravam os bons resultados obtidos através da atuação educativa das religiosas.

Figura 26: Festa de formatura de uma depoente.



Fonte: Acervo particular da depoente C.

Percebe-se que no relato da ex-aluna C que essa afirmação se justifica:

Nossa formatura foi comemorada com uma festa muito pomposa, grandiosa, porque nossos pais estavam muito orgulhosos. Tenho uma lembrança muito boa da minha formatura, inclusive tenho uma foto do dia, nela está eu, meu pai e minha irmã. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Figura 27: Solenidade de formatura.



Fonte: Acervo particular da depoente NH.

Analisando os relatos das ex-alunas entrevistadas, no que diz respeito às práticas culturais e comparando-os às imagens, percebe-se a importância do enfoque dado pela escola a conduta social e pública. Havia uma preocupação da escola em exibir, no espaço público, os resultados da educação oferecida pela referida escola.

3.3 O processo ensino-aprendizagem sob a ótica discente

De acordo com Oliveira (2015), em 1948, com a escola já denominada Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora das Graças, sob a direção da irmã Maria Coeli, instala-se um ensino inovador para a época, mas a própria autora se contradiz em afirmar que o ensino era fundamentado “por valores cristalizados no seio da sociedade e da igreja local”. Veja-se no dizer da própria autora:

[...] mesmo pautado por valores cristalizados no seio da sociedade e da igreja local. As irmãs Sacramentinas de Nossa Senhora buscavam implantar a educação dentro dos moldes da época e sob as instruções das normas fixadas para a exata execução da Lei Orgânica do ensino no território de Estado, sem perder de vista a necessidade de promover a juventude, especialmente a feminina. Assim, buscavam a inserção no meio do povo, comungando sua vida, procurando na audácia da fé, ser fermento de transformação espiritual e social, buscavam ainda, no compromisso com a educação e a catequese, o cuidado especial aos empobrecidos (OLIVEIRA, 2015, p.39)

As Irmãs Sacramentinas, designadas por sua Superiora e Mãe espiritual, Madre Beatriz Framback, assumiram a escola, encarregando-se de todo o processo educacional, mas auxiliadas por uma professora leiga: Dona Terezinha. Inicialmente eram quatro irmãs: Irmã Regina Fiúza Faria, Irmã Odília Vidal, Irmã Emereciana e Irmã Maria Coeli. Depois chegaram as Irmãs Maria do Carmo Torres e Celina Silva. Esta última é lembrada em uma das entrevistas. N conta que:

Terminei o quarto ano primário lá, tive professoras no restante do segundo ano a irmã Celina, na terceira serie eu tive a irmã Palmira, no quarto ano tivemos uma professora leiga que se chamava Terezinha. Eu nunca tive na minha vida, em todo percorrer da minha vida uma professora tão boa quanto essa. Essa dona Terezinha ensinava muito bem matemática, português. O que me levou para o curso de letras foi o que aprendi com ela no quarto ano primário, análise sintática aprendi com ela no quarto ano que foi uma beleza. E ela era uma professora leiga, mas as irmãs sabias também que ela seria um determinante para a construção dessas quatro primeiras series, e ela foi realmente. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017) N

Quando se fala de ensino, leva-se em consideração que o aprender começa na capacidade de educar. Nesse caso, a importância da relação docente-discente é sem dúvidas incontestável. O professor auxilia o aluno para que ele obtenha conhecimentos e desenvolva sua inteligência. O processo de educar auxilia na modificação do pensamento e no jeito de pensar e isso varia de contexto e de época. A consequência da aprendizagem é o alcance de novos conhecimentos, o desenvolvimento de novas capacidades e a mudança de comportamentos. Nesse sentido N afirma que,

Eu gostei muito da metodologia que era aplicada pra gente ser professora, todas nós fomos ser professoras e depois que por exemplo, eu fiz curso de letras e depois fui professora. de língua portuguesa e literatura brasileira, trabalhei de quinta série a oitava e trabalhei também no segundo grau e depois fiz pedagogia fora de Patos. Foi importantíssimo pra mim tudo que eu aprendi com as irmãs. A relação dela com as alunas era muito boa, claro que tinha aquelas difíceis de lidar, mas a maioria não. Eu consegui levar comigo todo o aprendizado e consegui passar muito pros meus alunos e também pros meus

filhos, a educação que recebi no internato (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Quando falamos de aprender em sala de aula, compreendemos que o ensino deve ser organizado, planejado, para que o discente consiga visualizar significados e coerência naquilo que deve ser aprendido. Docente e discente devem estar comprometidos em ensinar e aprender para que o processo de aprendizagem seja efetivo.

Na escola em questão, percebemos o quanto as irmãs e as alunas eram engajadas nesse sistema. De acordo com N,

As irmãs eram rígidas e a gente tinha aquele respeito, porque hoje, as crianças de hoje não respeitam ninguém né, naquela época a gente respeitava muito. As irmãs eram muito cultas, muito preparadas sabe, tanto é que a gente se saiu bem toda vida, foi crescendo e a gente assim como uma formação, não só emocional, psicológica, mas também em matéria de estudo, conhecimento, muito boa. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Mesmo o docente e o discente tendo objetivos comuns, sendo eles, a aprendizagem, a evolução e o crescimento pessoal, percebemos que não eram todas as irmãs que, naquela época, conseguiam concretizar esses propósitos, entretanto, as que conseguiam, marcavam suas vidas. Nesse sentido C e N afirmam que,

C - Nossos professores da época assim, eram as irmãs que hoje não é mais. Era as irmãs sacramentinas que como sempre tinha aquelas excelentes professoras que marcaram a vida da gente, tinha as médias e tinha as aquelas mais assim. Mas o que me marcou mais foi as excelentes e as bondosas. A irmã Salete marcou pela competência e bondade. A irmã Nilza pela competência e finura, ela dançava balé e eu adorava, ela ensinava balé também e teatro também, sabe. E as professoras elas se esforçavam, as irmãs se esforçavam na época pra ser excelentes professoras. Então mesmo aquelas que não tinha tanto o dom elas se esforçavam muito pra sair bem. Então a gente, eu vivi uma época que aproveitei o máximo para aprender, sabe. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

N- Tinha uma muito aborrecida, que foi minha professora de matemática, era uma italiana, custosa, nossa senhora, a aula dela não podia escutar nem o barulho de um mosquito. Tanto é que não fui boa aluna em matemática, porque cê não podia perguntar. Em outro ponto, tinha a irmã Anísia que era minha professora de português que eu devotava, gostava mesmo. De biologia foi um monsenhor que escreveu até um livro, chamava Monsenhor Perna, o Aluísio de sociologia que está vivo até hoje, pois fizemos um encontro de 40 anos do colégio e ele esteve presente, mas mora em Belo Horizonte. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

De acordo com Veiga (1989), aprendizagem e ensino são dois elementos de um mesmo processo. São componentes intencionais e dirigidos. O ensino está engajado na relação com a aprendizagem. São dependentes à mesma tarefa e ao objetivo da educação. Não existe educação que não esteja associada a valores. Percebemos que as irmãs buscavam construir, junto às alunas, saberes significativos e relevantes para suas vidas em sociedade.

O conhecimento que as discentes produziam e de onde vinha essa aprendizagem são resultados das relações sociais das pessoas. Além disso, percebe-se que o conhecimento tem uma dimensão histórica. Naquela época, preocupava-se tanto com a informação quanto com a aquisição de conhecimentos básicos, pois estes toda escola tem, por isso as irmãs tinham uma visão mais ampla daquilo que devia ser ensinado no seio daquela sociedade. O fragmento do depoimento de L, revela que o objetivo foi atingido.

As irmãs queriam muito nos ensinar tudo sabe? Então a gente tinha, por exemplo, as aulas de economia doméstica, e também que nos ensinava a ter um jeito mais fino de servir as pessoas né, não era só fazer as coisas de qualquer jeito. Lá a gente tinha que aprender, além dos estudos, a sentar numa mesa, as irmãs focavam na educação generalizada, não só no conhecimento. As irmãs se preocupavam muito conosco, não só com nós internas, mas com as externas também viu, também eram muito rigorosas com elas. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Hoje em dia, a indisciplina é uma preocupação muito grande e é um dos fatores significativos que contribuem para a relação docente-discente. Historicamente falando, disciplina relaciona-se à noção de castigo e punição e posteriormente é associada ao controle de conduta e punição e só depois tem seu sentido associado ao ramo de conhecimento. Na verdade, manter a disciplina é uma habilidade que poucos docentes conseguem atualmente e que, na época do internato, as irmãs faziam com bastante maestria.

N - A gente tinha um respeito pelo professor, à gente tinha uma educação para respeitar professor como se fosse nossos pais. A indisciplina não tinha lugar. Quando acontecia algum caso, as vezes esporádico, o castigo era certo. Pelas normas disciplinares que tínhamos que cumprir. Era bem diferente e todo mundo estudava muito, porque todo mundo era preparado para construir uma meta, um objetivo. A gente não tava ali pra perder tempo. Eu sei que ficar no internato não era barato para nossos pais. Então, a gente tinha que dar o melhor da gente e também a gente tinha muito interesse pela avaliação dos estudos e normas que fazíamos e cumpríamos. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

L - A mudança foi enorme né, não tem nem como comparar né, porque naquele tempo a gente morria de medo dos professores né, pra começar. A gente tinha que ter tudo na ponta da língua, porque tinha que saber. Se não

soubesse tinha castigo... sistema muito rígido, mas as irmãs queriam nos dar uma educação muito boa, em todos os aspectos da vida. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)L

Foi consenso em todas as entrevistas a drástica mudança que aconteceu na educação e que, cada vez mais, a indisciplina toma conta das escolas e que muitos docentes não sabem qual intervenção ou prevenção tomar diante dessa problemática. Vejamos os depoimentos das quatro entrevistadas M, N, C e L:

M - Eu senti a mudança, quando sai do colégio [como aluna] e fui dar aula no [mesmo] colégio. Nem água com vinho é tão diferente, aqui nós tínhamos um respeito pelas irmãs, era irmã fulana de tal, era senhora e a irmã falou, acabou (...) Mudou demais, mudou demais da conta. Eu tenho um neto que tá na quinta série, ele fala que estuda, eu não to tendo paciência pra olhar coisa de menino mais [...] A falta de respeito hoje tá tão grande. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

N - Muito diferente! No meu entendimento era melhor, porque o respeito pelos professores era inquestionável. Tinham professores até meio bravos demais, mas a gente considerava da melhor maneira possível e não enfrentava. E hoje o que a gente ouve que semana passada teve uma briga na escola Guiomar de Melo que arrastaram colegas pelos cabelos [...] A gente só ouve problemas de indisciplina. Por isso que eu ainda acho que a escola confessional ou a particular ainda tem o seu valor. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

C - Antigamente, talvez muito ligado a cultura da época a disciplina era indispensável e já era inerente a todo processo educacional. Não tinha espaço para uma sala de aula ter indisciplina, o normal era a disciplina em primeiro lugar. Sem nenhuma exigência externa [...] Então hoje, o professor é tenso por natureza. Ele é mal formado, muitas vezes mal formado. Não é generalizado não. E ele é mal remunerado, mal valorizado e os alunos perderam o respeito pelo professor. Muitas vezes o professor tem uma fatia de culpa, porque ele demonstra insegurança, tristeza, agressão por não estar sendo valorizado. Esses fatores negativos que o professor está enfrentando, se ele não for muito bem preparado ele deixa transparecer para o aluno [...] Então mudou de água para vinho o relacionamento professor aluno. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

L - A mudança foi enorme né, não tem nem como comparar né, porque naquele tempo a gente morria de medo dos professores né, pra começar. A gente tinha que ter tudo na ponta da língua, porque tinha que saber. Se não soubesse tinha castigo. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Além da responsabilidade de profissionalizar, o Curso Normal da escola aqui ressaltada naquele período, tinha a função de formar mães e donas de casa. Foi unanimidade também, em todas as entrevistas, a gratidão das ex-alunas por terem recebido uma educação completa.

Naquela época, as discentes da escola pesquisada eram mulheres que vinham das melhores famílias. A esse respeito N e C afirmam que,

Na verdade era uma escolha da família e geralmente era uma pessoa de poder aquisitivo médio pra mais é que conseguiam manter as alunas no Colégio Nossa Senhora das Graças e a escola normal [Escola Normal Oficial de Patos de Minas] era mais pra atender o universo dos outros alunos. Nós do colégio das irmãs era tido como o que hoje chama de patricinhas, era uma rivalidade. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Então com isso na época, não desfazendo do colégio normal de jeito nenhum que tem seus pontos positivos, mas na época nem se comparava em termos de qualidade e status social. O colégio das irmãs era pra alguns. E lá ficava pra todos. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA, 2017)

Essa rivalidade entre as duas escolas normais da cidade²⁵, Ginásio e Escola Normal Nossa Senhora das Graças e Escola Normal Oficial de Patos de Minas, também foi mencionada em outras entrevistas.

Mas acho que o colégio entrou aqui na cidade com a garantia de uma formação completa para os filhos e a Escola Normal toda vida foi muito boa também, mas mais liberal, mais aberta né... e não tinha essa preocupação com a formação moral. Quem ficava interna tinha que ter um certo padrão financeiro, porque não ficava barato. Então podemos considerar que era um colégio mais de elite. Eu sabia que existia uma rivalidade entre as duas escolas, nas não sabia bem qual era o motivo, sempre fui meio desligada dessas coisas. (DEPOIMENTO CONCEDIDO À PESQUISADORA)

Percebemos que, por meio do título de normalistas e do que aprenderam com os professores, as alunas do colégio conseguiram entrar bem preparadas para o mercado de trabalho, além do modelo de mulher idealizado na época ter sido alcançado. Das entrevistadas, todas casaram e seguiram carreira profissional na educação, por isso conforme relataram, sentem-se muito agradecidas à referida escola que receberam sob a regência das irmãs.

²⁵ A rivalidade referida acima diz respeito a uma questão de âmbito político e social, uma vez que, conforme mencionado, a escola confessional era mais frequentada por moças da família Borges, rival da família Maciel responsáveis pela criação de uma escola pública denominada Escola Normal Oficial de Patos de Minas. Por essas questões, ficava inviável a frequência de moças de uma família na escola fundada pela outra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa percorreu dois caminhos. No primeiro, foram feitas visitas ao acervo do Colégio Nossa Senhora das Graças para ter acesso às fontes documentais. Por algumas vezes, os anseios da pesquisadora não foram atendidos, principalmente devido às frequentes reformas e ampliações pelas quais passou a escola ao longo dos seus 70 anos de permanência. Pela frequente mudança de lugar do acervo, alguns documentos se perderam e outros não foram encontrados mesmo sabendo de sua existência. Apesar da organização dos acervos das gestoras da escola, inclusive, confeccionando um livro – índice de todos os documentos da instituição – muitos deles não foram localizados. Mesmo com acesso limitado aos documentos, acredita-se que a pesquisa chegou a resultados satisfatórios, pois pôde contar com a técnica de história oral, para saber mais sobre o cotidiano da instituição que ainda persiste na sociedade patense. Para tanto, foram ouvidas quatro ex-alunas que forneceram farto material para compor a pesquisa.

O segundo caminho percorrido foi o da pesquisa bibliográfica, que possibilitou a aferição das informações contidas no *corpus* de análise e das ideias dos estudiosos da História da Educação, especialmente naquilo que tange à formação de mulheres. Dessa maneira, o objetivo inicial desta pesquisa foi elucidado, pois se concentrou em investigar as motivações que levaram ao empreendimento da criação da escola pesquisada e a forma como ela funcionou, uma vez que oferecia o curso normal sob o regime de internato para moças na cidade de Patos de Minas, no período que se estende de 1948 a 1960. Além disso, o estudo para investigar e compreender a construção dos espaços e das estratégias da educação feminina destinados às filhas das famílias mais abastadas da região também foi sanado.

O Colégio Nossa Senhora das Graças conta com uma larga experiência em educação baseada em princípios católicos, pois completou 70 anos de sua fundação em 2017. Nos primeiros cinco anos, a escola tinha caráter particular de propriedade do Monsenhor Fleury Curado, mas com direção dos Padres Sacramentinos, oferecendo o ensino ginásial misto, ou seja, para meninos e meninas. Ao final desse período, vieram as Irmãs Sacramentinas, oriundas da Manhumirim para auxiliarem os padres no processo de gestão e educação. No entanto, a partir de 1948, elas assumem definitivamente a administração da escola implantando o sistema de internato para moças e implantando, além do ginásial, o Curso Normal para formação de professores, com duração até o final de 1959, quando a escola volta a oferecer o ensino misto e deixa de ser internato feminino.

Evidentemente isso direcionou o processo de educação das crianças e jovens que por ali passaram, ou seja, o espaço criado para instrução de crianças e jovens esteve sempre permeado

pela doutrina, valores e princípios católicos. Dessa forma, percebe-se a preparação dos alunos para cumprir os preceitos morais e religiosos impostos pela sociedade vigente.

Ao se transformar em internato para moças, oferecendo os cursos Ginásial e Normal, a escola assume a formação feminina com dois objetivos explícitos. Primeiro o de educar mulheres para serem boas esposas e mães exemplares e, segundo, prepará-las para o exercício do magistério. Nesse duplo caminho, cumpria-se um só propósito: preparar mulheres capazes de reproduzir um código de valores e princípios de uma determinada classe social sob o manto da igreja católica. Assim sendo, as moças que por ali passassem, além de estarem preparadas para educar seus filhos, ainda estariam capacitadas para educar os herdeiros da elite local.

Para cumprir tal intento a referida escola elaborou, ao longo dos anos, grades curriculares capazes de oferecer instrução que capacitasse suas alunas para esses propósitos. Por exemplo, eram oferecidas as disciplinas português, matemática, física e química, anatomia e fisiologia humana, desenho e artes aplicados, música e canto, educação física, metodologia do ensino primário, psicologia, higiene e educação sanitária, biologia, práticas do ensino, higiene e puericultura, história e filosofia da educação e sociologia educacional. Além das atividades diárias relacionadas à vida em comunidade, como refeições, orações, lazer ainda havia práticas sociais como premiação para aquelas de melhor desempenho. Foi relatado pelas entrevistadas que uma vez por semana, sempre acompanhadas de uma irmã, elas podiam passear pela avenida principal da cidade, tanto como prática de entretenimento quanto para demonstrar socialmente a disciplina e o refinamento das moças do internato.

Com esses relatos das ex-alunas entrevistadas, percebemos que todas recordam das cobranças de boas maneiras, bons comportamentos, rotina, uniforme, festividade, porém não conseguimos encontrar na própria instituição os planos de estudo que mostrassem com clareza o que era trabalhado na época. Ao analisar as práticas escolares e o currículo, por meio da observação dos boletins da época e dos relatos das ex-alunas, percebe-se que saberes e práticas priorizadas no interior da instituição eram valorizadas também pela sociedade de Patos de Minas e região, considerando os princípios e valores que norteavam a conduta social e pública, tais como formas de se vestir, maneiras de se comportarem no espaço público e participação nas práticas religiosas locais. Diante dessas observações é possível concluir que há uma identidade entre o que se praticava no espaço da escola e aquilo que se praticava no espaço social.

Nessa pesquisa também foi possível compreender que predominava, na escola, moças consideradas de classes sociais favorecidas e concluímos que elas procuravam no colégio

formas de colaborar com sua essência escolar, social e cultural com a finalidade de preservar ou enaltecer sua posição. Assim sendo, a partir dos dados levantados nas pesquisas durante este trabalho, os colégios confessionais católicos foram um espaço chamativo de formação para moças das classes mais abastadas, pois disseminavam os saberes aceitos socialmente para sua classe e gênero, propagando valores e preceitos morais e religiosos, junto da formação cultural esperada. Um exemplo é o uniforme, que confirma a intenção das irmãs de formar moças bem arrumadas, bem vistas e comportadas e propagavam um modelo considerado nobre de se vestir.

É perceptível o grande valor que o colégio tinha diante da sociedade, mantido a partir de suas práticas culturais, sociais e escolares e principalmente diante do que era exposto à sociedade como a postura nos desfiles e o uso do uniforme impecável, tão ressaltado nas entrevistas. Diante de tudo o que foi pesquisado, concluímos também que o colégio alcançou o seu propósito de formar não só mulheres ideais, mas também boas profissionais.

Assim sendo, acredita-se que esta pesquisa possa contribuir para o alargamento da compreensão dos estudiosos da educação no município de Patos de Minas e estimular outros pesquisadores para darem continuidade ao trabalho iniciado visto que este estudo não esgota todas as possibilidades de investigação da temática apresentada. Ainda há muito que se pesquisar no que diz respeito aos 70 anos do Colégio Nossa Senhora das Graças de Patos de Minas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, J.V. **Princesas Isabel e Leopoldina: mulheres educadas para governar**. 1.ed. Curitiba, Appris, 2015. 290 p.

ALMEIDA, J.S. **Imagens de mulher: a imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século**. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v.79, nº 191, p. 31-41 jan/abril, 1998.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: geral e Brasil**. 3. ed. São Paulo, Moderna, 2006.

ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho; **As Escolas Normais no Brasil: do império à república**. 376 p. 1. ed. Alínea, 2008.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CATÓLICA - ANEC (Brasil). **Associadas**. 2018. Disponível em: <<http://anec.org.br/associadas/>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. 3. ed. Rio de Janeiro, IBGE, 1958

AZZI, Riolando. **A Igreja no Brasil: da Apologética à Renovação Pastoral – A Atuação do Padre Júlio Maria e das Irmãs Sacramentinas (1912 – 1944)**. Belo Horizonte: Editora O Lutador, 1981. V II, 408 p.

AZZI, Riolando. **Igreja Católica na formação da sociedade brasileira**. Aparecida: Santuário, 2008.

BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. (Ed.). **Escola Normal e Rua do Ouvidor**. [192-]. Disponível em: <<http://brasilianafotografica.bn.br/brasiliana/handle/bras/793>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

BRASIL. **Lei de 15 de Outubro de 1827: Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio**. 1827, Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em: 13 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942: Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI)**. 1942b Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4048-22-janeiro-1942-414390-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942: Lei Orgânica do Ensino Industrial**. 1942a, Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4073-30-janeiro-1942-414503-norma-pe.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 4.244 de 9 de abril de 1942: Lei orgânica do ensino secundário**. 1942c, Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940->>

1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 6.141 de 28 de Dezembro de 1943:** Lei Orgânica do Ensino Comercial. 1943, Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6141-28-dezembro-1943-416183-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 8.529, de 2 de Janeiro de 1946:** Lei Orgânica do Ensino Primário. 1946a. Disponível em: <https://www.google.com.br/search?q=Decretos-Leis+nº+8.529,+de+02+de+janeiro+de+1946&rlz=1C1CHBD_pt-PTBR787BR787&oq=Decretos-Leis+nº+8.529,+de+02+de+janeiro+de+1946&aqs=chrome..69i57j0l850j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 8.530, de 2 de Janeiro de 1946:** Lei Orgânica do Ensino Normal. Rio de Janeiro. 1946b. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto Nº 8.622, de 10 de Janeiro de 1946:** Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. 1946c. Janeiro de Janeiro, RJ, Disponível em: <Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências.>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 9.613, de 20 de Agosto de 1946:** Lei Orgânica do Ensino Agrícola. 1946d. Rio de Janeiro, RJ, Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9613-20-agosto-1946-453681-norma-pe.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 5.540, de 28 de Novembro de 1968:** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Brasília, DF, 1968. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971:** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF, 1971. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 14 jun. 2018.

BRUSCHINI, Cristina; AMADO, Tina. **Estudos sobre mulher e educação:** algumas questões sobre o magistério. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 64, p. 4-13, fev. 1988.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **Instituições escolares:** porque e como pesquisar. Campinas: Editora Alinea, 2009

CAMARGO, K.G.F. **O catolicismo ultramontano**: um estudo sobre a instrução feminina no Colégio Sant'Anna no findar do século XIX até meados do século XX. Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul – UEMS. 2014 (Dissertação de mestrado em Educação)

CAMPOS, M.C.S.S. Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão. In: **Feminização do magistério**: vestígios do passado que marcam o presente. Coord. Maria Christina Siqueira de Souza Campos; Vera Lucia Gaspar da Silva. Bragança Paulista, EDUSF. 2002.

CASIMIRO, A.P.B.S., FERREIRA, L.C.S. **Educação, História e Memória**: a trajetória das escolas sacramentinas. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Bahia, 2008. Disponível em < <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/187.pdf> > (Acesso em 10/05/2017)

CAVALIERI, Ivan Fornazier. **A viagem do Pe. Júlio Maria de Lombaerde ao Brasil em 1912**. Juiz de Fora, MG: Gráfica Floresta, 1983, 62, p

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, Porto Alegre, n.2, 1990.

CHERVEL, André; COMPÈRE, Marie-Madeleine. As humanidades no ensino. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, jul./dez. 1999. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ep/v25n2/v25n2a12.pdf> >. Acesso em: 10 de janeiro de 2018.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 2 ed. Rio de Janeiro: Grall, 1989.

DEMARTINI, Z; ANTUNES, F. **Magistério primário**: profissão feminina, carreira masculina. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 86, ago. 2006.

FERNANDES, Altamir. **Colégio Estadual de Patos de Minas**: memórias de sua criação. Patos de Minas: Edição do autor, 2017.

FERREIRA, Hedmar de Oliveira. **Colégio Normal Nossa Senhora do Patrocínio: um instrumento de educação feminina na Zona do Alto Paranaíba em Minas Gerais (1928-1950)**. Franca: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.2006 (Tese, Doutorado Em História).

FONSECA, Geraldo. **Domínios de Pecuários e Enxadachins**: História de Patos de Minas. Belo Horizonte: Imprensa Ingelbras, 1974, 303 p.

FURTADO, A.C. **Histórias e memórias de um espaço escolar feminino**: o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP (1918 a 1960). Franca, 2001.

GUIMARÃES, Rosângela Maria Castro. **O percurso institucional da disciplina ‘História da Educação’ em Minas Gerais e o seu ensino na Escola Normal Oficial de Uberaba (1928-1970)**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012 (Tese, Doutorado em Educação)

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista brasileira de história da educação**. n. 1. jan/jun 2001.

LIMA, E. L. G. **O Instituto Isolado de Ensino Superior – Faculdade de Filosofia ciências e Letras de Presidente Prudente – 1959-1975: Uma Instituição Além das Fronteiras**. Tese de doutoramento. Marília, 2005.

LOMBAERDE, Júlio Maria de. **O anjo das trevas**: lampejo de doutrina, de ciência e de bom-senso. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Vozes, 1950.

MARTINS, Cristiane Nascimento. **Estado e Igreja Católica como instâncias promotoras de educação: Formação de Professoras Primárias em Minas Gerais (1892-1904)**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2013 (Tese, Doutorado em Educação).

MATOS, Henrique Cristiano José. **Padre Júlio Maria de Lombaerde no Contexto Histórico**. In: COSTA, José Raimundo da. **Ensaio e Estudos**. Belo Horizonte: O Lutador, 1997, pp. 171 a 173.

MANOEL, Ivan Aparecido. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**. Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Prismas), 1996.

MEIRELLES, Heloisa Helena (Brasil). Pesquisando A História do Rio de Janeiro (Ed.). **O plano de reformas da instrução pública da Província do Rio de Janeiro, em 1884**. 2012. Foto sem autoria. Disponível em: <<http://heloisahmeirelles.blogspot.com/2012/04/o-plano-de-reformas-da-instrucao.html>>. Acesso em: 12 jun. 2018.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2000, 111p.

MELO, Geovana Ferreira. **Por trás dos muros escolares: luzes e sombras na educação feminina (Colégio N. Sra. das Dores – Uberaba 1940/1966)**. 2002. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

MELLO, Antônio Oliveira. **Patos de Minas: minha cidade**. Patos de Minas: Academia Patense de Letras, 1979. p. 176.

_____. **Patos de Minas: Capital do Milho**. Edição da Academia Patense de Letras. Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 1971

_____. **Patos de Minas: minha cidade**. Edição da Academia Patense de Letras. Prefeitura Municipal de Patos de Minas, 1978

_____. **100 anos de comércio em Patos de Minas**. Patos de Minas: CDL, 1992. Patos de Minas: 100 p.

MINAS GERAIS (Estado). Decreto nº 4065, de 23 de dezembro de 1913. **Cria Um Grupo Escolar na Cidade de Patos**. Belo Horizonte, MG, Disponível em:

<<https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=DEC&num=4065&comp=&ano=1913>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

MINAS GERAIS, 1952, p.13

MIRANDA, Pe. Antônio, **Padre Júlio Maria: Sua Vida e sua Missão**. 2ª edição Imprensa Oficial Belo Horizonte 1957.

MORAES, Andreia Demétrio Jorge. **História e Memória da Formação Docente em Ituiutaba-MG**. Uberlândia: Universidade Federal De Uberlândia. 2014 (Tese, Doutorado Em Educação).

NEVES, Gislene Taveira de Almeida. **A Educação feminina do Projeto Siqueirano: 1939-1973**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2005. Programa de Pós-Graduação em Educação. Dissertação de Mestrado

NÓVOA, António. (Org.) **Profissão professor**. Porto: ed. Porto, 1995. p.16.

OLIVEIRA, Maria Guilhermina. **Mosaico: 70 anos**. Patos de Minas, 2015.

ORTIZ, Fernanda Ros. **A Escola Normal de moças das elites: um estudo das práticas escolares, culturais e sociais do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1946 – 1961)**. Campo Grande, MS: UFMS, Campus de Campo Grande, 2014.

PATOS DE MINAS. PREFEITURA MUNICIPAL DE PATOS DE MINAS. (Org.). **Planta do município: macrozoneamento**. 2018. Disponível em: <http://novo.more.ufsc.br/homepage/inserir_homepage>. Acesso em: 13 jun. 2018.

PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: UNESP, 1998.

RESENDE, Silva Melina Brasil. **O curso Normal do Colégio Sagrado Coração de Jesus Araguari - MG (1930-1947)**. Uberlândia: Universidade Federal De Uberlândia. 2006 (Mestrado em Educação).

RABELO, Amanda. **Escolas de formação de professores/as no Brasil e em Portugal e a feminização do magistério**. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n. 46, jun. 2012, p. 38. Disponível em <<http://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/viewFile/3863/3278>> Acesso em: 26 jan. 2017

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

ROZETTI, Izabel. **Colégio Imaculada Conceição: a história do curso Normal (Tupaciguara-MG, 1961-1977)**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2011 (Dissertação, Mestrado em Educação).

SAVIANI, Dermeval. **História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos**. *Revista do Centro de Educação*. UFSM: vol. 30. nº 02, 2005.

SILVA, Maryahn Koehler. **Ensino Normal: Da Formação Da Professora À Formação Da Mulher, Esposa E Mãe**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica De São Paulo. 2013 (Tese, Doutorado em Educação (Psicologia Da Educação)).

SILVA, Michelle Pereira da. **Educação da mulher e evangelização católica: um olhar sobre a Escola Normal N. Sra. do Patrocínio**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2005. Programa de Pós-Graduação em Educação. Dissertação de Mestrado

SILVA, Michelle Pereira; FILHO, Geraldo Inácio. **A mulher, o público e o privado: a articulação necessária para a profissionalização feminina do magistério primário**. In: Seminário nacional de estudos e pesquisas história, sociedade e educação no Brasil, 6., 2003, Sergipe. Anais... Sergipe: HISTEDBR, 2003.

SOARES, Fabrício Emerick. **Do Discurso Missionário à Prática do Poder Político: uma análise da atuação do Padre Júlio Maria de Lombaerde na Paróquia do Senhor Bom Jesus de Manhumirim – 1928 a 1944**. Dissertação de Mestrado. Universidade Severino Sombra – USS. Vassouras – SP, 2009.

SOUSA, Gabriela Marques de. **Formação docente em Minas Geraes: Escola Normal Oficial de Uberaba, 1948 a 1959**. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2017. Dissertação de Mestrado.

TANURI, Leonor Maria. **História da formação de professores**. Revista Brasileira de Educação, n. 14, p. 61-88, maio/ago. 2000.

VASCONCELOS, M. S. **Afetividade, Cognição e Resolução de Conflitos no Espaço Educativo. Temas em Educação III**. Curitiba: Futuro, p. 135 –143, 2004.

VEIGA, C. G. Historiografia da Educação de Minas Gerais: uma história regional? In: LOPES, A. A. B. M.; GONÇALVES, I. A.; FARIA FILHO, L. M.; XAVIER, M. C. (Org.). **História da Educação em Minas Gerais**. Belo Horizonte, MG: FUMEC, 2002.

VIEIRA, Elenice Maria de Sousa. **Conhecendo o Colégio “Nossa Senhora das Graças”, o tradicional Colégio das Irmãs**. Patos de Minas: Argos, 2000.

VILELLA, H. **A primeira escola normal do Brasil; uma contribuição à história da formação de professores**. Niterói: UFF, 1990. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 1990.

JORNAIS

A EDUCAÇÃO da mulher. **A carapuça**, Patos, 10 out. 1915. NUM 9. p. 1

ANIVERSÁRIO da Escola Normal. **Folha de Patos**, Patos (Minas), 8 de maio de 1937. NUM 36 p.2

ESTATUTO da Escola Normal e Ginásio “Nossa Senhora das Graças”. **Minas Gerais**, 1952, p.13

LÁZARO. Defendamos a nossa fé. **Gazeta de Patos**, Cidade de Patos (Minas), 18 de maio 1930. NUM 40. P.4.

FOLHA DE PATOS. Escola Normal Oficial de Patos. Patos de Minas. 30 DE JANEIRO DE 1937. ANO I. nº não visto. p. 03.

FOLHA DE PATOS. Escola Normal. Patos de Minas. 12 de março de 1938 no 78 ano II.

FOLHA DE PATOS. Festas de Formatura. Patos de Minas. 12 de dezembro de 1943. Ano 3, no 136. p. 3

TRIBUNA DE PATOS, 22/01/1956. ANO 01.